



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

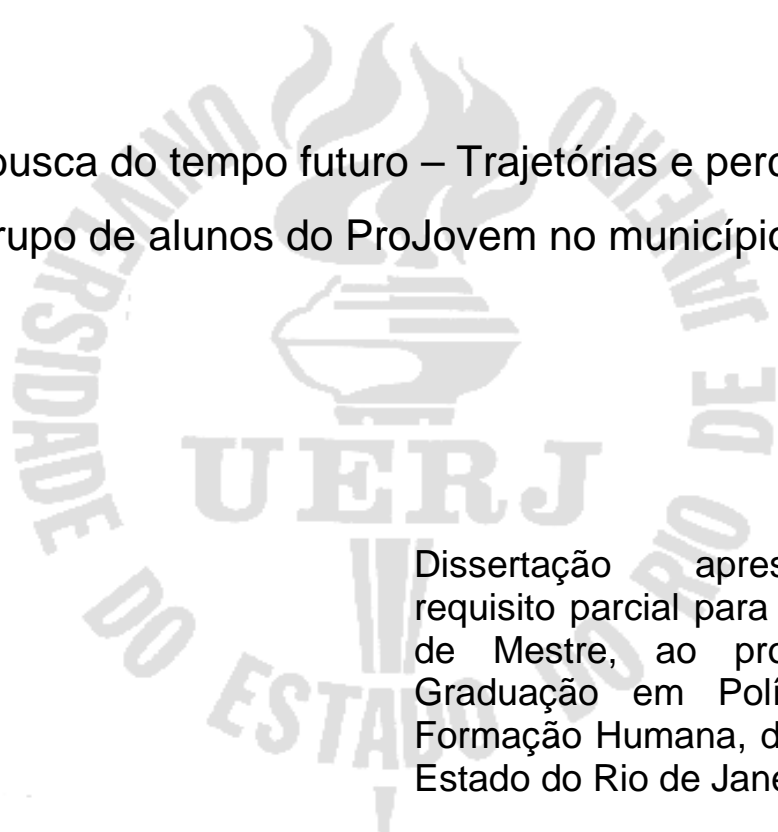
Adriana Milward de Andrade Maciel

**Em busca do tempo futuro – Trajetórias e percepções de um grupo de
alunos do ProJovem no município de Niterói**

Rio de Janeiro
2010

Adriana Milward de Andrade Maciel

Em busca do tempo futuro – Trajetórias e percepções de um grupo de alunos do ProJovem no município de Niterói.



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Vanilda Pereira Paiva
Co-orientadora: Prof^a Dr^a. Vera Lúcia Calheiros Mata

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

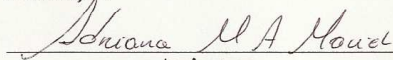
M152 Maciel, Adriana Milward de Andrade.
Em busca do tempo futuro : trajetórias e percepções de um grupo de alunos do ProJovem no município de Niterói / Adriana Milward de Andrade Maciel. - 2010.
150 f.

Orientadora: Vanilda.Pereira Paiva.
Co-orientadora : Vera Lúcia Calheiros Mata.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.

1. Alunos - Niterói (RJ) - Condições sociais – Teses. 2. Educação do adolescente - Niterói (RJ) - Teses. 3. Inclusão social – Teses. 4. Políticas públicas – Teses. I. Paiva, Vanilda Pereira. II. Mata, Vera Lúcia Calheiros. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDU 37.011.32(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.


Assinatura

8/6/2010
Data



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO
HUMANA



ADRIANA MILWARD DE ANDRADE MACIEL

**EM BUSCA DO TEMPO FUTURO - TRAJETÓRIAS E PERCEPÇÕES DE UM GRUPO DE ALUNOS DO PROJovem NO
MUNICÍPIO DE NITERÓI**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa
de Pós-Graduação em Políticas Públicas e
Formação Humana, da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.

Aprovada em: 08 de junho de 2010.

Banca examinadora:

Vanilda Paiva

Profª. Drª. Vanilda Pereira Paiva (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Vera Lúcia Calheiros Mata

Profª. Drª. Vera Lúcia Calheiros Mata
Universidade do Federal do Rio de Janeiro

Maria Sarah da Silva Telles

Profª. Drª. Maria Sarah da Silva Telles
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2010

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Maria Lucia Milward de Andrade Maciel e Ayres Carneiro Maciel, em memória.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Vanilda Paiva, por compartilhar seu saber, pelo carinho e pela confiança em mim depositada.

À Prof^a Vera Calheiros, pela interlocução preciosa, por ter despertado em mim o prazer pela pesquisa etnográfica, pela sua generosidade e disponibilidade.

À Ana Regina, pelo apoio e compreensão nessa escrita.

À Lívia Reis, pelo entusiasmo e incentivo nesse caminho.

A todos os funcionários e professores do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana.

À Regina Ungaro por facilitar tão gentilmente o meu acesso ao grupo de alunos do ProJovem.

Aos meninos e meninas do ProJovem, por dividirem comigo suas histórias de vida.

RESUMO

MACIEL, Adriana Milward de Andrade. *Em busca do tempo futuro: trajetórias e percepções de um grupo de alunos do ProJovem no município de Niterói*. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Esta pesquisa apresenta reflexões sobre o conceito de trabalho e seus diferentes sentidos, bem como sobre as transformações que se deram no processo produtivo nas últimas décadas. A partir dessas reflexões, procuramos entender como isso ocorreu em um grupo específico de jovens, que integram um Programa de Política Pública do Governo Federal – ProJovem – que se baseia no tripé cidadania, educação e qualificação profissional. Para tal, procuramos pensar a juventude, as políticas públicas dirigidas a este segmento, além de situar esses jovens nesse contexto. O recorte empírico se constitui de dez jovens que concluíram o programa. Através de entrevistas semidirigidas, procuramos traçar o perfil do grupo, a partir de cinco temas, a saber: origem, família, escola/ProJovem e trabalho. O material nos possibilitou a análise das especificidades do grupo e suas trajetórias, além de propor um diálogo com as questões teóricas sobre trabalho e sobre a juventude na contemporaneidade.

Palavras-chave: Trabalho. Juventude. ProJovem.

ABSTRACT

This dissertation proposes a reflection on the concept of work and its different meanings, as well as how the productive process has been transformed over the last decades, specifically, how this occurred for a group of youths who are part of the Federal government's public policy program ProJovem, founded on the citizenship, education and professional qualification tripod. The reflection is conducted by rethinking youth and the public policies directed towards this segment, in addition to situating the group in this context. The study empirically analyzes of the experiences of ten youths who concluded the program in the city of Niterói between 2006 and 2008. Through semi-structured interviews a profile of the group is traced based on five themes: background, family, school/ProJovem and work. The material allows us to analyze the specificity of the group and their trajectories and proposes a dialogue with theoretical questions of work and youth in contemporary society.

Keywords: Work. Youth. ProJovem.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. TRABALHO: DIFERENTES SENTIDOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO PRODUTIVO	17
3. SEGMENTO JUVENIL: ESPECIFICIDADES E POLÍTICAS DE INSERÇÃO	41
3.1. Juventude como tema de políticas públicas	41
3.2. Representações da juventude	45
3.3. Juventudes distintas	49
3.4. Público-alvo: a juventude	51
3. 5. Diretrizes dos programas	54
4. TRAJETÓRIAS E PERCEPÇÕES: O RECORTE EMPÍRICO	61
4.1. Os primeiros contatos, impressões e entrevistas	61
4.2. Os meninos e as meninas – apresentação	64
4.3. Origem e lugar de residência	67
4.4. A família	83
4.4.1. Os pais	87
4.5. Escola e ProJovem	99
4.5.1. A trajetória escolar	101
4. 5.2. O ProJovem	110
4. 6. Trabalho, emprego, desemprego e expectativas	119
4.6.1. A trajetória ocupacional do grupo	120
4.6.2. Trabalho precário, informal – uma realidade	125
4.6.3. Trabalho e seus sentidos	126
4.6.4. Emprego, desemprego e expectativas	130
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146

1. INTRODUÇÃO

As transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas no “mundo do trabalho” são muito discutidas teoricamente, mas, sem dúvida, há, também, uma universalização da percepção dessas mudanças no “senso comum”, principalmente no que diz respeito ao emprego assalariado, de longo prazo e estável. Essa estrutura que parecia sólida tem sido abalada, assim como o papel do trabalhador nessa nova configuração. Expressões como flexibilização, multifuncionalidade, empregabilidade, empreendedorismo, time, incerteza etc. fazem parte do campo semântico desse novo mundo do trabalho.

Muitas são as visões que procuram entender e explicitar as transformações que ocorrem. Qualquer que seja o ponto de vista, uma coisa parece inegável: o mundo do trabalho se modificou e podemos apontar essas mudanças a partir de vários fatores como, por exemplo, o avanço tecnológico, as novas formas de organização empresarial, a mundialização dos mercados, as novas relações salariais, a retração do emprego assalariado etc.

Essas transformações têm um marco temporal, apontado pela literatura como sendo os anos 1980. A crise econômica dos anos 1970 leva a uma reestruturação do modelo econômico que se consolidou a partir da Segunda Guerra, apoiado nas ideias keynesianas de um estado intervencionista e de bem-estar, de uma economia regulada. Passa-se, então, a uma retomada dos princípios liberais, entre eles, a desregulamentação do mercado, a privatização do setor público e redução do Estado. Hoje, parece que mais uma mudança de viés está se delineando na economia mundial e estamos assistindo a uma retomada da intervenção do Estado na economia, diante da crise econômica que está em curso.

A reestruturação econômica da década de 1980 transforma o paradigma produtivo. É a partir desse momento que percebemos de modo mais contundente uma mudança na forma do processo produtivo. Novos modelos organizacionais começam a se impor. Vivemos a passagem de um modelo representado pelo fordismo para uma produção de caráter mais flexível, e esse novo modelo se traduz em questões que incluem a informalidade no trabalho, o crescimento do desemprego, uma redução do emprego industrial e um maior crescimento do setor de serviços.

Segundo Robert Castel (1998), a centralidade do trabalho é recolocada em questão no momento em que este havia se consolidado como um dos suportes principais de identidade. Tais mudanças têm grande impacto sobre a vida das pessoas e afetam de forma bastante profunda o mundo “subjetivo” dos indivíduos.

Desde a Revolução Industrial a sociedade, assim como a sociologia, considerou o trabalho como um dos seus pilares mais importantes. Na obra de Marx, Durkheim e Weber o conceito de trabalho está presente no cerne de suas teorias sociais. As transformações nesse processo atingem a sociedade de forma abrangente e o pensamento nas ciências sociais, principalmente no momento em que assistimos à regressão do trabalho na sua forma assalariada, central na sociedade industrial.

O pleno emprego, a estabilidade, as proteções que garantiriam certa integração social passaram a ser no último meio século uma meta a ser atingida e entendida como passível de realização. A crise dos anos 1980 muda o rumo dessa história e nos coloca diante de um novo desafio, novas formas de trabalho emergem abalando o lugar hegemônico ocupado pelo emprego assalariado.

O trabalho assalariado livre e protegido, base de uma sociedade industrial, harmonizava-se com o Estado de Bem-Estar Social que se caracterizava pela construção de um modelo de proteção social. Ao mesmo tempo que ocorre o processo de transformação do mundo da produção, há um enfraquecimento dos pressupostos deste Estado, muitas vezes visto como um dos responsáveis pela crise devido ao peso dos gastos sociais.

É necessário analisar essa transformação do processo produtivo no Brasil, levando-se em conta que a situação de trabalho assalariado, livre e protegido nunca foi plena na sociedade brasileira, com imenso contingente da população fora desse contexto e que nunca se constituiu no país um Estado de Bem-Estar Social. Ocorreram apenas algumas medidas de proteção social, a principal delas a previdenciária e de saúde.

Segundo Robert Castel (1998), nas últimas décadas, com o enfraquecimento da sociedade salarial e do Estado social, ocorreu um deslocamento de políticas sociais desenvolvidas a partir de uma perspectiva da integração, para uma ótica de inserção. As primeiras caracterizavam-se pela busca do equilíbrio, acesso aos serviços públicos e à instrução, desenvolvimento das proteções e redução das desigualdades, políticas, portanto, de caráter universal, que se identificariam com o

Estado de Bem Estar Social. Já as políticas de inserção são políticas compensatórias, que obedecem a uma lógica de discriminação positiva, são políticas setoriais que definem com precisão o seu público-alvo e traçam estratégias específicas para tais grupos.

No Brasil, esse processo de implementação de políticas mais fragmentárias, de caráter focal, também está ocorrendo. São políticas ditas emergenciais que procuram minimizar os efeitos da pobreza. Dentre elas a mais abrangente é o programa “bolsa-família”. O segmento juvenil tem sido privilegiado por ações deste tipo, seja pela sociedade civil, através de ONGs, fundações e outras instituições, como também diretamente pelos governos municipais, estaduais e federal.

A presente dissertação tem como núcleo de análise um grupo de jovens integrantes de um programa de inclusão, promovido pelo governo federal – o ProJovem. Poderíamos enquadrar o programa na perspectiva de políticas de inserção, conforme definida por Robert Castel (1998), uma vez que é um programa de inclusão de jovens, através da educação, qualificação para o trabalho, ação comunitária e, ainda, um programa de renda mínima, pois os participantes recebem uma bolsa. O ProJovem se insere num contexto mais amplo de programas destinados à juventude, que vem ocorrendo no país nos últimos anos.

A proposta de análise estará centrada na trajetória de vida, nas expectativas dos jovens entrevistados que participaram do programa, e não em analisar a eficiência ou eficácia do referido programa. A ideia inicial era de tentar compreender o entendimento por parte desses jovens de categorias que são mobilizadas pela própria proposta do programas tais como: trabalho, cidadania e educação, mas ao longo da pesquisa e diante da riqueza e da vasta experiência de vida de pessoas tão jovens, ampliamos o escopo do trabalho introduzindo questões que se apresentaram como fundamentais, determinantes nas histórias de vida desses meninos e meninas, como o local de moradia e a família.

O olhar estará voltado para “desvendar”, dentro do possível, a vida desses jovens a partir de suas falas, e como se processam as mudanças da sociedade que vêm sendo discutidas teoricamente. Como para eles se apresentam questões como a violência, a periferia, a família, a escolaridade, a qualificação, os sentidos do trabalho e transformações nesse universo. Pretendemos entender essas questões a partir das representações destes jovens constituídas através de suas trajetórias peculiares e de sua participação no programa ProJovem.

A dissertação pretende investigar em que medida a tão falada “precarização” do mundo do trabalho ocorreu de fato para o grupo, se é um fator novo ou não, se há uma percepção de um agravamento da precarização nos últimos anos com as mudanças no processo produtivo, e pretende também investigar como é percebida no imaginário desses jovens, a ideia de que a educação é uma via de acesso a melhores condições de vida, uma vez que a relação entre educação, qualificação, ocupação e renda em geral foi considerada como positiva, sendo inclusive utilizada como suporte para a teoria do capital humano. Hoje esta relação é questionada diante da retração e da precarização do emprego, a qualificação formal não é mais nenhuma garantia de emprego, *status* ou renda.

O grupo escolhido como recorte empírico é composto de pessoas que compartilham de um determinado perfil. São jovens pobres e urbanos, sem emprego formal, que em algum momento tiveram que abandonar seus estudos. Para esses jovens a relação educação, ocupação e renda não foi um caminho linear que se constituiu efetivamente em suas vidas. Num determinado momento tiveram interrompida essa possível trajetória com afastamento da escola.

Quando falamos do “mundo do trabalho” e pensamos num momento de passagem da infância, adolescência ao mundo adulto pretendemos investigar se este “mundo do trabalho” é ou não a única forma de existência conhecida pelo grupo, seja nos “bicos” para complementação de renda da família, seja no trabalho doméstico. Qual, portanto, seria a expectativa de saída desse universo de trabalho informal e precário e o ingresso no mundo formal do emprego, já que passam a integrar um programa de qualificação? Qual seria a expectativa de realização de algum tipo de empreendimento, investigando se essa imagem do “novo trabalhador” é algo que atinge esses jovens. Enfim, tentar estabelecer um diálogo entre a discussão teórica sobre o mundo do trabalho e a realidade desse grupo que retorna à escola e se insere num programa de qualificação para o trabalho.

A dissertação pretende analisar os pontos acima a partir de um grupo de alunos do programa implantado no município de Niterói. Trata-se, portanto, de um caso específico de um município e não o programa no cenário nacional.

A dissertação divide-se em introdução e quatro partes: o segundo capítulo pretende centrar a discussão na categoria trabalho e sua trajetória na medida em que esta é uma categoria central, tanto no âmbito da sociologia, como na vida da maioria das pessoas da sociedade contemporânea. Pretendemos reconstruir de

forma breve a centralidade dessa categoria desde sua acepção mais filosófica, e como ela vai se impondo na análise sociológica, considerando a passagem de uma sociedade pré-industrial para a sociedade industrial e o desenvolvimento dessa sociedade. Esse caminho vai se constituindo e tem como meta atingir um ponto de “plenitude”, pelo menos idealmente, através do trabalho assalariado, livre e protegido. Veremos em que medida isso se realizou e suas consequências nas consciências individuais e nos processos de identidades.

Passamos então à análise das transformações que ocorreram nas últimas décadas. Procuraremos discutir as características da sociedade contemporânea, com o desenvolvimento do mundo da informação, a presença de novas tecnologias e principalmente as novas formas de organização da produção que afetam a centralidade do trabalho assalariado. Novas formas de trabalho renascem ou emergem como o trabalho informal, precário, o trabalho por conta própria.

Há um enfraquecimento das relações de proteção através do trabalho e começa a se delinear a imagem de um “novo trabalhador” para quem muitas vezes é transferida a responsabilidade de inserir-se no mercado de trabalho. Ocorre um agravamento das condições de inserção, um deslocamento das condições objetivas do mercado de trabalho, isto é, a existência ou não de postos de trabalho, e passam a ser colocadas questões de caráter subjetivo como a capacidade do sujeito de empregar-se. O trabalhador, antes visto como “vítima” de um processo produtivo centrado na produtividade e custos reduzidos, torna-se responsável pela sua própria inserção ou não no mercado de trabalho.

Nas novas formas, esse novo trabalhador deixa de ser um mero executor com controle rígido de tempo, circunscrito a um determinado espaço, identificado com o trabalhador do fordismo e passa a ser um trabalhador que domina todo o processo produtivo, que realiza diversas funções. Tem mais iniciativa e, portanto, uma atuação mais ativa o que pode ser entendido como um aspecto positivo. Há, porém um expressivo aumento do tempo de trabalho, a preocupação com a produtividade e competitividade, e cobrança subjetiva, além da convivência com a incerteza.

Pretendemos situar o caso do Brasil no contexto dessa discussão com suas especificidades. Não alcançamos de forma abrangente uma sociedade salarial. Grande contingente da população permaneceu à parte do mundo de trabalho formal e, portanto, excluída das proteções sociais.

A situação atual de maior vulnerabilidade do emprego e um crescente desemprego deve ser analisada a partir de um olhar que leve em consideração a situação de precarização e informalidade do trabalho já existente entre nós. Quando falamos do processo de reestruturação produtiva, não podemos esquecer que aqui ela se dá num cenário preexistente de heterogeneidade e complexidade estrutural, coexistência de alta tecnologia e produção em larga escala com formas de subsistência pré-industriais.

No terceiro capítulo, pretendemos abordar o tema da juventude, o que a literatura caracteriza como essa fase da vida, suas especificidades e as expectativas que a envolve; é a partir desse entendimento que se constroem diretrizes de programas destinados aos jovens. O segmento juvenil, enquanto foco de políticas públicas, está associado a uma juventude definida através de um recorte socioeconômico, o que lhe imprime algumas marcas, tais como a pobreza, a vulnerabilidade e o risco. Vamos apresentar o programa ProJovem, como a proposta é definida pelo governo federal, seu público-alvo e seus objetivos. É um programa que tem um público com perfil definido. Qual seja: jovens que não concluíram seus estudos, não possuem qualificação profissional e encontram-se sem vínculo formal de emprego. O programa tem um caráter emergencial e experimental. Os jovens são classificados como um grupo em situação de “vulnerabilidade social”, não estão inseridos nem na escola e nem no trabalho formal.

O ProJovem é um programa que faz parte de um contexto mais amplo de políticas públicas destinadas ao segmento juvenil. Vamos situá-lo nesse universo procurando identificar as características comuns desses programas: a qualificação profissional; a transferência de renda e o jovem pobre como público-alvo.

O quarto capítulo será dedicado a dar voz aos próprios jovens, através da sistematização das entrevistas feitas com os participantes do programa. As entrevistas, inicialmente, foram pensadas e se direcionavam na tentativa de entender os pontos nos quais está assentada a própria proposta do programa: educação; cidadania, qualificação profissional e trabalho, dando ênfase à observação de como mudanças no mundo do trabalho, discutidas teoricamente, afetam os jovens, e se são ou não percebidas por eles, mas ao longo da pesquisa e das conversas com os meninos e meninas vimos que as inúmeras experiências que eles vivem, as relações com o local de moradia, carregado de situações de preconceitos e marcas, assim como as características de suas histórias familiares

eram fatores fundamentais para compreendermos suas idas e vindas do universo escolar e sua relação com o mundo do trabalho que muitas vezes se inicia ainda na infância; portanto sentimos a necessidade de ampliar o escopo da análise.

Este capítulo se divide em cinco partes: a primeira apresenta de forma breve cada um dos entrevistados, que com suas histórias me acompanharam nos últimos dois anos. Optamos por trocar os nomes em respeito ao seu anonimato. A segunda aborda a origem e o lugar de moradia; a terceira, a família; a quarta, a escola suas idas e vindas, o ProJovem e um último item dedicado à qualificação, trabalho e perspectiva de futuro.

O programa, como já dito anteriormente, é estruturado no tripé educação, cidadania e qualificação profissional. Esses jovens deixaram a escola e nesse momento estão retornando ao estudo e ao espaço escolar. Pretendemos investigar como se dá esse retorno, uma vez que a escola deixou prematuramente de ser na vida desses jovens um espaço da socialização e de aquisição de conhecimentos. O que significa essa volta, quais as dificuldades encontradas e suas expectativas?

Partindo do pressuposto de que a presença do Estado na vida desse grupo é quase inexistente e que os direitos sociais não se concretizaram, como eles percebem, enquanto participantes do programa, a presença ou não do Estado? Como no Brasil não houve a implementação de um Estado de Bem-Estar, principalmente para o segmento fora do mercado de trabalho, será que as políticas focais são o primeiro momento da presença do poder público de forma positiva na vida desses jovens? O próprio programa é percebido como um processo de inclusão?

Uma das condições para integrarem o programa, pelo menos para o grupo analisado, é não ter carteira de trabalho assinada, não possuir vínculo formal de emprego. Buscaremos levantar as formas de renda desses grupos e o que os levou a buscar a qualificação; se acreditam que a qualificação lhes proporciona condições melhores de inserção no trabalho formal.

Qual a visão que possuem do trabalho, quais as expectativas em relação ao emprego, em que medida a construção da sociabilidade e da identidade se assenta na representação que eles têm do trabalho? Se a sociabilidade e as identidades não se constituem no espaço da escola e nem do trabalho, o que é colocado em seu lugar? Quanto das novas noções que supostamente caracterizam o “novo

trabalhador”, como empregabilidade ou empreendedorismo, chegou ou não a esse grupo de jovens? Quais são suas expectativas de futuro?

Por fim, as considerações finais em que pretendemos traçar algumas conclusões, mesmo que parciais, sobre o que foi apresentado. Estabelecer um diálogo entre a literatura que aborda as transformações no mundo do trabalho, a juventude, os processos de transição para a vida adulta, os programas destinados a esse segmento, e a realidade empírica que encontramos a partir do contato e da pesquisa junto ao público-alvo, tendo, portanto, como referência, a vida dos próprios jovens e suas especificidades em relação às ideias que são debatidas teoricamente.

2. TRABALHO: DIFERENTES SENTIDOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO PRODUTIVO

Neste segundo capítulo vamos privilegiar a discussão da categoria trabalho, a importância que ocupa nas teorias sociais, as mudanças na forma do processo produtivo que alteram o sentido e o lugar do trabalho. Vamos procurar percorrer suas múltiplas dimensões, desde sua acepção mais filosófica, como atividade teleológica (Lucáks), até a retomada de sua perspectiva filosófica e antropológica (Gorz), na qual o trabalho é compreendido como atividade, seja de criação de uma obra ou de um artefato; trabalho como produção de valor útil (Marx), trabalho tornando-se o centro da sociedade salarial, conquista de direitos e identidade (Castel), a centralidade da divisão do trabalho no conceito de solidariedade orgânica (Durkheim), discussões sobre o fim de uma sociedade centrada no trabalho (Offe e Gorz).

Passamos às questões que hoje ocupam a sociologia do trabalho que se desloca da análise centrada no espaço da fábrica (ícone do trabalho assalariado, do emprego) para o estudo de uma nova categoria, a do desemprego que emerge de forma complexa e se torna objeto de inúmeras análises. Essas dimensões abordadas neste capítulo constituem importantes suportes teóricos para análise do objeto da dissertação.

Tomaremos como base nessa empreitada alguns autores e dentre eles Castel (1998), em seu livro *Metamorfose da questão social*, como guia para percorrer tal caminho. Escolhemos este texto porque nele o autor traça um panorama do percurso do trabalho, ao longo dos tempos e da história. É necessário salientar que a escolha do texto de Castel, como um dos fios condutores, tem a função de esquematizar melhor o processo que pretendemos discutir, além de situá-lo no decorrer do tempo sem enfocá-lo de forma linear.

A condição de assalariado, que hoje se encontra ameaçada, e que passou ao longo do tempo a vincular-se às proteções sociais, representando um lugar privilegiado na sociedade contemporânea, nem sempre no decorrer da história ocupou esse *status*. Durante muito tempo, foi uma das situações mais indignas e miseráveis que viveu o homem moderno. O assalariado era alguém que não tinha nada para trocar, exceto a força de seus braços, ficando inteiramente sob o domínio de suas necessidades básicas. A condição de assalariado, ao longo do tempo,

supera as fantásticas desvantagens e torna-se, nos anos 1960, a matriz da base da “sociedade salarial” moderna. Na contemporaneidade, estamos assistindo a um enfraquecimento dessa sociedade.

Como se passou de uma condição de assalariado fragmentária, miserável e desprezada a uma “sociedade salarial”, em que a maioria dos sujeitos sociais obterá suas garantias e seus direitos a partir do fato de participar dessa condição? Reconstruir a odisséia do salariado representa via excelente para compreender, até hoje, as principais transformações da questão social. (CASTEL, 1998 p. 148)

As transformações na esfera do trabalho afetam todo o conjunto da sociedade e contribuem de forma acentuada para os processos de exclusão social. Hoje, se discute sobre o fim da sociedade centrada no trabalho, ou de forma menos radical, as modificações ocorridas neste mundo.

Qualquer que seja o ponto de vista, uma coisa parece inegável: o mundo do trabalho se modificou e podemos apontar essas mudanças a partir de vários fatores como, por exemplo, o avanço tecnológico, as novas formas de organização empresarial, a mundialização dos mercados etc. Apesar de todas as modificações que estão ocorrendo, o trabalho ainda é a base da sociedade contemporânea e não surgiu nenhum outro caminho de inserção no mundo social que o substitua. E, acrescido a isso, construímos, como será visto em Castel (1998), uma identidade centrada no trabalho. Alterações nesse universo, que forma a estrutura do pensamento e da sociedade ocidental, trazem profundas modificações nos indivíduos e na sociedade. O que nos interessa ao acentuar as diversas abordagens da categoria trabalho é ressaltar sua importância na constituição do pensamento ocidental.

Iniciamos o debate através das discussões referentes ao trabalho como atividade associada à essência humana. No conjunto de categorias que caracterizam o ser social, Lukács (2004) vai privilegiar o trabalho como categoria fundamental. É, segundo o autor, a partir do trabalho que o homem realiza a passagem do ser orgânico ao ser social. Essa passagem implica em um salto de um nível de ser a outro nível qualitativamente diferente. O trabalho ocupa um lugar privilegiado nessa passagem, neste salto. Só o trabalho tem um caráter intermediário; através dele se dá a inter-relação entre homem e natureza.

É no trabalho, enquanto posição teleológica, que essa mudança qualitativa e estrutural do ser é mais bem entendida. Segundo Lukács, o homem, diferentemente do animal, não efetua apenas uma mudança na forma do elemento natural, ele imprime ao elemento natural um fim, subordina-o à sua vontade. É, por exemplo, o caso da construção dos utensílios; a escolha de determinada pedra ou pau se dá a partir de uma ideia; o homem reconhece nela a possibilidade de uso em novo contexto. Há um projeto ideal que se realiza materialmente, uma finalidade que é pensada e que transforma a vida material, gerando algo qualitativamente novo.

Na discussão sobre o fim da sociedade centrada no trabalho, Gorz (2004) resgata este em seu sentido mais filosófico ou antropológico, chamando a atenção de que não é o trabalho como criação de uma obra ou de um artefato que perde a sua centralidade e sim o trabalho no sentido que adquiriu na sociedade industrial, como veremos mais adiante, e, ainda, que nos encontramos diante da possibilidade do resgate do trabalho como atividade de criação, o que pode ser o resgate do próprio indivíduo.

Essas concepções do trabalho, que oscilam entre uma atividade exterior, função social, lugar ocupado, meio de sobrevivência e espaço de realização pessoal, satisfação humana e processos de criação, vão se apresentando ao longo do percurso de análise, ora pendendo para um lado ora para outro.

Retomemos a análise de Marx (2002) sobre o processo de trabalho como produtor de valores-de-uso. Atividade dirigida para um fim independente de qualquer estrutura social, isto é, o processo de trabalho comum a todas as formas sociais. O trabalho, neste sentido, tem um caráter positivo voltado para a satisfação das necessidades humanas.

Segundo Marx, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza; o homem não atua apenas modificando a natureza através das forças naturais de seu corpo (braços, pernas, cabeça, mãos), mas controla a própria ação, submete-a ao seu domínio; não é uma forma instintiva de trabalho, como, por exemplo, seria o da abelha ao construir a colmeia. O homem imprime a sua construção uma ideia prévia, um projeto que existe conscientemente. “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (MARX, 2002, p.211).

“Os elementos componentes do processo de trabalho são: 1) a atividade adequada a um fim; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.” (MARX, 2002, p.214).

Marx vai analisar cada um dos pontos citados, sua atuação/participação no processo de trabalho, que não nos cabe aqui descrever, mas chamamos a atenção para a importância dos meios de trabalho, pois através deles, historicamente, é possível conhecer o desenvolvimento da força humana de trabalho e as condições sociais em que este se realiza.

Restos de antigos instrumentos de trabalho têm, para avaliação de formações econômico-sociais extintas, a mesma importância que a estrutura dos ossos de fósseis para o conhecimento das espécies desaparecidas. O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meio de trabalho se faz. (MARX, 2002, p.214)

A atividade do homem opera uma transformação, já relacionada a um fim prévio, no objeto em que ele atua através de instrumentos de trabalho. O processo de trabalho se encerra na conclusão do produto. “O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma” (MARX, 2002, p. 214).

Esse processo descrito por Marx não envolve a relação entre trabalhadores, ainda permanece no âmbito da relação do homem com a natureza. Em estruturas sociais específicas, o processo de trabalho assume formas também particulares, mas a natureza geral do processo de trabalho descrito não muda, sejam quais forem as formas sociais.

Ao analisar o processo de produção capitalista, Marx demonstra que o trabalho que se caracterizava pela produção de valor-de-uso, o produto, que era apropriado pelo trabalhador, passa a ser propriedade do capitalista, e o trabalho adquire um valor abstrato, indiferente ao produto elaborado. O trabalho transforma-se em mercadoria, adquirida pelo capitalista no mercado, e esse trabalho não se identifica com o produto e sim com o dispêndio de força humana. Ele se homogeneiza e perde sua especificidade.

[...] o trabalho do fiandeiro, como processo de produzir valor-de-uso, é especificamente distinto dos outros trabalhos produtivos, e a diversidade se patenteia, subjetiva e objetivamente, na finalidade exclusiva de fiar, no modo especial de operar, na natureza particular

dos meios de produção no valor-de-uso específico de seu produto. (MARX, 2002, p. 222)

O trabalho como criador de valor perde a especificidade apontada e transforma-se em mercadoria. Os objetos úteis são convertidos em valor de troca.

Essa forma de mercadoria que assume o trabalho humano iguala os trabalhos diferentes. “Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” (MARX, 2002, p.94).

Os produtos do trabalho humano e o próprio trabalho assumem essa forma de mercadoria no processo de produção capitalista. Em outras formas de produção, teremos diferentes características. As mudanças na produção estão associadas a mudanças nas formas de relações entre os homens. Na passagem da sociedade feudal para a capitalista temos uma ruptura fundamental no processo de produção e nas relações que se estabelecem entre os homens.

Deixemos a ilha de Robinson, cheia de sol, e penetremos na sombria Idade Média européia. Nela não há o indivíduo independente; todos são dependentes: servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais da produção material, quanto as outras esferas da vida baseadas nessa produção. Mas, justamente porque as relações de dependência pessoal constituem o fundamento social incontroverso, não se faz mister que os trabalhos e os produtos assumam feição fantasmagórica, diversa de sua realidade. Eles entram na engrenagem social como serviços e pagamentos em produtos. A forma diretamente social do trabalho é aqui a forma concreta do trabalho, sua particularidade, e não sua generalidade abstrata, como ocorre com a produção de mercadorias. A corvéia, como o trabalho que produz mercadoria mede-se pelo tempo, mas cada servo sabe a quantidade de sua força pessoal de trabalho que depende no serviço do senhor. No regime feudal, sejam quais forem os papéis que os homens desempenham ao se confrontarem, as relações sociais entre pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como suas próprias relações, não dissimulando em relações entre coisas. (MARX, 2002, p.99)

Castel (1998), ao analisar este momento histórico, fala da passagem de uma sociedade que se caracterizava pela tutela em que o trabalho não era regulamentado pelo mercado para uma sociedade do contrato. Nas corporações de ofício o trabalhador é membro de um corpo social, sua posição é reconhecida num conjunto hierárquico. Apesar de apontar modificações econômicas ocorridas na Idade Média, a relação de trabalho era dominada por um modelo de organização

que se caracterizava pelo trabalho forçado e pelo trabalho regulado, ambos, modelos coercitivos que contradizem a ideia de liberdade, de trabalho “livre”.

Para a concretização da produção capitalista é necessário que o trabalho regulado pelas relações sociais seja substituído pelo trabalho “livre”. O indivíduo deve poder vender sua força de trabalho no mercado.

Segundo Mézaros (2006), essa defesa da liberdade revelou-se como o princípio da “vendabilidade universal”. Na sociedade feudal o vassalo não podia alienar-se sem o consentimento de seu superior. Esses ideais de dar e alienar aquilo que lhe pertence estão de acordo com uma sociedade mercantil. Trata-se da livre alienabilidade, até mesmo da própria pessoa, como uma disposição contratual. O contrato substitui as relações feudais fixas por uma nova fixidez, pois garante ao novo capitalista manipular seres humanos supostamente livres, ou seja, uma aceitação “livremente escolhida” de um novo tipo de servidão: a conversão de seres humanos em coisa, fragmentação do corpo social, indivíduos isolados.

Para Marx, essa passagem é uma mudança fundamental de paradigmas como vimos na citação: “Nela não há o indivíduo independente; todos são dependentes”. “A dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais da produção material quanto as outras esferas da vida baseadas nessa produção”.

A força de trabalho, como mercadoria, só pode ser negociada, apresentada no mercado, se for algo vendido pelo próprio possuidor, o que exige transformações das relações de tutela, regulação social para as noções de indivíduo, liberdade e contrato.

Essa passagem do feudalismo para a sociedade capitalista é acentuada por Offe (1989) como um dos aspectos que fazem a noção de trabalho fundamental na constituição das teorias sociais:

A experiência sociológica fundamental e avassaladora do século XIX foi a constituição e o rápido crescimento quantitativo do trabalho em sua forma *pura*, isto é, livre da imiscuição de outras esferas da ação e das funções sociais. Esse processo de diferenciação e purificação, que pela primeira vez tornou possível a personificação do trabalho na figura social do “trabalhador”, estende-se à diferenciação entre a esfera doméstica e a do trabalho, entre a propriedade e o trabalho remunerado, assim como a paulatina neutralização das condições assistenciais e das relações de compromisso, nas quais o trabalho se acomodava. O trabalho “livre” solto dos vínculos feudais, orientado pelo mercado, cuja utilização concreta é determinada externamente e que, por causa do “açoite da fome” (Max Weber), surge já maciçamente como uma coação estrutural, é por assim dizer

o ponto de partida para as construções teóricas dos sociólogos clássicos. (OFFE, 1989, p. 14)

É importante sublinhar a ideia de indivíduo que vai emergir nesse processo de ruptura com a sociedade tradicional, é o individualismo que vai caracterizar a sociedade moderna.

Segundo Dumont (1985), falar de indivíduo designa duas coisas ao mesmo tempo:

[...] de um lado o sujeito empírico que fala, pensa e quer, ou seja, a amostra individual da espécie humana, tal como a encontramos em todas as sociedades; do outro, o ser moral independente, autônomo e, por conseguinte, essencialmente, não-social, portador dos nossos valores supremos, e que se encontra em primeiro lugar em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade. Deste ponto de vista, existem dois tipos de sociedades. Quando o indivíduo constitui o valor supremo, falo de individualismo; no caso oposto, em que o valor se encontra na sociedade como um todo, falo do holismo. (DUMONT, 1985, p.37)

Dumont analisa o desenvolvimento do individualismo através do método comparativo. De que maneira, a partir de sociedades de caráter mais holístico, como, por exemplo, a sociedade feudal, se desenvolveu uma sociedade individualista como a sociedade moderna.

Na análise das sociedades, o autor mostra que aspectos distintos – individualismo e holismo – são encontrados simultaneamente nas diferentes formações sociais. Existem elementos não individualistas na sociedade contemporânea. A presença mais acentuada de uma ideologia individualista na sociedade moderna e, em outros momentos, a penetração de elementos de caráter holístico nessa mesma sociedade são uma perspectiva importante na constituição do que Castel (1998) denomina de sociedade salarial.

Ao tratar da relação entre liberalismo e socialismo, diz Dumont:

O sistema de castas é um sistema hierárquico orientado para as necessidades de todos. A sociedade liberal nega esses dois traços ao mesmo tempo: ela é igualitária e recorre às leis da troca mercantil e à “identidade natural de interesses”, a fim de assegurar a ordem e a satisfação geral. Quanto à sociedade socialista, ele mantém a negação da hierarquia – pelo menos em princípio e inicialmente – mas reintroduz uma preocupação certa do todo social. Combina, assim, um elemento do individualismo e um elemento do holismo; é uma nova forma híbrida. No conjunto de doutrinas e movimentos socialistas e comunistas, a igualdade tem, em suma, um lugar secundário, deixando de ser um atributo do indivíduo para passar a ser da justiça social. Compreender-se-á, portanto, que, prendendo-

nos exclusivamente aqui à ascensão do individualismo, deixaríamos de lado as formas extremas do igualitarismo que traduzem o surgimento de uma tendência oposta. (DUMONT, 1985, p.92)

Segundo Dumont, mesmo na sociedade liberal, profundamente identificada com o individualismo, foi necessária a introdução de medidas de salvaguarda social, como mostra a obra de Karl Polany, *A grande transformação* (2000).

Retomando a análise de Castel (1988), no período em que prevalece o trabalho regulado e o trabalho forçado, a condição de assalariado pode ter ocorrido concomitantemente, porém sua conotação é negativa, denominada pelo autor de “indigna condição de assalariado” (Castel, 1988). No decorrer do tempo, essa condição transforma-se até tornar-se a base da sociedade.

A necessidade do trabalho sempre esteve presente em qualquer formação social; o que a modernidade assinala é a necessidade de ele se dar de forma livre, em se reorganizar. Se a riqueza de uma nação é produzida pelo trabalho, teremos, em consequência, uma mudança de atitude em relação à força de trabalho. A riqueza da nação passa a depender de um uso racional dessa força.

O novo entendimento do trabalho, inserido na ordem da riqueza, leva a uma transformação no rumo de suas relações que devem passar a ser livres. O livre acesso ao trabalho torna-se objetivo de uma política geral, o livre acesso ao mercado e o contrato de trabalho se opõem às tutelas corporativas, a sua forma regulada e forçada.

Ao invés de punir os indigentes válidos ou de obrigá-los a trabalhar, a possibilidade lhes será facilitada. O livre acesso ao trabalho substitui a obrigação disciplinar de trabalhar. Concretamente, isso significa que é necessário, e sem dúvida que basta eliminar todas as barreiras construídas pela tradição contra a abertura do mercado de trabalho. (CASTEL, 1998, p.246)

“Mas é necessário frisar: o livre acesso ao trabalho não é, enquanto tal, um direito ao trabalho. Cabe a quem reclama emprego fazer o esforço de encontrar um trabalho” (CASTEL, 1998, p.246). A função do Estado não é de mera desregulamentação. Ele regula ou desregula de acordo com as pressões que sofre. É o próprio mercado autorregulado que abriria o caminho do emprego. A ideologia liberal acentua a ênfase no indivíduo. O trabalho passa a ser uma mercadoria que é vendida no mercado pelo indivíduo obedecendo à lei da oferta e da procura.

[...] tudo se passa como se a crença nas imensas possibilidades do mercado, uma vez suspensas as coerções da organização tradicional do trabalho, servisse de base para o otimismo desses liberais.Logo a história dará prova do contrário. Mas os primeiros liberais não puderam, ou não quiseram, considerar a possibilidade de um desequilíbrio estrutural entre a oferta e a demanda de trabalho, e subestimaram o antagonismo de interesses entre empregadores e empregados que, em breve, vai levantar novamente a questão social. (CASTEL, 1998, p. 248)

Essa centralidade no mercado e a nova organização do trabalho não desembocam numa sociedade mais equilibrada, com menos problemas sociais. Surgem novos pobres, e estes não são fruto da falta de trabalho, mas da própria condição de trabalhador.

Essa indignação que “sob o nome novo e tristemente enérgico de pauperismo invade classes inteiras da população”, diz por sua vez Villeneuve-Bargemont, “tende a aumentar progressivamente em razão mesmo da produção industrial. Não é mais um acidente, mas, sim a condição forçada de uma grande parte dos membros da sociedade”. É por isso que “o pauperismo é uma ameaça à ordem social”. Na realidade, suscita a nova questão social. (CASTEL, 1998, p.284)

A liberalização do acesso ao trabalho não retira o trabalhador de uma condição indigna de vida. Como vimos, o trabalho, ao entrar na categoria produtor de riqueza social, levou a uma mudança de visão em relação ao trabalhador. O pauperismo retoma a situação degradante na qual ele se insere e, não só em relação à miséria material, mas também a uma degradação moral da classe trabalhadora. Um exemplo de representação desse período pode ser visto na obra *Os miseráveis* de Victor Hugo.

Se antes os vagabundos e os pobres válidos estavam na periferia do espaço social e à margem do processo produtivo, com o pauperismo a pobreza se insere no próprio processo produtivo. “Com o pauperismo, manifesta-se o perigo de uma desfiliação em massa inscrita no próprio cerne do processo de produção de riquezas.” (CASTEL, 1998, p.298)

Diante dessa situação, algumas medidas de proteção e assistência são elaboradas. Dentro da perspectiva do liberalismo, em que o Estado não deve intervir, as ações de proteção e beneficência devem ser feitas a partir de iniciativas dos próprios membros da sociedade, que agem segundo uma moral pessoal e de forma voluntária – filantropia, ação individual. O liberalismo é contrário à intervenção

do Estado. No entanto, vai tornar-se cada vez mais difícil manter essa recusa à intervenção pública. Nesse contexto nasce a primeira versão do que vão ser as modernas políticas sociais e algumas medidas começam a surgir a partir de três planos:

[...] a assistência aos indivíduos por meio de técnicas que antecipam o trabalho social no sentido profissional do termo; o desenvolvimento de instituições de poupança e de previdência voluntária que apresentam as premissas de uma sociedade segurancial; a instituição da proteção patronal, garantia da organização racional do trabalho e, ao mesmo tempo, da paz social. (CASTEL,1998, p.219)

Cresce a necessidade de uma intervenção do Estado nesse jogo social para intervir na relação entre dominantes e dominados, isto é, a necessidade do Estado como instância mediadora, não o Estado em seu sentido liberal; “ele” agora passaria a estar dotado de novas funções para controlar esse antagonismo. Um Estado que negocia entre as posições distintas e de caráter distributivo. Esse novo papel de Estado que se prenuncia vai desembocar no que conhecemos como o “Estado de Bem-Estar Social”, “o Estado providência”. O nascimento do Estado de Bem-Estar está relacionado com as grandes perdas na Segunda Guerra Mundial e a conseqüente necessidade de reconstrução das nações. Os Estados europeus decidem desenvolver um Estado de Bem-Estar, cuja produção se apoia sobre a demanda de bens, possibilitando o pleno emprego e o consumo de massa. O Estado desenvolve estruturas de proteção social.

O Estado, ao assumir um papel diferente do que se preconizava na ideologia liberal, reflete outra visão de sociedade distinta dessa ideologia, o que nos remete às perspectivas sociológicas apontadas por Dumont. Enquanto no liberalismo a marca da constituição da sociedade se centra no indivíduo, nesse momento, segundo a análise de Castel, a questão social estará sendo formulada numa perspectiva durkheimiana, apontando para a presença de características consideradas mais próximas das sociedades holísticas, mesmo dentro de uma sociedade cuja ideologia está centrada no indivíduo.

É importante acentuar esses modelos de sociedade, porque na retomada da perspectiva liberal nos anos 1980, sob a denominação de neoliberalismo, essa ênfase no indivíduo retorna com toda força atingindo de forma contundente o universo do trabalho.

A sociologia de Durkheim concebe a sociedade como uma realidade *sui generis*, diferente de uma teoria individualista da sociedade.

[...] existem grandes regulações objetivas, os processos globais predominam sobre as iniciativas individuais, os fenômenos sociais existem “como coisas”. Assim, o homem social só tem existência por meio de sua inscrição nos coletivos que, para Durkheim, extraem, em última análise, sua consistência do lugar que ocupam na divisão do trabalho social. (CASTEL, 1998, p 357)

Em sua análise da divisão do trabalho social, Durkheim aponta a existência de dois tipos de solidariedade: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. A primeira estaria associada a uma sociabilidade primária e a segunda é devida à divisão do trabalho. Dentro dessa perspectiva Castel vai frisar a importância da sociologia de Durkheim.

[...] importância decisiva de Durkheim em relação “à reformulação da questão social: compreende-se que a sociedade industrial inaugura um modo de relações especificamente novo entre os sujeitos sociais que não pode mais basear-se nas proteções próximas da sociabilidade primária.....Como a divisão do trabalho implica uma complementariedade de tarefas cada vez mais específicas, há um fundamento objetivo para que a idéia de que a sociedade moderna forma *um conjunto de condições sociais desiguais e interdependentes*. (CASTEL, 1998, p.357)

Poderíamos indagar se neste caso o autor não estaria dando uma ênfase muito forte à ideia de sociedade como um conjunto harmonioso, uma vez que as sociedades atuais se caracterizam muito mais por suas anomias do que por seu estado de equilíbrio. Mas o que nos interessa é mostrar este movimento pendular de compreensão da vida social, ora mais centrado no indivíduo, ora mais holístico, para usar a nomenclatura de Dumont.

As relações de trabalho na sociedade industrial caminharam da condição de proletário para a condição operária. Alguns direitos foram assegurados até se chegar a uma generalização da condição salarial. A sociedade salarial se constitui numa sociedade em que se disseminam e se universalizam os direitos sociais, e ainda se estabelece um novo processo de identidade. A identidade social passa então a ser definida a partir da posição ocupada na condição de assalariado.

Essa trajetória em que estamos procurando mostrar a constituição da sociedade salarial como a entendemos hoje, com suas idas e vindas, se encontra em um momento de profundas modificações.

Mas é exatamente no momento em que os atributos vinculados ao trabalho para caracterizar o *status* que situa e classifica um indivíduo na sociedade pareciam ter se imposto definitivamente, em detrimento de outros suportes de identidade, como o pertencimento familiar ou a inscrição numa comunidade concreta, que essa centralidade no trabalho é brutalmente recolocada em questão. Teremos chegado a uma quarta etapa de uma história antropológica da condição de assalariado, etapa em que sua odisséia se transforma em um drama? (CASTEL, 1998, p. 496)

Essas rupturas a que estamos assistindo, as transformações no mundo produtivo são identificadas pela literatura como tendo início nas décadas de 1970 e 1980. Essas mudanças não se restringem à esfera econômica, apesar de a crise neste setor nos anos 1970 ser um dos principais fatores responsáveis pela reestruturação do modelo econômico. Diante da crise são retomados os princípios liberais, como a desregulamentação do mercado, a privatização do setor público e a redução do Estado.

Um conjunto mais amplo de questões caracteriza o momento que antecede a crise, que atinge também a governabilidade (Gorz, 2004), porque as novas gerações de sociedades mais igualitárias são embaladas por novas reivindicações de natureza política e de caráter democrático mais amplo.

A crise, principal preocupação dos responsáveis pelas decisões públicas e privadas reagrupadas no interior da Trilateral, manifestava-se em todos os níveis da sociedade: dos Estados, das universidades e escolas, das empresas, das cidades, dos hospitais, dos aparelhos a princípio avais da reprodução cultural da sociedade. (GORZ, 2004, p.17)

O autor aponta alguns fatos que antecederam esse momento. Nos Estados Unidos, a sublevação do proletariado negro, insubordinação das massas, sabotagem das fábricas e universidades. Na Europa, ações de recusa a um modelo coercitivo de subordinação aos chefes, redução do ritmo de trabalho etc.

Essas ações não eram de caráter reivindicatório, apontavam para uma transformação da vida. “Transformá-la, subtraindo à lógica da produtividade, mas também à lógica do trabalho abstrato, da padronização, do consumo de massa, da normalidade, da quantificação, da sincronização.” (Gorz, 2004, p.18).

Novas questões aparecem na pauta como o movimento feminista, o corpo, o sexo e as questões ecológicas.

O Estado de Bem-Estar, na sua função de ordenador central, também entra em crise,¹ não sendo capaz de impedir os antagonismos sociais, tornando-se vulnerável, abrindo espaço para as leis do mercado.

Era, portanto urgente – e este era o projeto inconfesso da Trilateral – substituir esse ordenador visível demais e atacável por um ordenador invisível e anônimo cujas leis sem autor impor-se-iam a todos, irresistivelmente, pela força das coisas, como “leis da natureza”. Um tal ordenador era o mercado. (GORZ, 2004, p.19)

Essa visão ampliada da crise é compartilhada por Robert Castel (1998). Nos momentos finais dos anos de crescimento, a situação social é marcada por um mal-estar. Os eventos de maio de 1968 simbolizam esse período. O autor interpreta esse movimento como uma recusa de parte importante da sociedade, sobretudo a juventude, a uma existência programada, de trocar as aspirações pessoais por segurança e conforto, e à repressão dos desejos.

A palavra de ordem “mudar a vida” exprime a exigência de recuperar o exercício de uma soberania individual diluída nas idéias de progresso, de rentabilidade e do culto das curvas de crescimento, pelo que, como diz uma inscrição nas paredes da Sorbonne, “ninguém se apaixona”. (CASTEL, 1998, p. 504)

Essa “crise de governabilidade” representa uma mudança, o fim de um modelo que, segundo Gorz (2004), pode ser estendido ao que passou a ocorrer no âmbito das empresas. As fábricas com um sistema de administração rígida, produção em massa, centralizadas, tiveram que adaptar-se a um novo modo de produção mais flexível diante do fim do crescimento econômico.

O tema crise no capitalismo não é nenhuma novidade. Desde Marx o capitalismo vem sendo desvendado: seja o mistério da mercadoria, a mais-valia, as relações capital-trabalho e a compreensão de que o capitalismo é um sistema cuja trajetória é marcada por sucessivas crises. As ideias keynesianas, que entram em crise nos anos 1970, se constituíram a partir de uma crise anterior. No momento atual, estamos assistindo a uma nova virada do modelo e a um retorno da intervenção do Estado no mercado, diante das profundas dificuldades e sucessivas quebras no mercado financeiro.

¹ A crise do Estado de Bem-Estar Social é devida à crise fiscal, à demanda crescente por novos serviços, ao envelhecimento da população (aposentadorias) e ao crescimento constante e imenso dos serviços de saúde. A crise fiscal se deve à redução do número de trabalhadores em consequência das novas tecnologias, o que provoca a diminuição dos contribuintes aos sistemas previdenciários.

O que nos interessa particularmente na análise do período a partir dos anos 1970 é entender essa nova forma organizacional da produção e suas consequências no mundo do trabalho, principalmente no que diz respeito ao trabalho assalariado.

Segundo Castel (1998), a condição de assalariado, ao longo do tempo, supera as fantásticas desvantagens e torna-se, nos anos 1960, a matriz da base da “sociedade salarial” moderna. Na contemporaneidade estamos assistindo ao enfraquecimento dessa sociedade.

Para autores como Gorz e Offe, as transformações do processo produtivo levam ao fim de uma sociedade centrada no trabalho. Segundo Gorz, ao fim do trabalho, entendido na acepção de Rifkin.

O que Rifkin denomina “o fim do trabalho” diz respeito ao fim daquilo que todos têm por hábito denominar “trabalho”. Não se trata mais do trabalho no sentido antropológico ou no sentido filosófico do termo.....Trata-se, sem equívoco, do “trabalho” especificamente próprio do capitalismo industrial: o trabalho ao qual Rifkin refere-se é aquele que permite dizer que uma mulher “não tem trabalho”, embora consagre seu tempo a criar seus filhos e que ela “tem um trabalho” quando consagra uma fração de seu tempo a criar filhos alheios numa creche ou numa escola maternal. (GORZ, 2004, p. 9-10)

Esse trabalho específico do capitalismo industrial se caracteriza por ser uma atividade social, remunerada, com competências definidas, benefícios sociais, uma profissão.

Segundo Offe (1989), a crise na sociedade do trabalho se reflete no processo de constituição do próprio sujeito.

Pode-se falar de uma crise na sociedade do trabalho na medida em que se acumulam indícios de que o trabalho remunerado formal perdeu sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da auto-estima e das referências sociais, assim como das orientações morais. (OFFE, 1989, p.7)

Esse conjunto de reflexões se dá a partir de transformações no processo produtivo ocorrido nas últimas décadas. O modelo industrial que tinha como emblema o fordismo dá lugar a uma produção mais flexível. Como consequência, assistimos à diminuição de mão de obra, aumento do desemprego, maior presença do setor de serviços, outra postura e expectativa em relação ao trabalhador e o surgimento de novas formas de trabalho.

A presença de novas tecnologias num período de alterações e avanços do processo produtivo não é uma coisa recente; elas estavam na Revolução Industrial no século XVIII, representadas, principalmente, pela máquina a vapor.

Segundo Castells (1999), a existência e disponibilidade de novas tecnologias foram suportes fundamentais na reestruturação econômica que se deu a partir dos anos 1980; possibilitou o surgimento de uma nova economia globalizada, uma atuação das empresas em rede. O autor denomina essa nova economia de informacional, acentua seu caráter global e seu funcionamento em rede.

A reestruturação econômica e produtiva buscou superar a crise dos anos 1970 em que a prosperidade econômica, o crescimento e o aumento da produtividade entram em declínio. Neste período houve um aumento da inflação e do preço do petróleo. As empresas, diante da perda de lucratividade, engajaram-se num processo de reestruturação em busca de aumentar a produtividade, adaptando-se a uma nova lógica de produção. e tiveram que trilhar os seguintes caminhos: reduzir custos de produção (o que inclui mão de obra), aumentar a produtividade, ampliar o mercado e acelerar o giro de capital.

Os avanços tecnológicos foram fundamentais, porém, ocorreu também o surgimento de uma nova lógica organizacional. De uma produção em massa para uma produção flexível. A seguir vamos resumir as características desse novo modelo, utilizando-nos da comparação com o modelo anterior, que se consolidou na chamada sociedade industrial.

Piore e Sabel, pioneiros na análise dessas transformações, apontam para o esgotamento do sistema de produção em massa Coriat (1994), ao estudar o modelo japonês, fala da passagem do fordismo ao pós-fordismo. Sejam quais forem as nomenclaturas utilizadas e os casos específicos estudados, alguns pontos desse novo sistema de produção são consensuais, dentre eles: a flexibilidade da produção, a difusão da tecnologia de informação, economia de mão de obra, produção enxuta, terceirização, descentralização, subcontratação etc.

Um dos pontos amplamente analisados pela literatura é a transformação da produção em massa, característica do fordismo, em produção flexível. A primeira se assenta numa economia em escala, processo mecanizado, produção padronizada, linha de montagem, grande empresa, integração vertical e divisão social e técnica do trabalho. A segunda se adapta às transformações, é personificada, as máquinas são

de fácil programação, podendo ser ajustadas, os produtos são flexibilizados de acordo com a demanda.

A mudança no padrão de produção é gerada por uma demanda imprevisível, tanto de quantidade como de qualidade do produto, pela diversificação dos mercados e pelo próprio ritmo de transformação tecnológica. A flexibilidade, tanto do produto quanto do processo, torna-se um modo de atender a esse novo padrão de consumo. Piore e Sabel formulam a ideia de especialização flexível a partir do estudo de experiências de regiões industriais da Itália. Esse tipo de produção vai se impondo em diversas áreas.

Assim como o ícone da produção em massa esteve na indústria automobilística, com esse novo modelo de produção não será diferente. O método japonês, um dos principais representantes desse novo paradigma, tem na fábrica da Toyota sua expressão. No famoso estudo de Coriat (1994), sobre o toyotismo ou ohnismo, encontramos a descrição dos principais pontos que caracterizam a produção flexível e a possibilidade de sua “transferibilidade” e sua “aplicabilidade” em outros espaços.

Coriat (1994) descreve o toyotismo a partir de um processo de comparação com o modelo fordista, a produção de grandes séries de produtos substituídas por produção de séries restritas de produtos diferenciados. O novo método procura resolver as seguintes questões: produzir a baixos custos séries pequenas de produtos variados e elevar a produtividade sem aumentar as quantidades. Todo um saber-fazer acumulado no modelo fordista não funcionava mais nesse momento, era preciso inovar e buscar novas formas de produtividade.

Dentro desse novo sistema surge uma nova estrutura organizacional: a fábrica mínima, uma nova forma de administração, outra disposição do espaço físico, uma nova relação com o tempo.

A fábrica mínima nos interessa particularmente, uma vez que nesse princípio está a redução de pessoal. A ideia da fábrica mínima relaciona-se com a tão falada redução ou eliminação do estoque, conhecido como sistema Kan-Ban (ou *just-in-time*).

Para Ohno a questão do estoque é ampla e não se encerra em si mesma. Atrás do estoque existe o “excesso de pessoal” e o “excesso de equipamento” e a redução, tanto de pessoal quanto de equipamento, é um caminho para ganhos de produtividade. “Dispensando os estoques, dispensa-se também o excesso de

pessoal, o excesso de equipamento.” (CORIAT, 1994, p. 33). “.a fábrica mínima é primeiramente e antes de tudo a fábrica de pessoal mínimo” (CORIAT, 1994, p 33).

Outros pontos abordados são a maior participação das empresas de pequeno e médio porte e a crise nas empresas de grande porte. As características desse novo modelo, a necessidade de inovação, de rápida adaptação e de produção personalizada, estariam mais afinadas com as pequenas empresas, pois pelo próprio perfil seriam mais aptas aos ajustes necessários. Segundo Castells (1999), essa questão é controversa, pois, para o autor, não ocorreu o fim da grande empresa e sim uma nova forma de atuar; houve um aumento crescente da subcontratação de pequenas e médias empresas que possibilitaram maior eficiência à grande empresa.

Para Castells, se por um lado as empresas de pequeno e médio porte são realmente mais adaptáveis ao sistema produtivo, seu dinamismo não deixa de ser controlado pelas grandes empresas que permanecem com o poder econômico.

Dentro dessa perspectiva de uma nova lógica organizacional, está a atuação das empresas em rede, que é possibilitada pelo avanço das tecnologias de informação e pela globalização. Cadeias produtivas se estendem por diferentes regiões e países. A prática da subcontratação e da terceirização é amplamente discutida por Coriat, na análise do modelo japonês.

A empresa e as transformações que nela vêm ocorrendo nas últimas décadas fazem parte de um contexto mais amplo. As mudanças afetam a sociedade como um todo.

Os novos rumos da produção alteram os antigos padrões de trabalho, mudam a estrutura dos empregos. Há um deslocamento da ênfase no emprego industrial para o crescimento dos serviços, o que altera de modo significativo o mercado de trabalho. Expressões como “pós-industrialismo” ou “sociedade de serviços” passam a fazer parte do cenário.

Nessa perspectiva de mudança de modelo de produção, para Gorz, a situação em que se encontravam as empresas, com o fim do crescimento do fordismo, levava a duas alternativas: conquistar novos mercados e renovar de forma rápida seus produtos, portanto, elas deveriam chegar aos chamados países “emergentes”, como também criar novas formas de produção, com constante inovação, produzir séries curtas, ajustando-se à demanda e operando a custos baixos.

De quantitativo e material, o crescimento devia tornar-se “qualitativo” e “imaterial”. Os produtos deviam impor-se por sua “imagem”, sua novidade, seu valor simbólico..... Em mercados virtualmente saturados, a única forma de crescimento possível era a rapidez com que se sucediam os gostos, as preferências e as modas. (GORZ, 2004, p.37)

A rigidez na produção característica do fordismo se tornava um entrave a esse tipo de demanda. A empresa rígida, hierárquica, disciplinada, com normas de tempo, grandes estoques, operários especializados sobre os quais se exercia rígido controle vai dando lugar à empresa flexível. Esse modelo configurava uma determinada visão de trabalhador que vai sendo desconstruída no sistema de produção flexível.

Tamanha obsessão pelo controle disciplinar não provinha dos imperativos técnicos da produção de massa. Provinha, ao contrário, como deixou muito explícito F. W. Taylor, da profunda desconfiança que nutria o administrador por uma mão de obra considerada bestificada e “naturalmente” refratária ao esforço. A organização “científica” do trabalho destinava-se a extorquir do operário o máximo de rendimento, enclausurando-o num sistema de obrigações que lhe retirava qualquer margem de iniciativa. (GORZ, 2004, p. 38)

A transformação do processo produtivo que estamos descrevendo, de forma panorâmica, se dá de forma dual, principalmente no que se refere à questão do emprego e do desemprego. Se por um lado, temos um avanço quanto ao fator humano no trabalho, em que o trabalhador considerado de forma bestificada, como um mero executor de tarefa, passa a ocupar um novo lugar, por outro emerge um trabalhador polivalente em que o saber e o fazer convergem. Paralelamente, temos um agravamento do desemprego, a precarização das condições de trabalho e um enfraquecimento das proteções trabalhistas.

Assim como nos estudos das empresas e das novas formas organizacionais encontramos pontos de consenso, o que nos possibilitou a descrição de um modelo, o desemprego e a precarização das condições de trabalho também são apontados por diversos autores como uma das consequências do processo de reestruturação produtiva. Na análise do Coriat, a fábrica mínima é também a fábrica de pessoal mínimo. Para Offe, estamos assistindo a uma diminuição do mercado de trabalho, mesmo com o crescimento da produção econômica de bens e serviços, o que abala

substancialmente a ideia de que o crescimento econômico levaria ao pleno emprego.

Essa dualidade que se apresenta no mercado de trabalho é muito bem caracterizada por Gorz no trecho a seguir:

Assim a mão de obra divide-se em duas grandes categorias: um núcleo central composto por assalariados permanentes e em tempo integral, capazes de polivalência profissional e mobilidade; e, em torno deste núcleo, uma massa considerável de trabalhadores periféricos, entre os quais uma grande proporção de trabalhadores precários e intermitentes com horários e salários variáveis. A estes assalariados periféricos acrescenta-se ainda uma proporção cada vez maior de “externos”, isto é, de prestadores de serviços supostamente “autônomos” pagos por tempo determinado ou por tarefa, cuja carga de trabalho varia segundo as necessidades do momento. Estes trabalhadores “independentes” não estão cobertos pelos direitos do trabalho, não têm proteção social e estão expostos a todas as circunstâncias conjunturais e comerciais das quais as empresas estão agora liberadas. (GORZ, 2004, p. 59)

A precarização das condições de trabalho, o aumento do desemprego e a regressão das proteções trabalhistas são situações que em países periféricos como o Brasil se tornam mais dramáticas, seja por não termos atingindo uma sociedade de pleno emprego, como também por não ter havido aqui uma consolidação de um Estado de Bem-Estar Social.

Machado da Silva (2003) analisa as transformações do mercado de trabalho a partir do conceito de informalidade. A noção de informalidade surge mais ou menos de forma estruturada e procura dar conta de uma determinada situação do mundo do trabalho, mais especificamente vivida pelos chamados países “subdesenvolvidos”. Na medida em que o mundo do trabalho sofre mudanças profundas, o conceito se esvazia e perde sua capacidade analítica.

Segundo Machado da Silva (2003), informalidade tem sido uma noção proposta para analisar “as dificuldades e distorções da incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo em contextos nos quais o assalariamento era pouco generalizado.” (MACHADO DA SILVA, 2003, p.142).

Nesse sentido, relaciona-se a grupos menos favorecidos e a sua inserção produtiva marginal, que tenderia a se modificar na medida em que se generalizasse o trabalho industrial assalariado, incorporando ao longo do tempo esse contingente marginal. A noção de informalidade procurava dar conta do entendimento dessa

situação de “trabalho” que “ainda” não estaria numa sociedade de pleno emprego, visto como meta e pensado como possível de ser realizado.

Em consequência desse entendimento, a categoria da informalidade estaria relacionada aos países periféricos em que o pleno emprego e as proteções sociais não se consolidaram. Acreditava-se, porém, que essa incorporação ao mercado de trabalho formal era uma meta possível de ser atingida. As reflexões sobre os caminhos para se alcançar uma sociedade de pleno emprego nos países periféricos é uma análise bastante complexa e foi desenvolvida por diversas correntes do pensamento nacional.

A crise dos anos 1980 nos coloca diante de uma nova trajetória, e a informalidade, a precarização do trabalho, de etapa a ser vencida, de situação atípica passa a ser uma realidade que se generaliza.

Essa perspectiva do trabalho assalariado como ponto de chegada fica abalada, e novas relações e práticas de trabalho começam a ser impor. “O assalariamento já não reina sozinho como parâmetro inquestionado, embora continue como uma referência central” (MACHADO DA SILVA, 2003, p. 152-3).

Segundo o autor, a noção de informalidade na contemporaneidade perde sua força analítica na medida em que o trabalho informal se generaliza nesse novo modelo. O conceito de informalidade, que antes era utilizado para compreender situações específicas, passa então a designar diversas formas de trabalho, muitas vezes contraditórias.

Dentro dessa perspectiva de alterações referenciais do trabalho, de situações atípicas tornando-se regra, como a precarização, a informalidade, o crescimento e as novas características que assumem o desemprego, Guimarães (2003) avança na discussão e trabalha com a ideia de uma sociologia do desemprego. Neste novo modelo produtivo, a relação emprego-desemprego se transforma, assumindo novo significado. Ficamos diante de trabalhadores sem trabalho, do desempregado de longa duração, dos “supranumerários” na linguagem de Castel (1998).

Em sua análise, a autora chama a atenção para o fato de que o estudo da sociologia do trabalho esteve centrado na fábrica. Com a nova configuração do universo produtivo é necessário voltar o olhar “além da fábrica”. As reflexões sobre a questão ocupacional seguem duas vias: a primeira trata dos chamados “sobreviventes”, isto é, aqueles que passaram e sobreviveram ao processo de

reestruturação produtiva, e a segunda analisa a situação dos próprios desempregados.

Essa análise, para o entendimento da questão ocupacional, é fundamental, uma vez que os caminhos anteriormente estabelecidos como relativamente seguros para ingresso no mercado de trabalho foram abalados, assim como o próprio mercado de trabalho, como nos mostra Paiva (1999):

As trajetórias ocupacionais ascendentes que caracterizaram o pós-guerra, marcado pela abundância de oportunidades de ocupação e de educação, supunham uma relação positiva daquele trinômio (*qualificação, status e renda*). Ela sofre hoje uma revisão profunda, visível de forma imediata no que concerne à renda, mas igualmente marcada no que concerne à perda de *status*. (PAIVA, 1999, p.17)

O estudo das formas do desemprego e o perfil dos desempregados nos levam a desvendar os grupos sociais com menores chances de inserção no mercado de trabalho e proporcionam um saber para caminhos de uma possível intervenção.

Por que só assim seria possível dimensionar o hiato entre características pretendidas pelos empregadores e “ativos” de qualidades efetivamente possuídos pelos que demandavam trabalho. Sem isso, ademais, seria impossível formular políticas – governamentais sindicais e empresariais – com vistas a empregabilidade. (GUIMARÃES, 2003, p.181)

Na análise das oportunidades de emprego, a autora identifica duas vertentes, uma que tende à homogeneização e outra que está mais afinada com as formas locais. A primeira relaciona-se ao padrão flexível de produção e seus efeitos no emprego: aumento do emprego em serviços, do trabalho por conta própria, generalização da informalidade, flexibilização das relações trabalhistas. Esse conjunto de questões reforça a dualidade no mercado de trabalho, ideia já vista em Gorz, segundo Guimarães:

Em termos quantitativos, ingressamos numa era em que o crescimento da produção passaria a se dar sem um aumento proporcional do emprego, levando a um crescimento daquela parcela do desemprego aberto que pode ser entendida como desemprego estrutural. Em termos qualitativos polarizam os postos de trabalhos em “bons” ou “maus” empregos. (GUIMARÃES, 2003, p.183-4)

Ainda na perspectiva da homogeneização, apesar da complexidade da análise das oportunidades de emprego, o capital humano e a qualificação aparecem como um dado positivo na sobrevivência do trabalhador.

No universo do desemprego há uma nova configuração; o desemprego torna-se um problema de ordem estrutural. Mesmo em economias avançadas, alteram-se as formas do desemprego e o perfil dos desempregados. Essas alterações não se manifestam de forma homogênea, elas estão relacionadas às características das sociedades. Questões como maior ou menor participação do Estado, consolidação ou não dos sistemas de proteção social, tipo de relações industriais vão estar ligadas aos problemas gerados pela reestruturação produtiva no campo do emprego.

A análise traz à tona essa nova configuração do desemprego e do desempregado. De transitório e involuntário passa a ser uma situação de longa duração, alterando o elo anteriormente existente entre emprego-desemprego. Atinge de forma desigual as pessoas.

Ou seja, o desemprego, além de involuntário, como queria o nosso modelo clássico de cultura normativa do trabalho, é hoje fortemente seletivo, visto que as chances de emprego estão desigualmente distribuídas entre os diferentes grupos sociais. (GUIMARÃES, 2003, p.189)

Outro ponto de desvinculação desse elo “natural” entre emprego-desemprego é que a possível saída da situação de desemprego não se dá através da obtenção de um emprego estável.

O desemprego assume um significado novo na sociedade na medida em que a sociedade do trabalho se enfraquece. Apesar de ainda estarmos numa sociedade salarial, novas relações de trabalho se apresentam, e o desemprego, pela amplitude que alcança, passa a ser objeto de análise da “sociologia do trabalho”. Estaríamos diante de uma nova questão social, para Castel a existência dos “supranumerários”. A convivência com situações marcadas pela incerteza.

A perda da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea vai muito além do emprego e da renda. O trabalho atingiu uma função singular na sociedade. Foi a partir dele e da figura do trabalhador que se deu a desvinculação das esferas da vida, como a esfera doméstica e a do trabalho. Assumiu a função de regulador social, entendido como um agente de pacificação. Trabalho enquanto ética, moral,

agente de solidariedade. Laços sociais assentados no trabalho. Através do trabalho se estabeleceram as proteções sociais.

Castel utiliza o conceito de propriedade social para caracterizar a dimensão que o trabalho ocupa na sociedade contemporânea. A introdução da propriedade no cenário social faz com que o indivíduo, mesmo fora da condição de proprietário, esteja inserido numa ordem de seguridade.

Trata-se realmente de uma mudança de registro. A seguridade social procede de uma espécie de *transferência de propriedade* pela mediação do trabalho e sob a égide do Estado. Seguridade e trabalho vão tornar-se substancialmente ligados, porque, numa sociedade que se organiza em torno da condição de assalariado, é o estatuto conferido ao trabalho que produz o homólogo moderno das proteções tradicionalmente asseguradas pela propriedade. (CASTEL, 1998, p.387)

A propriedade social está no coração do desenvolvimento dos serviços públicos. Está ligada a um sistema de direitos e obrigações, não é algo que se possa adquirir no mercado: “o desenvolvimento da propriedade social e dos serviços públicos representa, desse modo, a realização do programa solidarista contra o individualismo-egoísmo do liberalismo clássico” (CASTEL, 1998, p.397).

Existe uma lógica protetora do Estado que assegura direitos sociais e proteções que está intimamente ligada à ordem do trabalho; a aposentadoria é o exemplo de uma delas. As posições sociais, também, passam a estar relacionadas ao lugar ocupado na divisão do trabalho. Os elementos que compõem a propriedade social, isto é, um conjunto de direitos e seguridades, se universalizam no que o Estado denomina de sociedade salarial.

Portanto, a perda dessa posição do trabalho na sociedade tem inúmeras conseqüências. Esse papel integrador, de constituidor dos laços sociais, significa mais do que atividade remunerada. Trabalho que se apresenta como categoria de identidade.

Se a sociabilidade e as identidades deixam de se constituir no espaço do trabalho, o que é colocado em seu lugar? Essa é uma pergunta fundamental na pesquisa da dissertação. Diferentes autores apontam caminhos distintos. Machado da Silva aponta para a violência ocupando o espaço de interação. Castel fala de um individualismo negativo diante da ausência de vínculos e proteções sociais. Gorz propõe uma nova apropriação do trabalho, no seu sentido mais filosófico. A

constituição de uma outra sociedade em que o trabalho perca sua centralidade na consciência, na imaginação. Mas essas são questões a serem analisadas no percurso da pesquisa, a partir da ótica do grupo escolhido no recorte empírico.

3. SEGMENTO JUVENIL: ESPECIFICIDADES E POLÍTICAS DE INSERÇÃO

O ProJovem é um programa do governo federal de inclusão de jovens, que se inicia no ano de 2005, resultado de um conjunto de discussões de políticas públicas para a juventude, desenvolvidas ao longo das últimas décadas no país. Procuraremos situá-lo nesse contexto mais amplo de reflexões sobre a juventude no país, para melhor compreendermos as características que o programa assume. É necessário para a discussão das principais orientações das políticas públicas para a juventude no Brasil, entendermos a representação dos jovens que é constitutiva dessas políticas e, para tal, nos apoiaremos nas análises de diversos autores sobre o tema, articulando suas contribuições e propondo diálogos entre eles.

3. 1. Juventude como tema de políticas públicas

Segundo Sposito & Carrano (2003), é a partir do fim da década de 1990, que começam a se observar políticas destinadas mais especificamente à juventude no Brasil. Até então, os jovens eram contemplados em políticas mais abrangentes que incluíam todas as faixas etárias.

Os autores consideram que nesse período há algum consenso sobre a necessidade de implementação de políticas destinadas aos jovens no país, o que não significa que este consenso se reflita nas orientações e pressupostos dos projetos e programas implantados.

As ações destinadas aos jovens, assim como a outros segmentos sociais, expressam representações sobre esses jovens que uma determinada sociedade constrói, e essas ações políticas são também capazes de produzir novas representações.

[...] a conformação das ações e programas públicos não sofre apenas os efeitos das concepções, mas pode, ao contrário, provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens. Assim as políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas poderiam agir, ativamente, na produção de novas representações. (SPOSITO & CARRANO, 2003, p. 18)²

² A este respeito, em nota de pé de página os autores nos lembram que “É importante recorrer a Durkheim (1970), quando afirma que as representações sociais não são a simples soma das representações dos indivíduos” Ressalta ainda o sentido dado à noção de representação em

Segundo Abad (2002), um dos sentidos atribuídos à política pública é de uma ação baseada numa determinada representação do grupo para a qual a política é direcionada. Para a existência de uma determinada política pública é necessário que exista uma situação que requeira solução, e essa política é um instrumento para a sua transformação.

Historicamente la evolución de las políticas de juventud en América Latina ha estado determinada por los problemas de exclusión de los y las jóvenes de la sociedad y a cómo facilitarles su transición e integración al mundo adulto. (ABAD, 2002, p. 123)

· Numa perspectiva histórica, que abarca o período de 1950 a 2000, o autor analisa quatro modelos distintos de políticas de juventude que se relacionam a problemas políticos específicos.

O primeiro deles, que recobriria o período de 1950 a 1980, é denominado ampliação da educação e uso do tempo livre e se caracteriza pelo esforço na ampliação da cobertura educacional em todos os níveis, possibilitando o acesso ao ensino de jovens das camadas médias e baixas da população. Esse modelo ocorre num momento em que se tinha um horizonte otimista de ascensão social e melhora das condições de vida através da escola e do trabalho, num período de economia em expansão. Vimos essa perspectiva positiva de futuro, na discussão do primeiro capítulo.

O segundo modelo se dá no período de 1970 a 1985,³ é pautado no controle social de setores juvenis mobilizados, época intimamente relacionada com as questões políticas da América Latina, tendo como pano de fundo a Guerra Fria, quando questões ideológicas se polarizam. Jovens envolvidos em movimentos revolucionários, forte presença dos movimentos estudantis, o que vai gerar uma resposta repressiva por parte do Estado.

O terceiro vai de 1985 a 2000, é marcado pelo enfrentamento da pobreza e prevenção de delito. A crise dos anos 1980, discutida no primeiro capítulo,

Lefebvre que, segundo a mesma, recusa a dicotomia entre o que está fora, exterior (como coisa) e as representações que também vêm de dentro e são contemporâneas à constituição do sujeito, tanto na história de cada indivíduo quanto na gênese do individual na escala social. Desse modo, as representações “não são nem falsas nem verdadeiras mas, ao mesmo tempo, falsas e verdadeiras: verdadeiras como respostas a problemas ‘reais’ e falsas na medida em que dissimulam objetivos ‘reais’” (Lefebvre, 1980, p. 55).

³ Esses modelos que se sobrepõem no tempo ocorrem concomitantemente

ocasionou forte redução nos gastos sociais, período de desequilíbrio social e agravamento da pobreza, principalmente nos países periféricos. Segundo o autor, esse período fez aflorar a seguinte situação da juventude:

[...] jóvenes ya no asociados al imaginario del estudiante de las épocas anteriores sino muy recientes generaciones urbanas, jóvenes mayormente marginados de la educación y de la sociedad en general, que reclaman su lugar agrupándose em combos, pandillas, bandas o marras, según el país, y que empiezan a desarrollarse con características similares aun en contextos muy diferentes, y cuyas acciones reivindicatorias van desde formas de vandalismo más o menos leves hasta acciones delictivas de gran calibre, asociadas al narcotráfico.(ABAD, 2002, p. 126)

Os programas destinados aos jovens passam, então, a ter como alvo populações mais afetadas pela exclusão social. Para a inserção desses jovens marginalizados é necessária a ação das políticas públicas.

Um último modelo, de 1990 a 2000, é a inserção laboral dos jovens excluídos. Este se dá num cenário de globalização. Mesmo sendo um momento de maior estabilidade econômica, os índices de pobreza continuam extremamente elevados, e profundas modificações ocorrem no universo do trabalho. Ao estendermos a análise até os tempos atuais, e incorporarmos os acontecimentos dessa primeira década do ano 2000, a questão da inserção dos jovens no mundo do trabalho se agravou com a nova crise econômica e se agregou ao contexto.

Com a complexificação do mundo do trabalho, o aumento do desemprego faz com que a inserção dos jovens no mercado de trabalho se torne um problema social. Segundo Dubar (2001), a questão da inserção profissional é produto de uma história, de uma construção social. Essa passagem da escola ao mercado de trabalho, que hoje se vê tão fortemente ameaçada, não é uma questão natural, nem sempre foi assim; ela começa a tomar corpo a partir do momento em que a escolarização obrigatória para todos se institucionaliza.

Na fase de crescimento do pós-guerra, em que havia uma grande quantidade de emprego, essa passagem de estudante a trabalhador se dava de forma quase automática, segundo o autor, era uma passagem “pré-programada”. Não havia sentido falar de problemas de inserção; é a partir da crise do mercado de trabalho que a inserção se torna um problema, quando já não há o pleno emprego e nem a perspectiva dele. É a partir de então que se desenvolvem estratégias e programas para inserção no mercado de trabalho.

Políticas públicas voltadas para a juventude, principalmente para os jovens em situação marginalizada, passam a ter como foco a inserção desses jovens no mundo do trabalho. Sem grandes investimentos na qualidade da educação, desenvolvem-se programas de capacitação e qualificação (Abad, 2002).

As intervenções através das políticas públicas só se fazem no momento em que determinadas situações tornam-se problemas sociais, como vimos no capítulo inicial. O trabalho é uma categoria fundamental na sociedade ocidental, e a partir da década de 1980 há uma mudança de rota no desenvolvimento da sociedade salarial, gerando reflexões como o fim do trabalho, o estudo do desemprego, da informalidade, da precariedade que passam a se tornar realidades no universo do trabalho. A geração de jovens que hoje é atendida pelos programas sociais nasceu neste tempo de crise, portanto, os programas tentam minimizar as dificuldades de inserção que se agravaram e se tornaram críticas para esse segmento.

Os terceiro e quarto modelos descritos por Abad (2002) são modelos que se complementam e, como veremos, são orientações que norteiam as políticas atualmente implementadas; são políticas voltadas para a juventude, mas não apenas no seu corte etário; são políticas para jovens pobres, que procuram combater determinados problemas de exclusão.

As políticas públicas para a juventude, em geral, têm no recorte socioeconômico o seu foco, estão associadas a jovens pobres ou, como diz Abad, caracterizados pelo problema da exclusão. A literatura sobre o tema nos estudos e análises dos programas públicos aponta para esse recorte; a situação em que se encontram esses jovens recebe diversas denominações: “risco social”, “vulnerabilidade”, “excluídos”, “marginalizados” etc. Trata-se de representações criadas pelo senso comum e incorporadas pelas políticas públicas, que passam a fazer uso delas para definir o grupo e criar mecanismos de atuação. Muitas vezes essas representações acabam sendo incorporadas pelo próprio grupo como verdades, lembrando um processo de violência simbólica como violência despercebida (Bourdieu, 1997, p.163).

Spósito e Corrochano (2005) indicam eixos de conflito na discussão sobre políticas públicas para a juventude. De um lado, há aqueles que questionam se realmente são necessárias políticas específicas, ou se as políticas universais como as de educação, saúde, esporte, e outras, já não os contemplariam. Por outro lado, encontramos posições que defendem políticas de juventude apenas como ações

destinadas aos jovens em “situação de exclusão social” ou em condições de “vulnerabilidade”.

3. 2. Representações da juventude

As políticas públicas para a juventude estão, principalmente, associadas a uma juventude em condições específicas, cujas representações são muitas vezes ligadas à criminalidade, à vivência de um tempo livre ocioso, ao tráfico de droga, à violência etc.

Não podemos, entretanto, ignorar a existência de um conjunto de ideias e caracterizações que simbolizam a juventude como um “todo”, marcos geracionais que independem das condições de desigualdades existentes entre os jovens. Esse período da vida esteve fortemente associado a um momento de transição ao mundo adulto, em que alguns eventos são considerados como marcadores dessa passagem.

Ao lado da visão do jovem como um adulto em potencial e que deve ser preparado para o mundo futuro, com a perspectiva de se produzir um adulto ajustado e produtivo, existe outra em que os jovens estão associados a determinados “problemas”, como o comportamento de risco, a delinquência, a drogadição. Esta é uma visão negativa da juventude, relacionada à desordem social e à conseqüente necessidade de ações de controle por parte da sociedade. As duas visões se complementam e neste sentido os “problemas” característicos da juventude seriam desvios superados pelo processo de socialização e entrada no mundo adulto, entendido como estável (Castro e Aquino, 2008).

Essa compreensão/representação da juventude pressupõe uma determinada visão do mundo e da sociedade, como se a partir de um processo de socialização fosse possível esse “enquadramento” no mundo adulto.

A essas caracterizações da juventude, no momento, soma-se uma nova concepção, a do jovem como ator estratégico, sujeito de direitos, indo além dessa visão de fase transicional.

Spósito e Carrano (2003) falam de uma simultaneidade de tempos nas discussões que orientam as políticas para a juventude. Encontramos aí o controle social do tempo, a formação de mão de obra, mas também a visão dos jovens como sujeitos de direitos.

Segundo os autores, os jovens são vistos como sujeitos que necessitam de atenção e estão associados a problemas sociais e de desvio, como também podem ser percebidos a partir de seus atributos positivos, responsáveis pelas mudanças sociais, e portadores de potencialidades.

Abad (2002) assinala essas mudanças de enfoque na condição juvenil. Nos modelos apresentados, as políticas de juventude possuem um viés integracionista “están orientadas a facilitar la incorporación de los jóvenes a la sociedad mediante el mejoramiento que aseguran la transición de los jóvenes a la etapa adulta” (ABAD, 2002, p. 129).

Portanto, são estratégias que se baseiam em estruturas de apoio, em políticas de educação e emprego. A visão que as orienta tem a fase adulta como o único lugar para a incorporação social plena.

A mudança de enfoque se dá a partir das próprias transformações nos processos que marcam a transição para a vida adulta, dentre eles as alterações nas configurações familiares, o esgotamento de um modelo de ascensão social baseado na educação, a presença de uma cultura marcadamente juvenil, o prolongamento da juventude que hoje vai até os 30 anos. De situação transitória, denominada, por exemplo, como estudantes, a juventude começa a ser vista como uma “categoria” em si mesma.

Segundo Abad (2002), sem menosprezar as políticas que contribuem para que os jovens tenham trajetórias menos complicadas ao ingresso na vida adulta, essa visão que orienta as políticas públicas supõe que os problemas de inserção estariam nos jovens, “como si la sociedad em su conjunto estuviese esperándolos com las puertas abiertas y validando de facto una visión adultocentrica que posiciona el status adulto como el único lugar para la plena incorporación social” (ABAD, 2002, p. 129).

As novas representações, que começam a se delinear dentro dessa perspectiva do jovem como ator estratégico têm como um momento importante o fenômeno chamado “onda jovem” (Castro e Aquino, 2008). Segundo Felícia Madeira (1998), “onda” é um momento em que ocorre um alargamento de uma determinada faixa etária e no final da década de 1990 estaríamos atravessando uma “onda de jovens”. No ano 2000 se constituiria no Brasil uma das maiores proporções de jovens da nossa história. Esse aumento relativo da população em idade ativa pode

ser entendido como um bônus demográfico, mas que tem sido ameaçado pelo problema da “crise do emprego” (Castro e Aquino, 2008).

Essas multiplicidades de visões vão refletir nas orientações dos programas, o que parece estar de acordo com o momento em que vivemos, no qual antigas certezas foram abaladas, a noção de futuro se esgarçou, como vimos no capítulo anterior, e ocorreu um agravamento das dificuldades para o universo juvenil.

Essa nova condição juvenil se constrói, portanto, a partir da crise das instituições tradicionais de transição para a vida adulta e da perda da linearidade dessa transição. A inserção no mundo adulto, tida como um momento a ser alcançado, hoje se transforma cada vez mais, encontra-se distante no tempo e quando se processa não representa nenhuma estabilidade, principalmente, no universo do trabalho. As transformações no processo de transição, se não rompem com a força da representação do jovem como fase de transição, começam a traçar reflexões a respeito.

Nas análises apresentadas em *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* (2006), encontramos uma série de reflexões sobre os marcos institucionais de transição e suas transformações.

Segundo as autoras Camarano e Mello (2006), não há um consenso na literatura a respeito de qual evento marca a entrada do indivíduo no mundo adulto, que pode ser caracterizada pela independência econômica e, nesse sentido, Guimarães (2006), vai enfatizar que o trabalho é fundamental nesse processo. Pode ser pela saída da casa dos pais, o que hoje ocorre cada vez mais tarde, ou ainda pela constituição de família, o que é problemático, pois estamos num momento em que os novos arranjos familiares são mais frequentes, dificultando a compreensão de que processos definem a formação de uma família.

Independente de se definir quais os eventos que demarcam essa passagem para a vida adulta e, sem dúvida, ele não é um só, e sim um conjunto, estes se baseavam em modelos tradicionais que seguiam uma linearidade e se encontravam dentro de uma determinada perspectiva de futuro.

Os modelos tradicionais de transição consolidados após a Segunda Guerra, consideram uma linearidade no desenvolvimento do curso da vida, na qual uma dada sequência unidirecional de eventos e etapas ordena o caminho de um indivíduo, da infância à velhice. No processo de transição para a vida adulta, essa trajetória é composta pela saída da escola, ingresso no mercado de trabalho, saída da

casa dos pais, formação de um novo domicílio pelo casamento e nascimento do primeiro filho. (CAMARANO e MELLO, 2006, p. 17)

Todos esses demarcadores da passagem estão hoje colocados em questão: a escola já não é mais um lugar do qual se sai, o processo de formação é continuado, o investimento em educação e qualificação ocorre simultaneamente com a trajetória do trabalhador, o mercado de trabalho se complexificou. Não existe mais a estabilidade; a precariedade e a informalidade no mundo trabalho, de situação atípica, passaram a ser parte integrante do processo e a entrada nesse universo é cada vez mais postergada. A saída da casa dos pais se dá cada vez mais tarde e não necessariamente através do casamento, que não é mais o único marco de constituição de uma nova família. O nascimento do primeiro filho, que numa linha cronológica era um dos últimos momentos desse processo, em inúmeros casos tornou-se o primeiro passo, com a questão da maternidade entre jovens.

A ideia de juventude como uma fase de transição para a vida adulta sofre um abalo em decorrência da transformação do mundo do trabalho. A condição de estudante em que se encontrava o jovem de forma temporária, aguardando o momento de ingressar no mercado de trabalho, é fundamentalmente afetada, seja pelo seu prolongamento e ampliação da chamada “moratória social”, seja pela incerteza dessa entrada no mercado de trabalho, e ainda, sob que condições se dará. Há um conjunto de acontecimentos que contribuem para uma mudança na representação dos jovens: aumento da população jovem, prolongamento da moratória social como consequência das mudanças nos processos tradicionais de transição para a vida adulta e o surgimento de direitos, através de leis e estatutos, que passam a dar aos jovens um novo *status*, tornando-os uma categoria social, a de ator estratégico etc.

Todo momento de mudança transforma situações dadas, consideradas estáveis, e introduz em seu lugar um novo paradigma. Se, por um lado, assistimos a uma maior “dificuldade” na transição para a vida adulta, por outro, esta transição perde força, enquanto definidora da juventude. Começa, então, a surgir a ideia de juventude como um momento próprio e não apenas transicional, emergindo aspectos positivos dessa nova condição. O tempo prolongado da juventude, a condição de estudante ainda livre das obrigações do trabalho, pode ser visto como um tempo de experiência e experimentações, explorando possibilidades em diversos campos, como da afetividade, da sexualidade e do trabalho, contribuindo para o

desenvolvimento cada vez maior de uma formação educacional, que no futuro pode facilitar uma melhor inserção num mercado de trabalho cada vez mais exigente, escasso e competitivo.

3.3. Juventudes distintas

Ao caracterizar a juventude, estávamos considerando-a como um todo, seu simbolismo como uma geração, que vive em determinado tempo e lugar. Mas a juventude não é uma categoria homogênea, principalmente em lugares em que a desigualdade social é acentuada, como em nosso caso. A crise do emprego, os novos arranjos familiares, a maternidade desvinculada do casamento, o prolongamento da juventude, o protagonismo juvenil são vividos de forma distinta por juventudes distintas.

A tão falada moratória social, o prolongamento da juventude e seus aspectos positivos de espaço de desenvolvimento e experimentações, ocorre sem dúvida de forma desigual; esse fato é amplamente discutido pela literatura. É tema recorrente como podemos constatar:

Por un lado muchos jóvenes de clases populares gozan de abundante tiempo libre, pero se trata de un tiempo de espera, vacío en virtud de la falta de trabajo, de estudio y de alternativas para un ocio creativo y vitalmente enriquecedor. No es un tiempo legitimado e valorado por su familia y sus pares, sino el tiempo de la estigmatización social, un tiempo que empuja a la marginalidad y la exclusión, el tiempo de estar “marcando cavallera” en una esquina, expuesto a los ofiçiantes de la limpieza social. (ABAD, 2002, p.133)

Jovens de origem social privilegiada encontram na moratória social a possibilidade de desenvolvimento de suas potencialidades, o adiamento das responsabilidades, o que é permitido por um suporte financeiro de suas famílias.

A vivência de forma distinta pela origem social dos jovens é assim descrita por Castro e Aquino:

Os demais, que se vêem constrangidos a trabalhar em grande parte das vezes acabam se submetendo a empregos de qualidade ruim e mal remunerados, o que, em algum grau, também os mantém dependentes de suas famílias, ainda que elas lidem com isso de forma precária. (CASTRO e AQUINO, 2008 p.10)

Esse tempo ampliado da juventude é, para um grupo de jovens privilegiados, a oportunidade de desenvolver sua formação e qualificação, contribuindo para melhores chances de inserção. Porém na idealização “imposta” por um modelo talvez cristalizado nas camadas privilegiadas da sociedade, o mesmo é “universalizado”, levando muitas vezes aos jovens de classes populares a ideia de que o investimento em formação se consolidará em melhores condições de inserção no mundo do trabalho. Hoje, apesar de a incerteza de ingresso no mercado de trabalho ser um fenômeno que atinge todos os jovens, independente de sua situação socioeconômica, os mais pobres e com menor qualificação são mais atingidos por essas transformações no universo do trabalho. Contudo, o investimento em qualificação não é mais garantia e passagem assegurada para um lugar privilegiado no mundo do trabalho.

Como vimos no segundo capítulo, o desemprego, apesar de ter se tornado um problema estrutural que atinge todas as sociedades, não se dá de forma igual; varia de acordo com a organização social e com características biográficas dos indivíduos, tais como idade, sexo, etnia e escolaridade (Guimarães, 2003). Numa sociedade com padrões de desigualdades tão elevados, e considerando que o mercado de trabalho se apresenta de forma dual, um núcleo de trabalhadores assalariados, polivalente, e outro de trabalhadores periféricos e precários (Gorz, 2004), ou como diz Guimarães (2003), em termos qualitativos, polarizam-se os postos de trabalho em “bons” e “maus” empregos, esse tempo de prolongamento da juventude vivido de forma tão desigual pode acentuar o abismo entre os jovens em diferentes situações socioeconômicas.

Enquanto os jovens situados em um mundo globalizado vivem as mesmas questões de mudanças em diversas áreas da vida: trabalho, sexualidade, formação, prolongamento da juventude, expectativas etc., jovens em situações econômicas e sociais díspares vivem questões comuns de maneira específica.

Ao longo da pesquisa, como veremos no capítulo quatro, pode-se constatar um sentimento paradoxal na vivência do que a literatura denomina de espaço da moratória social. Esse momento da vida, que hoje se prolonga, pode ser entendido como característico da juventude, por uma crença de que a realização está no futuro, pela própria abordagem da juventude como um espaço transicional, tão marcado como parâmetro para compreensão desse tempo da vida.

A apreensão pela juventude de que esse tempo concedido à formação e à qualificação, mesmo vivido e experimentado com tantas adversidades, possibilita uma melhora nas condições de inserção no futuro é sentida e expressada pelos entrevistados. Esse tempo de formação é valorizado, e a perspectiva do futuro melhor não se rompeu. Ela se reflete nas trajetórias, principalmente, no que se refere à retomada dos estudos, à valorização da qualificação à perspectiva profissional e de melhor inserção no mundo do trabalho.

3.4. Público-alvo: a juventude

A constituição e formulação de políticas públicas para a juventude estão direcionadas para uma juventude que se “convencionou” chamar vulnerável, em situação de risco, excluídos etc, cuja representação, muitas vezes, está associada à criminalidade, violência, marginalidade. Portanto, uma juventude adjetivada, circunscrita a determinadas características. Dentro da lógica das políticas públicas como respostas a problemas sociais, os programas governamentais procuram minimizar os problemas da desigualdade ao promover ações que possibilitem a inserção desses jovens no mercado de trabalho retirando-os do espaço “vazio” e oferecendo “ferramentas” que facilitem suas trajetórias, como também, o desenvolvimento de suas potencialidades dentro dessa perspectiva de atores estratégicos.

O contexto econômico e social que se agrega ao corte etário é fundamental nesta pesquisa, pois circunscreve nosso grupo, dá a ele algumas marcas que são fundamentais na formulação das políticas e nos objetivos que pretendem alcançar. Isso se dá a partir de uma representação específica. Quando são denominados vulneráveis, em risco social, jovens pobres, excluídos, da periferia, o que isso significa? Quais são as dificuldades que se imprimem na trajetória desses jovens?

Em sua análise sobre o sentido do risco La Mendola (2005) vai refletir sobre suas dimensões, considerando que o termo teve seu significado em muitos contextos ligados à ideia de resultados negativos, associados ao de perigo, de situações auto e heterodestrutivas. O autor discute outras dimensões do risco, partindo do princípio de que o perigo é condição imanente da vida individual e social e faz parte das ações na busca de alcançar objetivos, assinalando o risco como ato de assumir responsabilidade, os riscos que se corre na construção da própria vida.

Nessa perspectiva de associação de risco e perigo, Giddens (1990) analisa a íntima relação entre os dois termos, mas eles não são a mesma coisa: o risco pressupõe a existência do perigo, entendido como uma ameaça aos resultados desejados, mesmo que não se tenha consciência dele. Um indivíduo pode ao optar por uma linha de ação assumir um “risco calculado”, estando consciente das ameaças às quais pode estar exposto, como também executar ações ou estar exposto a situações em que não se tem consciência dos perigos que pode estar correndo.

Costuma-se associar aos jovens a ideia de um “comportamento de risco”. O risco adquire forma e relevância particulares para a fase juvenil na medida em que representa um processo de construção, experimentação e afirmação da própria identidade (La Mendola, 2005, p. 90).

O risco tem uma associação com essa fase da vida, mas a experiência do risco se diferencia de acordo com a condição social dos jovens, pois está relacionada à existência ou não de redes de proteção.

Tendo como exemplo a realidade italiana, o autor propõe uma distinção da vivência do risco em três grupos de acordo com o estrato social ao qual pertence. O primeiro denominado de “Os ainda não incluídos” está relacionado à burguesia, as práticas de risco têm um caráter predatório, são formas de vandalismo. Essa fase de experimentação e despreocupação é vivida à espera do lugar seguro e de responsabilidade que sua origem social lhe assegura. Um segundo grupo, “aqueles nas fronteiras”, é composto por jovens que possuem expectativas de mobilidade social, mas que vivenciam uma queda de confiança nos mecanismos sociais de promoção e premiação, provocando uma ênfase nas dinâmicas auto e heterodestrutivas.

O terceiro grupo, “os excluídos”, diz respeito aos jovens que estão completamente excluídos dos trajetos institucionalizados que possibilitam a transição para a vida adulta. Seus percursos de risco possuem características de maior destrutividade, são identificados com as periferias das grandes cidades:

Aos “perigos de desordem social”, estabelecidos pelo conjunto dos indivíduos que pertencem a esse terceiro grupo social, pode-se responder com um chamamento à ordem ou, igualmente, enfrentando a questão de como lhes oferecer as oportunidades de reentrar no jogo. (LA MENDOLA, 2005, p.83)

A partir dessa tipologia, alguns pontos podem ser levantados: os riscos podem ser vividos enquanto ações individuais ou não, eles estarão relacionados à presença de redes de proteção, assim como à associação com a confiança. Na análise do autor, o segundo grupo se insere num contexto de perda de confiança e, portanto, mais exposição ao perigo. Segundo Giddens (1990), o risco se relaciona com a confiança, que serve para reduzir ou minimizar os perigos.

O terceiro grupo, que se aproxima de forma clara ao nosso recorte, para além de serem jovens e vivenciarem essa tendência geracional ao comportamento de risco, vivem em “ambientes de risco”; o risco não é apenas uma questão individual (Giddens, 1990)

O risco, como uma situação de vida, está presente de forma mais contundente para esse grupo. Ao analisar a íntima associação que se deu entre perigo e risco, que em muitos contextos tendem a tornar-se sinônimos, La Mendola reflete que: “Fala-se, assim, de situações ou, ainda pior, de pessoas em risco para significar situações e pessoas para as quais se prevê, com grande probabilidade, a ocorrência de eventos negativos”(LA MENDOLA, 2005, p.60).

Voltando para a juventude brasileira, tomemos a análise de Castro e Aquino (2008) dos dados da pesquisa – Perfil da juventude brasileira – 2003.⁴ Segundo os próprios jovens, as principais questões associadas à noção de risco são as drogas, a violência e as “más companhias”; inclui-se também neste rol, a iniciação sexual precoce, a gravidez na adolescência, as DSTs e, mais recentemente, a evasão escolar e a ociosidade.

A violência no Brasil ocasiona uma sobremortalidade de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos, faixa considerada de alto risco. Também há altos índices de AIDS, dependência do álcool. Quanto à gravidez na adolescência, segundo Madeira (2006), o Brasil vai na contramão do que está ocorrendo nos países emergentes, isto é, aqui número o de meninas grávidas tem crescido.

Esse conjunto de questões atinge de forma mais grave jovens pobres, que moram nas periferias, jovens mais expostos à violência, ao narcotráfico, jovens cujas trajetórias escolares são marcadas, muitas vezes, pela irregularidade e pelo fracasso. Esses jovens vivem duplamente questões de risco, seja em suas

⁴ Pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania, em 2003. Para mais detalhes, ver ABRAMO, H.; BRANCO, P. *Retratos da juventude brasileira – análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo.

trajetórias individuais, pois para eles são falhos os mecanismos sociais de transição, que poderiam lhes facilitar um ingresso mais seguro na vida adulta, como, também, vivem em “ambientes de risco”. No que tange à confiança, entendida como possibilidade de reduzir ou minimizar perigo, se encontram numa situação bastante complexa, pois a ação das instituições que teriam, em tese, a função de possibilitar essa confiança, está ausente, ou se coloca muitas vezes de forma mais ameaçadora, como é o caso da truculência policial.

A conduta de risco está associada à juventude, por ser este um período de inconseqüências e de excessos impulsivos, mas os jovens em geral acreditam na existência de uma “moratória vital”, isto é, a ideia de que a morte obedeceria a uma cronologia do ciclo de vida (Castro e Aquino, 2008). No entanto, isso é vivido de forma distinta por essa juventude da periferia, em que ser jovem não os distancia da morte, a morte prematura é um fato concreto, real e muitas vezes o motivo principal que os afasta da criminalidade.

Esse tipo de exposição a que estão sujeitos esses jovens se confirma no grupo escolhido para análise: a maioria das meninas que participaram do programa já eram mães; a média de idade em que tiveram o primeiro filho ficou em torno dos dezesseis anos. Alguns jovens egressos do programa ProJovem com quem tentamos entrar em contato haviam sido assassinados ou encontravam-se presos.

Mesmo que a maior parte dos entrevistados não estivesse diretamente envolvida com o tráfico de drogas, quase sempre tinha algum amigo que se encontrava nesta situação e, como veremos na análise das entrevistas, um dos principais motivos que impedem os jovens de ingressarem nesse mundo da criminalidade e das drogas é o medo de morrer. A questão da violência é de extrema gravidade. No momento do desenvolvimento deste trabalho, um estudo do laboratório de análise da violência da UERJ aponta para um número alarmante de mortes de adolescentes até 2012.⁵

3. 5. Diretrizes dos programas

Iniciamos o capítulo assinalando que ações públicas destinadas a determinados segmentos sociais se conformam de acordo com as representações

⁵ Reportagem de *O Globo* – 22 de julho de 2009, p. 10

que se constroem sobre o grupo. Como vimos a visão deste período da vida, que se convencionou chamar de juventude, está longe de ser única e consensual. Esta multiplicidade de olhares e as condições sociais específicas em que se vive esse período da vida vão nortear as diretrizes dos programas e projetos governamentais.

Nas análises da literatura sobre os programas desenvolvidos tendo o jovem como foco, as questões da juventude têm em geral a perspectiva de problemas sociais a serem combatidos, as ações se direcionam ao controle social do tempo livre, prevenção da violência, ações de efeito compensatório de problemas que atingem os jovens, principalmente aqueles que habitam os espaços periféricos e mais recentemente a inserção no mercado de trabalho. Outros projetos avançam em sua concepção e pensam numa formação mais integral do jovem, incluindo em suas formulações a questão da cidadania, o entendimento do jovem enquanto sujeito de direito.

Segundo Abramo (1997), de forma geral, os programas poderiam ser divididos em dois grandes blocos em que ambos buscam diminuir as dificuldades de integração social de jovens em situação de “desvantagem”. No primeiro bloco estariam os programas de ressocialização (atividades ocupacionais, esporte, arte etc) e um outro bloco contaria com programas de capacitação para a inserção no mercado de trabalho. Ambos têm uma perspectiva de ocupação do jovem, direcionada à integração na ordem social.

Spósito e Carrano (2003) fazem um balanço das políticas para a juventude no Brasil, no período de 1995 a 2002, indicando os caminhos percorridos, as iniciativas públicas nas instâncias dos poderes executivos municipais, estaduais e federal e as parcerias com a sociedade civil. As ações surgem a partir do reconhecimento dos problemas que afetam esse grupo da população, e são problemas reais que se encontram, principalmente nas áreas de saúde, segurança pública, trabalho e emprego. Acrescentamos aqui a questão da educação e da qualificação.

Portanto, quanto aos grandes temas que orientam os programas, podemos perceber algum consenso, uma vez que os problemas que atingem essa parcela da população já estão amplamente identificados. Os “riscos sociais” nos quais está inserido esse grupo estão delineados, o que os torna comumente vistos como “problemas sociais”, fazendo com que se direcionem para eles políticas específicas. Essas diretrizes dos programas brasileiros apontados pela literatura estão de acordo com a tipologia que vimos em Abad (2002).

Na análise específica das ações, os autores identificam 30 programas/projetos governamentais e descrevem 18 deles identificando seus objetivos e metodologia, analisando no conjunto as tendências dessas ações.

A primeira área identificada é a da saúde: programas de prevenção de DST/AIDS, drogadição, acidente de trânsito e gravidez precoce. Outro tema que perpassa todo o debate é a questão da criminalidade, as mortes violentas dos jovens ou por eles protagonizadas, o crescimento da rede do narcotráfico, o consumo de drogas e a violência que se amplia. A segurança pública passa, então, a fazer parte do conjunto de ações. Com as mudanças no mundo do trabalho, a questão do desemprego que atinge de forma mais grave essa parcela da população, passa a se alvar dos programas de qualificação e inserção no mercado de trabalho.

Os autores vão assinalar problemas como a competição pelo público alvo, a desarticulação e a sobreposição de programas e assinalam a existência de diferentes concepções, vertentes mais assistencialistas, medidas para evitar a violência, ações buscando ocupar os jovens, e a ideia de que o jovem deve ser “salvo” e reintegrado à sociedade. Podemos ver esta perspectiva no programa afinado com a segurança pública.

Sob a égide da segurança pública foi criado o Programa do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sob o controle de um general do exército, num claro simbolismo da “guerra” que deveria se travar pela salvação da juventude das garras do crime, do tráfico e da violência. (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 30)

Mas já começam a surgir ações que refletem uma concepção mais positiva do jovem, como já foi apontado, na qual passam a fazer parte da construção das propostas, questões como direitos, cidadania, ou seja, preocupação com uma formação mais integral.

Os problemas que atingem os jovens fizeram parte de discussões de caráter global, no ano de 2005, no Informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da ONU. Este apontava para uma situação bastante grave, a não concretização de direitos humanos para a maioria dos jovens no mundo, um número expressivo de pobreza, desemprego e incidência do vírus da AIDS. Os Estados deveriam enfrentar de forma sustentável o desafio de romper o ciclo intergeracional de pobreza, e os caminhos apontados pela ONU sinalizavam para intervenções públicas nas áreas da educação, saúde e emprego. Ressaltava-se o fato de que as iniciativas eram

impulsionadas por estereótipos negativos, focados na delinquência, uso indevido de drogas e violência, estabelecendo-se recomendação na atenção aos direitos dos jovens mais vulneráveis.

No Brasil o quadro era alarmante. Dados do PNAD⁶ de 2006 – população brasileira de jovens entre 18 a 29 anos dos 40,0 milhões (20% da população total): 9,7 milhões viviam em famílias com renda per capita até ½ salário mínimo; 12,5 milhões não tinham concluído o ensino fundamental; 4,2 milhões estavam desocupados e 1,4 milhão eram analfabetos (Castro e Aquino, 2008, p 138).

No ano de 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, que passou a dar garantias e direitos a crianças e adolescentes. Como vimos no levantamento de Spósito e Carrano (2003), a partir da década de 1990 começam a surgir programas direcionados aos jovens em situação de risco social, mas, como mostram os autores, são iniciativas muitas vezes desarticuladas que não caracterizam uma política nacional. Apenas em 2004 se inicia uma discussão para a instauração de uma política de juventude no país. Conferências são realizadas, grupos de trabalho para diagnóstico da situação dos jovens são criados, pesquisas são feitas para se traçar o perfil da juventude.

Em 2005 é criada a Secretaria Nacional de Juventude, tendo como um dos objetivos articular os programas federais voltados para este grupo. Junto com a secretaria é criado o Conselho Nacional da Juventude e um programa emergencial para jovens de 18 a 24 anos, que se encontravam fora da escola e do mercado de trabalho – ProJovem. É nesse contexto de avanço em que a política de juventude inicia uma parceria mais efetiva com a questão da cidadania que surge esse programa que buscamos analisar nesta pesquisa.

Castro e Aquino (2008) fazem um balanço dos programas federais voltados para a juventude, no período de 2005 a 2007, e identificam 19 programas divididos em seis eixos temáticos: elevação da escolaridade, capacitação profissional e cidadania; qualificação e formação profissional; educação – ensino superior; financiamento e crédito rural; esporte, cultura e lazer e, por fim, meio ambiente.

Do conjunto dos 19 programas identificados, 11 são exclusivamente para atender a população de baixa renda, com pouca escolaridade, desempregada ou em situação precária no mercado de trabalho e 4 tendem a ter majoritariamente jovens

⁶ Pesquisa nacional de amostra de domicílios - IBGE

de baixa renda como público-alvo. A grande maioria dos programas está direcionada para este público que viemos delineando ao longo do capítulo. Quanto aos objetivos, os programas sinalizam para a qualificação profissional e a aceleração de aprendizagem, consideradas ações emergenciais e compensatórias. Um grande número de programas são ações de transferência de renda, em que os participantes recebem um auxílio financeiro.

Reconhecendo a importância dessas ações e, com elas, a possibilidade de elevação da escolaridade e uma melhor inserção no mundo do trabalho, os autores alertam que este tipo de intervenção “não é uma solução justa e definitiva” (CASTRO e AQUINO, 2008, p. 145), preocupação compartilhada por Madeira (2006), como veremos adiante.

Considerando que houve avanços nas políticas destinadas à juventude, a criação do ProJovem, que articula educação, capacitação e ações de cidadania seria um desses avanços. Castro e Aquino (2008) identificam problemas, muitos deles já apontados por Spósito e Carrano (2003), como superposições, paralelismos e a competição entre o público-alvo, falta de integração entre ações de escolaridade e capacitação, problemas de avaliação e acompanhamento etc.

A partir de 2008 iniciou-se um novo processo de discussão buscando: 1) ampliar a integração entre os programas e 2) aumentar o atendimento dos programas emergenciais para a totalidade de jovens considerados excluídos na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental, que não trabalham e que vivem em domicílios com renda per capita de até ½ salário mínimo (Castro e Aquino, 2008).

Quanto à integração entre os programas passíveis de extinção ou fusões, para uma melhor atuação e gestão, depara-se com entraves políticos e competições entre órgãos. Portanto não houve extinção de programas, todos foram abrigados com o nome de ProJovem, mas subdividido em: ProJovem adolescente; ProJovem urbano; ProJovem campo e ProJovem trabalhador.

Quanto à dimensão que possui o ProJovem hoje, podemos comprovar com o orçamento de 500 milhões destinados ao programa para o ano de 2010.⁷

O nosso grupo de análise está circunscrito aos jovens que cursaram a primeira turma do ProJovem em Niterói, portanto, o ProJovem em sua primeira fase,

⁷ Reportagem *O globo* – 12 de julho de 2009, p. 3

que atendia jovens de 18 a 24 anos, que não terminaram o ensino fundamental e encontravam-se sem vínculo formal de emprego. Este grupo seria hoje o correspondente ao ProJovem urbano, com a diferença de que atualmente a faixa etária foi ampliada até os 29 anos.

O ProJovem em sua versão inicial se direcionava aos jovens de baixa renda que não haviam concluído o ensino fundamental e encontravam-se fora do mercado de trabalho formal. Suas ações incluíam aceleração de aprendizagem – conclusão do ensino fundamental, qualificação para o trabalho, ações de cidadania e ainda programa de transferência de renda.

O governo federal apresenta o programa em linhas gerais da seguinte forma:

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem é destinado ao segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado com políticas públicas: jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho (carteira assinada). Tem como finalidade a elevação da escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional com certificação de formação inicial, e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. O Programa se desenvolve através de um curso com carga horária de 1600 horas, desenvolvidas em 12 meses. O programa tem um caráter emergencial, pois atende a um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio. Cada aluno recebe um auxílio no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por mês.

O ProJovem contempla as três vertentes principais que tentam dar conta das questões sobre as quais viemos discutindo e são elas: o aumento da escolaridade, da qualificação para possibilitar uma melhor inserção no mercado de trabalho e da cidadania, buscando uma formação mais integral do jovem, numa perspectiva mais atenta aos direitos desse segmento.

O programa foi implantado inicialmente nas capitais, sendo estendido, a partir de 2005, para os municípios com mais de 200 mil habitantes. Sua implantação no município de Niterói se deu a partir de 2006.

Neste capítulo procuramos abordar as questões que caracterizam “as juventudes” através da literatura sobre o tema, e trilhar os caminhos de ações públicas que procuram dar conta dos problemas que caracterizam esse segmento.

Seja na caracterização “das juventudes”, nos problemas que a ela estão associados, como no desdobramento das discussões sobre o que a define, com suas transformações associadas às mudanças no universo do trabalho, da família, e ainda os avanços ou não, nos programas que procuram dar conta dessas reflexões, estivemos navegando através de uma juventude abstrata, teórica. No terceiro capítulo, vamos procurar entrar em contato com essa juventude já tão falada, tão discutida, tão adjetivada, de forma concreta: quem são eles, como se chamam, onde vivem, quais são suas trajetórias de vida, como foi participar do programa, quais são suas expectativas de futuro.

4. TRAJETÓRIAS E PERCEPÇÕES: O RECORTE EMPÍRICO

De um lado os responsáveis políticos, que muitas vezes são alheios à vida comum de seus concidadãos. Do outro, esses homens e essas mulheres que têm tantos problemas na vida e tão poucos meios de se fazer ouvir. Os primeiros têm os olhos fixos nas pesquisas de opinião; os outros protestam fora dos quadros instituídos, quando não se fecham em sua infelicidade. (BOURDIEU, 2003, Contracapa)

Neste capítulo pretendo descrever como se deu o processo do trabalho de campo, os primeiros contatos, impressões e entrevistas; em seguida apresentar o grupo de entrevistados e estabelecer um diálogo entre os temas que viemos discutindo e a experiência e a fala de cada um deles. Tentarei articulá-los com as reflexões e resultados de pesquisas sobre o tema produzido pela literatura e ainda tecer algumas associações com o cinema, que nos últimos anos tem feito diversas incursões nessa temática.

4.1. Os primeiros contatos, impressões e entrevistas

Os primeiros contatos foram feitos com gestores do programa no município de Niterói. Ao longo das entrevistas delinear-se os problemas enfrentados e as avaliações dos gestores sobre diversos aspectos, como a chegada dos alunos ao programa, as áreas de maior interesse, a história desses meninos e meninas, os problemas de evasão, os contatos para possíveis inserções desses jovens no mercado de trabalho, questões que serão discutidas ao longo desta dissertação.

Embora, sem deixar de citar dificuldades e situações problemáticas, os gestores se mostraram bastante entusiasmados com a proposta do programa, como também, com os resultados alcançados, sentimento compartilhado pelos alunos e por um educador do programa, em uma de minhas últimas entrevistas.

Inicialmente, esse entusiasmo me pareceu uma postura pouco crítica, mas devo confessar que em inúmeras entrevistas ele tomou conta de mim, diante de falas emocionadas de jovens ao descreverem a transformação de suas vidas. Para a maioria dos entrevistados, o programa era uma primeira oportunidade de inclusão e a valorização deles enquanto sujeito.

Esse entusiasmo, que em mim também fez eco, me remeteu a uma passagem do livro *Cidade Partida*, de Zuenir Ventura (1994). No episódio da inauguração da Casa da Paz,⁸ um traficante parado em frente à casa admira a construção; “ele tinha os olhos cheios de lágrimas” e perguntou ao diretor se poderia estudar ali, ao que lhe foi respondido que sim, todo mundo poderia estudar ali. O autor, então, tece o seguinte comentário em relação à reação de Caio⁹ diante da cena: “Caio estava tão feliz aquele dia que perdeu suas resistências críticas: comoveu-se com aquelas emoções baratas e, pior, acreditou candidamente no milagre da conversão do mal pela arte” (VENTURA, 1994, p. 172).

Em meu primeiro encontro com os gestores, solicitei o acesso ao cadastro dos alunos, para que pudesse entrar em contato com eles. Minha opção era selecionar jovens das primeiras turmas que concluíram o curso. Como um dos principais focos da pesquisa está na questão do trabalho, a conclusão e o distanciamento do curso ajudariam na análise da trajetória profissional, a contribuição do ProJovem nesse trajeto e uma percepção mais clara da importância do programa em suas vidas. Outro recorte inicial propôs que os alunos morassem em diferentes áreas. Solicitei, também, dados gerais, estatísticos, como por exemplo: sexo, idade, escolaridade, evasão, concluintes etc.

Encontrei muita dificuldade no acesso aos dados cadastrais: os sistemas de registros continham muitos erros, portanto os dados estatísticos não eram precisos e as informações acabaram sendo dadas por uma das coordenadoras, através de seus próprios arquivos. Ela me forneceu uma lista com nome e telefone de um grupo de alunos, em que não constavam os endereços. Abandonei assim a preocupação com a cobertura de locais de moradia no município. Foi a partir dessa lista que iniciei as entrevistas com os alunos.

De posse de nomes e telefones, fiz o primeiro contato com um aluno e a primeira entrevista, em dezembro de 2008, foi uma longa conversa que me ajudou a pensar os caminhos da pesquisa. Passados dois meses, peguei minha lista de nomes e telefones para agendar novos encontros. O contato tornou-se extremamente difícil. A maioria dos números era de telefones celulares que não existiam ou que haviam mudado. Mesmo quando se tratava de telefones fixos,

⁸ Casa da Paz – casa onde ocorreu a chacina de Vigário Geral, que foi transformada em uma casa de cidadania.

⁹ Caio Ferraz – sociólogo, personagem do livro.

estes, na maioria das vezes, tinham sido desligados e emitiam mensagens da companhia telefônica.

Em outras situações, os telefones para contato eram de algum amigo ou parente, o jovem não residia nessa casa e a pessoa que ali morava não sabia onde poderia encontrá-lo. Nessas tentativas de contato, em três deles, a família me informou que os meninos que procurava estavam presos e, houve também um que havia sido assassinado, apontando mesmo antes das conversas a presença de questões como violência e criminalidade, na vida do grupo.

Do primeiro grupo, consegui apenas mais duas entrevistas. Procurei novamente a coordenadora do ProJovem que me forneceu uma nova lista, dessa vez bastante extensa. Continuei os telefonemas, encontrando as mesmas e novas dificuldades, meninas que haviam se mudado para ter filhos, outras que estavam em final de gravidez e não poderiam me encontrar. Mesmo assim alguns encontros foram agendados.

A maior parte dos contatos ao telefone foi marcada, inicialmente, por certa desconfiança, e o nome da coordenadora como mediadora foi fundamental no estabelecimento de uma relação de confiança junto aos jovens. Um problema que se colocava era o local de encontro, pois todos moravam em “comunidades” e, sem dúvida, ir a esses locais não era uma coisa tranquila para mim, me causava apreensão. Procurei lugares de encontro neutros, como, por exemplo, um shopping ao lado do terminal de ônibus, que poderia ser de fácil acesso. Apenas em uma entrevista “subi o morro” e fui à casa da jovem, visita marcada por certa tensão que logo se dissipou.

Foram feitas dez entrevistas semidirigidas, com um grupo composto por cinco meninos e cinco meninas, apesar de o público do programa ser majoritariamente feminino. Cada um deles tem suas especificidades em suas trajetórias de vida, mas há muitas semelhanças na vida do grupo. Apenas uma entrevistada tinha um perfil diferente dos demais, sentia-se diferente dos outros alunos quando ingressou no programa. Todos haviam nascido e viviam periferia de Niterói ou Rio de Janeiro, excetuando essa menina que viera do nordeste aos 16 anos para ser empregada doméstica e passou a residir na casa do patrão. As meninas, em sua maioria, são mães. A maioria dos meninos começou a trabalhar cedo. .

4.2. Os meninos e as meninas – apresentação

Apresento aqui um breve relato da vida desses meninos e meninas que me concederam as entrevistas. Foram enfatizadas questões de origem, local de residência, família, escola, ProJovem e trabalho.

Edson – 25 anos, no momento da entrevista. Nasceu e morou até os 11 anos com os pais e os irmãos, dois rapazes e uma moça, na Rua Teixeira de Freitas, bairro do Fonseca em Niterói; nessa época o pai faleceu e a família foi morar com uma tia no morro do Cavalão,¹⁰ retornando após dois anos para o bairro do Fonseca. Hoje, mora sozinho neste mesmo bairro, é solteiro, tem uma filha de 6 meses, que mora com a mãe. Trabalha desde os 7 anos para ajudar em casa. Deixou a escola aos 14 anos, na quinta série, de lá para cá trabalhou em diversas atividades. Está contratado pela Prefeitura de Niterói. Ingressou no ProJovem em 2006, se formou em 2007. Atualmente está cursando o ensino médio.

Iracema – 21 anos, mora numa comunidade na Ponta da Areia com a avó, solteira. Aos 17 anos foi mãe de um menino, fez alguns bicos, mas o sustento sempre veio da família. Parou de estudar na quinta série porque ficou grávida, retornou um ano depois. Ingressou no ProJovem em 2007, saindo diretamente da escola.¹¹ Fez estágio durante o ProJovem. Atualmente está desempregada, procurando trabalho.

Eliane – 21 anos, mora numa favela no bairro de Santa Rosa, no município de Niterói, com a mãe e dois irmãos. O pai deixou a família quando ela tinha 15 anos, é solteira, não tem filhos. Estudou até a sétima série, parou 2 anos e retornou à escola no curso noturno, que abandonou. Ingressou no ProJovem, parou e reingressou, concluiu o curso e atualmente está cursando o ensino médio. Desde os 18 anos faz bico como manicure; fez estágio durante o ProJovem. Está desempregada, procurando trabalho.

Fabíola – 26 anos, morava no Morro do Céu¹² com a mãe e a irmã; o pai faleceu quando tinha 3 anos, solteira, é mãe de 3 filhos, 2 meninas e 1 menino. Mora no

¹⁰ Favela localizada no bairro de Icaraí, no município de Niterói.

¹¹ Este é um caso em que o aluno migra da escola para o ProJovem.

¹² Favela no bairro do Caramujo, no município de Niterói. É no Morro do Céu que se localiza o aterro sanitário do município.

Caramujo¹³ com o filho, as meninas estão sendo criadas pela sua mãe. O pai da primeira filha foi assassinado, quando estava grávida de 3 meses. Trabalhou no estaleiro, faz faxina, bicos. Estudou em colégio particular, cursou de forma regular até a sétima série e depois ficou entre idas e vindas da escola em torno de 8 anos sem ter concluído o ensino fundamental. Ingressou no ProJovem, concluiu o curso. Teve o terceiro filho durante o ProJovem. Fez estágio. Atualmente está desempregada, procurando emprego e fazendo bicos.

Clayton – 20 anos, morava no Morro do Céu com os pais; hoje ele e a família moram no Caramujo. Estudou até os 13 anos, concluiu a terceira série, parou de estudar e retornou à escola, cursou o supletivo, com 15 anos, e concluiu a quinta série. Ingressou no ProJovem diretamente do supletivo,¹⁴ aos 19 anos. Concluiu o ProJovem e hoje está cursando o ensino médio e faz um curso de garçom no SENAC. Vai iniciar inglês também no SENAC. Nunca trabalhou, às vezes ajuda o pai num comércio no Morro do Céu. Está desempregado, fazendo cursos e procurando trabalho.

Roberto – 24 anos, nasceu, e foi criado pela mãe com a ajuda dos avós maternos, na comunidade do “Vintém”.¹⁵ A família tem uma ligação com o samba, ele toca num grupo de pagode. Segundo o mesmo, o pai nunca esteve muito presente; tem um irmão gêmeo e mais duas irmãs, cada uma de um pai. É casado, conheceu a esposa no ProJovem, ela já tem uma menina pequena de uma relação anterior e está esperando um filho dele. Trabalha desde 12 anos para ajudar em casa, deixou a escola aos 16 anos, na quinta série. Concluiu o ProJovem. Atualmente mora em outra comunidade, também no bairro de Santa Rosa, numa casa cedida pelos sogros e trabalha na padaria deles.

Leandro – 23 anos, nasceu morro do Cantagalo, em Pendotiba.¹⁶ O pai deixou a mãe quando tinha em torno de 6 anos e faleceu quando Leandro completou 12 anos. A mãe, empregada doméstica, criou o filho único. Começou a trabalhar com 13 anos numa barraca na praia. Sua mãe havia adoecido e faleceu quando ele tinha 18 anos; precisou ajudar em casa. Estudou até a sétima série. Depois da morte da

¹³ Bairro pobre na periferia da cidade de Niterói.

¹⁴ Mesmo caso de Iracema, migrou da escola para o ProJovem.

¹⁵ Morro do Vintém, favela no bairro de Santa Rosa no município de Niterói.

¹⁶ Bairro do no município de Niterói.

mãe foi morar com sua tia na mesma comunidade e ingressou no ProJovem. Atualmente, mora em Itaboraí, trabalha numa padaria em Itaipu¹⁷ e está cursando o ensino médio.

Lina – 28 anos, nasceu em São Gonçalo,¹⁸ os pais se separaram quando ela tinha meses, foi criada pela mãe, empregada doméstica, tem duas irmãs. Aos 16 anos ficou grávida e parou de estudar na quinta série; ficou com vergonha de ir à escola. Casou aos 16 anos. Tentou retomar os estudos aos 22 anos, mas não conseguiu; ingressou no ProJovem aos 23 anos e concluiu. Começou a trabalhar “fazendo bicos” aos 14 anos. Atualmente, trabalha, com carteira assinada, numa cachaçaria; está cursando o ensino médio. Mora com o marido e os dois filhos na comunidade do Holofote.¹⁹

Edileusa – 26 anos, nasceu em Nazaré da Mata,²⁰ em Pernambuco. O pai foi assassinado quando ela ainda era bebê; a mãe retornou com os cinco filhos para Umbuzeiro,²¹ na Paraíba, sua cidade natal. Morou com a mãe e em alguns momentos com uma tia, até os 13 anos. A mãe batia muito nos filhos. Só estudou nos períodos em que morou com a tia. A primeira vez que foi à escola tinha 9 anos, concluiu a primeira série. Trabalha desde os 10 anos. Aos 13 foi morar com o namorado, na casa da sogra, aos 14 teve a primeira filha, aos 15 a segunda. Veio para Niterói, aos 16 anos, com a filha mais velha para ser empregada doméstica. A filha não se adaptou e retornou para o Nordeste. Voltou a estudar aos 20 anos, concluiu a quarta série. Aos 23 ingressou no ProJovem, concluiu o curso. Está casada. Atualmente trabalha como doméstica, deseja continuar os estudos, chegou a se inscrever no ensino médio, mas o trabalho não permitiu que continuasse. Mora na comunidade de Maceió, no Largo da Batalha, em Niterói.

Washington– 21 anos, nasceu na Penha²² na comunidade de Merendiba.²³ Foi criado pela mãe, os pais se separaram quando ele tinha 3 anos; tem cinco irmãos, duas meninas da mãe e três meninos do pai. A mãe é empregada doméstica e

¹⁷ Bairro do município de Niterói.

¹⁸ Município da região metropolitana do Rio de Janeiro, vizinho a Niterói.

¹⁹ Favela no bairro do Fonseca, no município de Niterói.

²⁰ Município da Zona da Mata no Estado de Pernambuco.

²¹ Município no estado da Paraíba

²² Bairro do Município do Rio de Janeiro

²³ Favela no bairro da Penha

trabalha num bar. O pai é caminhoneiro. Sempre fez bicos para ajudar em casa, trabalhou na feira, como ambulante, e também em uma serralheria. Deixou a escola aos 13 anos, na sexta série. Envolveu-se com o tráfico aos 17 anos. Começou o ProJovem no Rio de Janeiro e reingressou em Niterói. Atualmente está cursando o ensino médio, mora com o pai em São Gonçalo e trabalha numa pensão no centro de Niterói.

4.3. Origem e lugar de residência

Há um preconceito que todo mundo tem envolvimento com o tráfico. Você já é excluído pelo seu CEP, né? A grande maioria são pessoas de bem, que querem apenas viver ali suas vidas, trabalhar, viver bem. (Anderson Sá ²⁴)

No terceiro capítulo, nos detivemos nas questões que envolvem a juventude, principalmente aquela definida como em situação de risco, de vulnerabilidade social. Mas o que são essas teorizações, tão comuns no discurso sobre juventude pobre no Brasil, na vida desses jovens? Estigmas que se constroem a partir de discriminações tais como: etnia, endereço, origem social. De que forma os jovens vivenciam essas marcas que lhes são atribuídas e que geram inúmeros preconceitos?

Mesmo que seja possível falar desses temas como problemas comuns a determinados grupos com características e condições sociais semelhantes, e que, portanto, nos levam a crer que são submetidos a situações e riscos comuns, essa tendência à homogeneização do grupo pode nos levar a anular as diferenças, obscurecendo nosso entendimento da realidade.

Cada um dos indivíduos que compõem o grupo tem uma experiência particular, e, portanto, uma forma peculiar e própria de apreender e de se relacionar com essas marcas. Escutar esses jovens, ouvir o relato de suas vivências, pode contribuir para lançar luz sobre a realidade que procuramos compreender.

O grupo estudado nasceu na década de 1980, em sua maioria na periferia de grandes centros urbanos. Seus membros são denominados de inúmeras formas: jovens em situação de risco; jovens pobres, jovens em situação de vulnerabilidade social etc. Os locais em que eles nasceram e vivem também recebem diversas

²⁴ Vocalista da Banda AfroReggae em depoimento no documentário *Favela Rising*.

classificações: comunidade; favela; morro, periferia etc. Independente da denominação utilizada são lugares marcados por problemas econômicos e sociais. “A cidade civilizou-se e modernizou-se expulsando para os morros e periferias seus cidadãos de segunda classe” (VENTURA, 1994, p. 13).

A imagem de uma cidade partida, utilizada por Ventura (1994), representa bem essa divisão social. As oposições sociais são objetivadas no espaço físico, para utilizarmos a terminologia de Bourdieu (2003).

Apesar de não estarmos tratando especificamente do município do Rio de Janeiro, local no qual o autor constrói a imagem, é possível transpor o conceito de cidade partida para outros locais que vivem situação semelhante, como é o caso do município de Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro. Niterói tem características geográficas semelhantes às do Rio de Janeiro. Muitas favelas encontram-se bastante próximas de espaços urbanos ocupados pelos chamados bairros “nobres” da cidade.

Esses meninos e meninas não só nasceram nessas áreas consideradas pobres, periféricas, mas também numa época em as favelas passaram a ser fortemente associadas à violência, à criminalidade e ao medo.

Em *Cidade Partida* (1994), o autor fala que esses lugares foram idealizados a partir da década de 1950, mas já eram, desde então, espaços urbanos marcados pela pobreza. Construiu-se uma visão romântica e nostálgica que não correspondia à realidade destes locais, que acumulavam tensões e conflitos que viriam a eclodir nas décadas seguintes.

A produção musical da MPB feita sobre a favela (morro) e a música produzida pelos moradores dessa periferia são um bom termômetro dessa transformação. Enquanto as letras dos sambas das décadas de 1950 e 1960 identificam-se com essa visão romântica e idealizada da favela, os novos gêneros musicais produzidos na periferia, como o funk e o rap, cantam a violência, o preconceito e a exclusão. Sem dúvida, nas décadas que se seguiram, a violência e o crime resultado do avanço do narcotráfico agravaram, de forma dramática, a situação de vida nesses espaços.

Ainda segundo Ventura (1994), a onda de desencanto que tomou conta do Brasil nos anos 1990, marcada por duas chacinas, a da Candelária e a de Vigário Geral, e pelos arrastões nas praias, que hoje se repetem em túneis, teria criado uma tendência de idealizar o passado.

Nosso grupo, portanto, se constitui de jovens desse momento em que as favelas não só representam a desigualdade social, mas também a criminalidade, a violência, que convive com a presença da arma e do tráfico, gerando fortes estigmas e preconceitos, contribuindo de forma decisiva para a representação desses jovens como “problemas sociais”, como ameaças à sociedade.

Segundo Bourdieu (2003), para se compreender a realidade desses locais é preciso romper com ideias preconcebidas, representações que se constroem em imagens e discursos, como nas manchetes de jornais que, muitas vezes, enfatizam a violência, atos de vandalismo, espaços sociais que são classificados como problemas. No entanto, para se estabelecer essa ruptura não basta “ir ver” o que existe. O que se vê, muitas vezes encontra seus princípios em outro lugar. Para se entender as questões que definem esses lugares é preciso ir além e analisar as relações entre espaço social e espaço físico.

O espaço físico está vinculado ao espaço social. Enquanto indivíduos biológicos ocupamos um lugar, um ponto no espaço físico; enquanto agentes sociais, um lugar no espaço social. O mundo social é representado em forma de espaço e não há espaço numa sociedade hierarquizada que não exprima as distâncias sociais (Bourdieu, 2003).

O espaço social se retraduz no espaço físico. Os diferentes endereços caracterizam diferenças sociais, as oposições sociais se objetivam nos espaços físicos. Aos lugares são atribuídas propriedades positivas e/ou negativas. Falamos em bairros nobres, bairros chiques e, ao mesmo tempo, usamos sintagmas negativos quando nos referimos aos lugares ocupados pelos mais carentes, periferias e favelas.

A posse do capital, não só o econômico, mas o cultural, social e simbólico, proporciona um poder sobre o espaço e manifesta-se na distribuição dos agentes sociais no espaço físico e na distribuição de bens e de serviços.

“É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado” (espaços sociais fisicamente objetivados) (BOURDIEU, 2003 p. 161).

Estes locais estigmatizados, marcados por atributos negativos, pela presença da violência, da delinquência, do narcotráfico, se definem, fundamentalmente, segundo Bourdieu, pela ausência do Estado e de todo o conjunto de instituições que dele decorre.

É precária a presença do poder público nas comunidades e favelas. Na maioria das vezes só se faz sentir através da inserção policial, quase sempre de forma violenta e truculenta. Problemas como falta de infraestrutura e de serviços, saneamento básico, coleta de lixo, acesso ao lazer, à cultura e a uma escola de qualidade fazem parte de um conjunto de privações na vida dessas populações que, cada vez mais, sofrem com a criminalidade, a violência e a presença de armas de fogo.

Os moradores dessas áreas, além de serem privados de bens e serviços, são estigmatizados, identificados com a criminalidade, com a delinquência. O local onde moram é um fator de discriminação a “discriminação por endereço”. Sofrem preconceitos que trarão consequências nas suas trajetórias de vida.

Nas entrevistas que realizamos, tivemos a oportunidade de conversar sobre essas questões e perceber as diferentes relações que o jovem estabelece com o espaço em que vive, com as experiências vividas e com os preconceitos e estigmas que enfrenta.

Vejamos alguns exemplos tirados das entrevistas:

Um dos momentos em que o estigma se manifesta na vida de Fabíola está relacionado ao espaço escolar. Sua mãe, empregada doméstica, fazia um grande esforço para pagar uma escola particular para a filha em busca de uma melhor formação “porque minha mãe trabalhava para isso”. O empenho da mãe foi capaz de romper a barreira econômica, dando-lhe acesso a um ensino de melhor qualidade. Nas palavras de Fabíola a escola era maravilhosa, mas, a diferença social foi um dos principais motivos que dificultaram sua continuidade nessa escola.

Não se sentia pertencente àquele local; sua origem, seu lugar de moradia funcionavam como uma marca. Ao pegar o ônibus para o Morro do Céu, é como se ocorresse uma denúncia de sua condição social que traz embutida uma série de preconceitos. O lugar ao qual pertence ficava nela tatuado, refletindo nas situações que vivia no espaço escolar.

Fabíola: Eu não gostava pela questão do preconceito. Era um colégio de gente... “dos filhos dos patrões da minha mãe”. Entendeu? Todo mundo me criticava. Eu era muito apontada na escola. Vou ter que me adaptar a isso. Mas não consegui. Um dos motivos de eu pegar desapego a escola justamente era esse. Era assim: sumia uma caneta na sala de aula, eram três pessoas na coordenação. Provavelmente,

duas pessoas brancas e eu. As coisas calhavam de, tudo de errado, era eu na sala de aula.

Fez poucos amigos na escola. Quando foi para a escola pública, se sentiu mais à vontade:

Fabíola: É. Eu não tinha que fingir nada ali, ali eu era eu mesma. Ali era eu. “Onde você mora? – No Caramujo. – Pô, Caramujo? Caramujo é...”. Aí já falavam logo no meu bairro. Então, ali eu me sentia em casa.

Clayton distancia-se dos demais entrevistados pelo padrão econômico e familiar. Tem uma família “mais estruturada”, pai e mãe casados, a mãe não trabalha fora e o pai é proprietário de um pequeno negócio no Morro do Céu. Sempre foi sustentado pela família e nunca precisou contribuir para o sustento da casa.

Há cinco anos a família de Clayton mudou-se do Morro do Céu para o Caramujo. Essa mudança representou para ele uma pequena melhora nas condições de vida. Ambos os locais têm problemas, principalmente relacionado ao transporte público. “Fomos morar lá no Caramujo. Por causa do lixão²⁵[no Morro do Céu] e porque o ônibus não subia”.

Nem todas as periferias são iguais; alguns espaços são melhores do que outros. O sonho de moradia de Clayton é um apartamento num bairro de classe média. Cita, como exemplo, Santa Rosa ou Icaraí.

No Morro do Céu seu pai tem, além do comércio, um galpão que aluga para a igreja. A condição de proprietário do seu pai reflete na trajetória e nos anseios do menino; ele é o único que de alguma forma consegue viver a tão falada moratória social, de que tratamos no terceiro capítulo.

Roberto nasceu na comunidade do Vintém, e atualmente mora em outro local. Fala com saudade e orgulho do Morro do Vintém; sua família ainda mora no mesmo lugar. Mesmo estando em outro local, fala do Vintém como sendo a sua comunidade.

É clara a identidade de Roberto com seu local de origem. Sua família é de sambistas, seus tios são compositores, a prima porta-bandeira. O samba foi para ele o caminho que o afastou do mundo das drogas. Ele não vive do samba, mas se considera músico; é percussionista e toca num grupo de pagode. Nasceu nesse

²⁵ Aterro sanitário do município de Niterói

universo e se encantou, seguindo o caminho dos tios. A música é importante nas suas relações sociais e na sua trajetória.

Roberto: Através da música foi que eu consegui não conhecer coisas erradas. Entendeu? Conheci muitos amigos, muitas amigas, tive bom conhecimento nas ruas, nas comunidades, tocando em vários lugares. Através do samba eu não consegui colocar um cigarro de maconha na minha boca, não consegui cheirar pó, não usei droga nenhuma mundana.

No discurso de Roberto a comunidade é sempre exaltada, é um rapaz alegre, bem relacionado. Foi escolhido, dentre os alunos do ProJovem, para carregar a tocha do Jogos Pan-americanos, realizados na cidade do Rio de Janeiro, momento muito importante na sua vida e que reforçou o seu reconhecimento dentro da comunidade, dando-lhe maior projeção.

Roberto: Na comunidade fiquei conhecido como o “garoto do ProJovem”. E através do projeto levei muitos benefícios pra comunidade. Com isso as pessoas até falaram que eu tinha que ser o presidente da associação. Eu falei: “Tô fora.”

Roberto já era conhecido na comunidade por tocar pagode, carregar a tocha do Pan reforçou sua popularidade. Ao narrar esse momento se emocionou. Foi o escolhido entre um grupo grande de alunos, diante de muitas autoridades e atletas renomados. Moradores de diversas comunidades desceram “o morro” para assistir e dar apoio.

Roberto: “O Roberto que vai carregar a tocha do Pan. E vai passar no Japão, na França...”

“Ele vai segurar a tocha.” – “Não, ele vai segurar o cordão.”

“Não, gente! Eu vou carregar a tocha e preciso de vocês, da comunidade.”

Como é que você se sentiu?

Roberto: Pô, todo mundo dentro do ônibus batendo foto. Um show de bola, um momento na minha vida que não vai voltar mais.

Ao longo da entrevista conversamos sobre momentos difíceis que viveu, relacionados ao fato de ser oriundo da periferia. Mas a relação com o local de origem é pautada pelo afeto e muitas vezes exaltada. Esse sentimento reflete nos sonhos de Roberto. Ele gostaria de trabalhar fazendo eventos e excursões, atendendo à população da comunidade, como, também, levando turistas para conhecê-la.

Roberto: Tipo assim, organizar alguns eventos. Eu tenho o sonho de organizar passeios pelas comunidades, como eu te falei. Tipo assim, arrumar um carro aberto pra pessoas subirem. Pras pessoas subirem, tirarem fotos da comunidade, visitar a rádio da comunidade. Poxa, na minha comunidade tem escolinha de futebol, de capoeira. Se nesse dia eu marcasse algo, tipo assim, não precisa ser estrangeiro, só o pessoal de São Paulo que quer conhecer a comunidade. Lá dificilmente tem morros. “Ah, eu quero conhecer um morro, uma comunidade.” Colocava o futebol em um pedacinho, no outro. Eu também sou mestre sala de escola de samba. Colocava uma bateria em um cantinho, botava a capoeira em um cantinho, passava e ia apresentando pra eles.

A fala de Roberto reflete a periferia como um local que hoje se encontra muito em evidência; está no centro de inúmeras discussões e reflexões, produções culturais e é alvo de ações de diversas instituições. Nos últimos anos, houve um significativo número de produções cinematográficas e artísticas que têm a periferia e seus habitantes como tema: *Cidade de Deus*, *Carandiru*, o documentário *Favela Rising*, *As meninas*, *Linha de passe*, para citar alguns. Está presente, também na TV, em seriados, como *Cidade dos Homens*, em programas como *Conexão Urbana*, *Central da Periferia*. Projetos de cunho social oriundos desses locais ganham cada vez mais espaço na mídia.

Qualquer realidade que se coloque em evidência, que avance pela mídia, torna-se alvo de inúmeras representações, muitas vezes contraditórias. O sonho de Roberto incorpora o discurso que coloca a periferia em foco, e a transforma num possível local de interesse turístico. Para compreendermos melhor seu discurso é necessário apreendermos as visões que hoje envolvem esses locais.

O lugar ocupado pela periferia no imaginário da sociedade contemporânea é contraditório e, às vezes, até mesmo, antagônico. Uma das características que constitui nosso público-alvo, enquanto grupo, é a que os classifica como população em situação de risco, de vulnerabilidade etc. e está associada ao fato de sua origem e sua trajetória de vida terem se constituído em espaços aos quais são atribuídos valores negativos, tais como a violência, a marginalidade, a criminalidade etc. Mas, avançando na análise do que hoje é produzido pela e sobre a periferia, vamos nos deparar com múltiplas visões.

Hoje, muitas das reflexões e produções sobre a vida nas periferias são produzidas pelos próprios moradores, principalmente pelo viés cultural. A periferia,

portanto, começa a falar de si mesma, sem mediadores, o que é um avanço para a compreensão dessa realidade, que em geral tinha sobre si um discurso produzido pelo outro. Meninos e meninas que vivem na periferia ganham voz e narram suas vidas, o que sentem, o que pensam. Uma das manifestações mais contundentes dessa voz é encontrada nas letras dos raps.

Por outro lado, essa periferia em evidência levanta questões acerca de uma imagem estilizada das favelas, visão que, segundo Freire-Medeiros (2006), estaria como pano de fundo no interesse de perceber a favela como local de turismo.

Na análise da autora, a construção da favela, local associado a pobreza e violência, como um destino turístico se daria a partir de um duplo contexto: *reality tour* e favela como *trademark*.

No contexto de *tour* de realidade, a favela carioca como destino turístico faria parte de um movimento mais amplo, de caráter global, em que o turismo emerge em localidades, tais como: as *slums* de Calcutá, campos de guerra do Cambodja e o Ground Zero em Nova York. A atração por esses locais seria a busca de “autenticidades” e interações. “É a experiência do *autêntico* e do *exótico*, do *risco* e do *trágico* em um único lugar”. “Comercializada como rememorativa, educacional e/ou de entretenimento, essa modalidade turística atrai pessoas ávidas por consumir mortes, desastres e misérias espetacularizadas” (FREIRE-MEDEIROS, 2006, p. 63).

A ida a esses locais pode estar relacionada com a ideia de espetáculo e de acesso a um lugar exclusivo, uma espécie de *customização* do turismo, a ideia de “acesso” único.

Dentro da perspectiva da favela como *trademark*, estaria uma visão de um “mundo exótico”, que remonta à década de 1940,²⁶ e as imagens estilizadas de hoje estariam sendo transmitidas pela produção cinematográfica que tem a favela como tema, e que geram, por exemplo, a criação de clubes e restaurantes em grandes centros do mundo que incorporam essa imagem.

Mesmo que isso seja verdade e contribua de forma significativa para a inclusão desses locais como destino turístico, sem dúvida, as principais manchetes dos jornais mundo afora sobre as periferias brasileiras são muito mais marcadas pela violência do que pelo glamour.

²⁶ Momento em que a favela passa a ser vista com um lugar exótico.

Quanto a essas representações e ao que se busca nessas visitas turísticas, chama a atenção a questão de autenticidade e a ideia de uma “cultura” peculiar. Seriam esses atrativos que conduzem o turista? É esta a visão que está presente na fala de Roberto? Quando ele cita como atrativos a capoeira, o futebol, o samba, estes não estariam em consonância com uma tradicional imagem vinculada ao Brasil, associada à criatividade da população pobre brasileira, boa de bola, de ginga etc?

Essa ênfase na existência de autenticidade, de peculiaridades, de originalidades não se contrapõe à ideia da ausência do poder público e do conjunto de ações e bens, dele decorrentes, e do acesso dessa população à infraestrutura, serviços e bens de consumo? O perigo estaria na substituição das políticas públicas pela manutenção do “exótico” e do “autêntico”, como se tratasse de um parque temático e não de uma população excluída.

Dentro dessa perspectiva Mano Brown²⁷ teria razão em sua fala?

Mano Brown: O problema hoje é que depois do mundo “globalizado” (sic), o pobre e o rico lutam pelas mesmas coisas, e é aí que o pobre se fode. O rico quer o que o pobre tem e o pobre quer o que o rico tem; o rico quer originalidade, raiz, história e não tem e o pobre quer carro, moto, casa e não tem. (MANO BROWN apud ARAUJO, 2009, p.49)

Retomando as polêmicas que envolvem o tema do turismo, a autora considera, por um lado, a possibilidade de esse movimento contribuir para avanços econômicos na localidade. Hoje, esse turismo não pode ser ignorado; é realizado por diversas instituições, até mesmo pelo poder público. Por outro lado, ocorre sem dúvida uma “exotização” da favela e de seus moradores. Muitas vezes nos passeios há uma referência clara à ideia de safári, que assim é definido na Wikipédia:

Um safári é uma expedição por terra em lugares selvagens, tipicamente as viagens de caça ou turismo pela África. Tradicionalmente o safári refere-se a caçada de animais selvagens pela savana africana ou selva, actualmente os safáris são *jornadas para observação e fotografia* da vida selvagem, como mamíferos carnívoros, primatas, ruminantes, roedores, passáros e répteis típicos da savana (grifo meu).

²⁷ Vocalista e líder da banda de rap Racionais MCs.

Ainda na conversa com Roberto, pude perceber o fato de viver na periferia o levou a situações difíceis e constrangedoras. A violência entre as comunidades foi um dos motivos que contribuíram para que ele deixasse a escola.

Roberto: Até por que esse lance de estudar... Eu parei, também, porque daqui do Santos Dumont, me transferiram para aquele colégio na chácara o Alberto Torres. E lá já é uma facção e onde eu moro é outra, e não ia dar certo. Aí o pessoal lá descobriu que eu morava ali no Pé Pequeno. E ele não bate com o pessoal de lá. Aí, isso me prejudicou muito. Eu até cheguei a ir, cara. Eu não tenho nada a ver com isso, não eu só quero estudar isso, aquilo. Mas não adianta. Até um dia que o tiro bateu no portão e eu estava na sala de aula. Aí eu vi que o moleque já estava de maldade, aí eu nunca mais voltei.

Na perspectiva da homogeneização dos moradores das favelas, Roberto narrou um episódio em que a demissão de um colega de trabalho acabou ocasionando a sua, pelo fato de terem a mesma origem, isto é, eram da mesma comunidade. O rapaz havia se desentendido com o dono do estabelecimento, que o mandou embora. Três semanas depois demitiu Roberto, sem nenhum motivo concreto. Segundo ele, sua demissão se deu pelo fato de o patrão identificá-lo com o outro rapaz e, assim, o teria demitido por precaução.

Washington nasceu na Penha, na comunidade de Merendiba, e tem uma vivência bastante complexa em relação à comunidade onde nasceu. Passou por várias situações de risco e violência. Deixou a comunidade por se sentir em risco; retornou, envolveu-se com o tráfico, saiu do tráfico, o que complicou sua permanência no local e atualmente está fora de sua comunidade.

Nossa conversa a respeito do local em que morava começou pelo tema da violência.

Washington: A violência tem estado em todos os lugares, mas os morros sempre tiveram essa coisa de ser mais violento, ou mais calmo.

Quanto ao tráfico:

Washington: Tinha, tinha sim. Apesar de que a gente tinha que aprender a conviver com aquilo. Porque, muitas vezes, quando a gente mora em uma comunidade, não mora porque quer. A condição financeira e classe social também não ajudam muito. E a gente vivia desta forma.

Aos 13 anos, saiu da comunidade e foi morar com o padrinho em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. O motivo de sua ida para a casa do padrinho

é narrado de forma dúbia, contraditória. Ao mesmo tempo que diz ter sido uma preocupação da mãe para afastá-lo do tráfico, das “más companhias”, diz que foi também uma iniciativa do padrinho para afastá-lo do convívio com a mãe, que bebia muito e batia nele. Qualquer que tenha sido o motivo, ambos envolvem a questão de estar o menino exposto à violência, do tráfico, doméstica ou ambas.

Washington: Como era muita violência, e depois começou a avançar a violência, minha mãe achou que pelo conhecimento das colegas, dos filhos das colegas dela que foram se envolvendo com o tráfico, andando em má companhia, aí foram perecendo, morrendo. Aí minha mãe ficou com trauma, com pressentimento, aí o meu padrinho veio de Campo Grande e me levou pra lá.

Washington: Bebia bastante [a mãe], perdia a noção das coisas, entendeu? Muita das vezes a gente apanhava à toa, por causa da alucinação da bebida. Então, o meu padrinho viu aquela situação e resolveu me tirar de lá, que seria melhor eu ir morar com ele lá e minha mãe ficar só com as minhas irmãs, pra ver se modificava alguma coisa, pra ver se era eu o problema. Mas não mudou em nada, mesmo eu morando lá ela continuou a beber.

Os dois anos em que morou em Campo Grande foram para ele momentos felizes; compara morar lá com morar no morro. Teve que retornar a morar com a mãe por insistência da mesma.

Washington: Era excelente lugar de morar. E a convivência é bem diferente de você morar em uma comunidade. Não menosprezando ou julgando a comunidade. Se uma pessoa estranha chegasse [na comunidade], era abordada com certa autoridade. Lá não, você chegava e era uma novidade. Na comunidade você chega novo e é logo abordado. Se alguém fica equivocado na abordagem, o tratamento já não é o mesmo.

No retorno de Washington a sua comunidade e à convivência com a mãe, ele se envolveu com o tráfico de drogas, ficou viciado, mas conseguiu abandonar o tráfico e depois o vício. Segundo ele, estar envolvido com o tráfico lhe proporcionou uma sensação de poder. Ninguém podia mexer com ele ou com sua família: “Aí eu botava aquilo como vantagem, entendeu? Aí eu já usava aquilo pra achar que eu era uma pessoa grande”.

Foi difícil deixar o tráfico. Continuar morando no mesmo local depois do envolvimento se torna complicado, é um suspense, já que tinha receio de que pessoas que ele teria ameaçado, cobrado, quando estava com “arma na mão”

viesses acertar as contas com ele. Na entrevista não fica claro como ele consegue se desvincular do tráfico; o discurso é um tanto evasivo.

Washington: Não. Não dá para sair. É uma coisa inexplicável. E as pessoas viam que a minha mãe não podia ficar sozinha e que eu ia morrer uma hora dessas.. Eu ia ser preso, ou não. E tinha minha família. E isso me ajudou muito, também. Aí eu falei que não aguentava mais e pedi pra sair.

Deixaram você sair?

Washington: Deixaram, mas ficaram naquela desconfiança se eu ia denunciar...

Para os policiais?

Washington: É. Porque os policiais extorquiam mesmo, maltratavam pra poder... É um inferno depois que você entra nisso. Ou você morre por um lado ou pelo outro.

Aos 20 anos veio morar com o pai em São Gonçalo. Segundo ele: “Cheguei aqui, normalizei a minha vida e procurei um colégio”. A trajetória de Washington nos mostra diversas situações de risco e violência a que esteve exposto. Entre idas e vindas da comunidade, a possibilidade de envolvimento com o tráfico, ainda muito jovem, a violência doméstica, a saída do morro e com isso a chance de viver uma trajetória mais segura, o retorno à comunidade, o envolvimento com o tráfico e todo um conjunto de situações complexas que isso acarretou.

Washington falou ainda da discriminação que se sofre por morar numa comunidade, por parte, por exemplo, de pessoas do colégio, que não eram moradoras da periferia.

Washington: Quando eu chegava me olhavam de canto de olho, com olhar de discriminação. Aí eu ficava tipo que sem graça. As pessoas falavam “Esse mora lá em cima, lá onde o bicho pega”. Faziam umas piadinhas. Aí eu me sentia um pouco ressentido. Mas hoje eu entendo isso como uma coisa normal. Mas afeta muitas pessoas ainda, eu acho.

Ao longo da pesquisa, nos deparamos com situações em que esses meninos, vítimas de preconceitos e discriminações, acabam naturalizando a violência da qual são vítimas.

Na conversa com Leandro a questão do preconceito quanto ao lugar de moradia também foi um tema abordado:

E você acha que tem preconceito em relação aos lugares em que as pessoas moram?

Leandro: Com certeza. Por exemplo, se eu disser que moro no morro da Rocinha e vou trabalhar na Zona Sul, as pessoas já têm aquele medo. “Na Rocinha?” As pessoas têm aquele certo preconceito, é muito difícil. Quando eu morava na comunidade do Cantagalo, e fui trabalhar no Champion [supermercado], teve um assalto ao supermercado. As primeiras pessoas que eles suspeitaram foram as pessoas que moravam na comunidade.

E como é sentir isso?

Leandro: É uma sensação ruim, por isso que eu falo que as pessoas têm que estudar mesmo e mostrar que não precisa depender daquilo ali. Você não precisa esconder a sua comunidade, mas dizer que naquela comunidade ali tem pessoas que moram naquela comunidade tem hábitos, tem estudos, e que as pessoas que moram naquela comunidade, tem direitos como qualquer cidadão.

Leandro: As pessoas ficam assim “Foi alguém que deu?” “Foi alguém da comunidade?” – ou – “Foi alguém que falou que por aqui era mais fácil?” Os suspeitos são as pessoas mais pobres, que moram na comunidade.

Edileusa, como já apontamos, tem uma história distinta da maioria do grupo. É migrante, veio do interior da Paraíba para ser empregada doméstica. Sua relação com o morro onde mora é de integração; descreve-o como um local tranquilo, quase bucólico.

Edileusa: Você entra e sai à hora que quer e não vê ninguém armado. Não tem ninguém fumando. É maravilhoso, tanto é que eu moro lá há nove anos e não saio. Lá na Santo Inácio, na rua Ema, onde eu moro é muito bom.

Edileusa²⁸ não se identificou com o perfil dos alunos que ingressam no ProJovem oriundos de comunidades. Edileusa tem medo deles, apesar de também morar no morro, o que nos remete à complexidade das relações e representações que se constroem, dentro do espaço do “morro”, em oposição à ideia cotidiana que tende a tornar homogêneos os que habitam o mesmo espaço social.

Como temos visto, o grupo de jovens pertencentes às periferias acionam sentimentos de insegurança, medo, discriminação e preconceito quando se veem em situações fora desses espaços. É o caso de Fabíola, na escola dos “filhos dos patrões”. Mas esse estranhamento do “outro” acontece com Edileusa em relação aos seus próprios pares, o que reforça uma heterogeneidade interna. Encontramos

²⁸ Lembramos que a mesma vem de zona rural do Nordeste.

nela, alguém que não é vista nem se vê como parte do grupo. Assim, Edileusa descrevia seus colegas no ProJovem:

Edileusa: Porque tinha muita gente esquisita.

Como assim “Muita gente esquisita”?

Edileusa: Umas garotas com gírias, umas meninas muito assim, dando uma de machona. Aí eu fiquei com medo, porque eu sou toda quietinha. Eu pensei “Vou apanhar no meio dessas garotas”. Eu sou de morro, e eles também eram. Mas eles falavam muito estranho. Tinha um jeitinho meio assim, sabe?

Mas “você é de morro e eles também”, qual é a diferença de você pra eles?

Edileusa: Eu moro no morro, mas não falo assim: “Qual é?” “Já é!”. É porque no meu morro não tem esse pessoal de arma, de boca, essas coisas. E como o deles era assim, eu tinha medo.

Você tinha medo deles?

Edileusa: Tinha. Porque eu não sabia se eles estavam armados, coisa assim. Porque tinha um lá [na sua turma do ProJovem] que era metido a “brabão”, e todo mundo tinha medo dele. Tanto é que a fama dele ficou lá na estação²⁹. E como ele morava lá na Fazendinha, e diziam que lá tinha muito isso, eu ficava com medo. Porque onde eu moro.. [segundo ela é um lugar tranquilo]

Na conversa com Lina, a questão da discriminação, do preconceito e da falta de acesso a bens culturais de moradores de periferia surgiu quando o assunto foi as ações do ProJovem.

Lina: Porque os jovens que estudavam no ProJovem, a maioria era de comunidade, não tem emprego, trabalham em condições precárias, se viram... Então, a maioria deles tem a autoestima baixa também. E um dos pontos que era muito discutido lá no ProJovem era sobre o preconceito. Porque eram jovens que não iam ao teatro, cinema, um ambiente assim que tivesse pessoas com o poder aquisitivo um pouquinho mais elevado do que o nosso não era ambiente pra gente.

Como era se sentir assim em um ambiente desses?

Lina: É horrível. Porque eu me senti assim também. Porque onde eu moro não tem tráfico de drogas, mas se eu chegar a qualquer lugar e falar: “Eu moro no Holofote”, as pessoas vão falar assim: “O que é isso? É comunidade?” – “É”. Você meio que sente as pessoas... É estranho. Muito estranho. E quem mora em uma área de risco,

²⁹ Estação da Juventude - local de encontro dos alunos do ProJovem.

muito mais. E lá [no ProJovem] a gente tinha bate papo. Os professores reuniam pra gente conversar mesmo, trocar experiências.

Ao narrar sua experiência no ProJovem, junto à comunidade e aos demais alunos, Lina falou sobre a identificação deles enquanto um grupo que sofreu preconceito e discriminação, seja racial, seja por morar em comunidade, o que segundo ela gera uma barreira cultural e acaba fechando-os neles mesmos, o que reforça o preconceito.

Lina: Eles têm medo de chegar até aqui em baixo [no asfalto]. É por isso que as pessoas que moram na favela criam esse mundinho: Só aqui que eu posso me sentir bem. Só aqui eu posso falar da maneira que eu sei falar, eu falo errado, mas ninguém vai me discriminar, eu não tenho estudo mais a maioria das pessoas daqui também não tem. Eu acho isso muito ruim, sabe? E o ProJovem conseguiu tirar esse mito que a gente cria na cabeça da gente.

Para Lina o ProJovem rompeu essa barreira e contribuiu para se relacionar melhor com o mundo. Ela descreveu um episódio em que teve a oportunidade de falar e a coragem para verbalizar suas opiniões e expor a situação em que se encontra a população da periferia.

Lina: Aí eu comecei a falar, eu imaginei assim: estou sozinha, e vou falar tudo aquilo que eu queria falar porque o prefeito estava ali, e tinha muita coisa engasgada, que eu não achava justo. Aí eu comecei a contar que as crianças não tinham lazer e que brincavam ali na beirada do lixo. Que os políticos só iam ali quando queriam votos, na época de eleição, e que a gente vivia meio esquecido. Eu falei a respeito da cultura, porque o meio cultural, assim lugares legal pra ir. É muito difícil você ouvir falar que nas favelas tem lugares assim pra ir, a não ser ONG'S. Agora tem muito isso, que estão voltadas pra esse lado. Ninguém nunca ouviu falar em cinema lá no morro, na favela. Então naquele momento ali, eu pensei o quanto a gente se sente esquecido, excluído. Porque a gente tem que descer, e não as pessoas que moram aqui em baixo, que tem a vida um pouquinho melhor que a gente não pode subir pra conhecer, ver que no morro não só tem vagabundo, que tem pessoas que sonham que também queriam ter...

Na fala da Lina está expresso muito do que temos visto. Ela faz uma caracterização do grupo que é o público-alvo do programa, jovens em condições de vida precária, com baixa autoestima e a importância do programa em trabalhar

esses temas. No seu caso, lhe deu a possibilidade de lidar com e expor essas questões.

Um ponto no qual temos insistido e que aparece de forma muito clara na fala de Lina, e está em consonância com o sentimento da maioria dos entrevistados, é esse olhar que estigmatiza os moradores da periferia nos seus aspectos negativos, independente de suas trajetórias de vida e de suas ações.

Fabíola viveu esse incômodo ao frequentar a escola “particular”. Roberto foi dispensado de um emprego por estar associado a um colega originário do mesmo local. Washington fala de olhares de canto de olho, de piadinhas. Leandro viveu a condição de suspeito por ser morador de comunidade. O olhar que é dirigido a esses meninos e meninas é carregado de preconceitos, como se fossem sementes marginais.

As suas falas avançam no sentido de que se reconheça a dignidade e os valores dos moradores da periferia. Não lhes podem ser simplesmente associadas características negativas por seu local de origem, por sua etnia ou condição social. Eles têm e reivindicam seus direitos. Retomamos a fala de Leandro: “você não precisa esconder a sua comunidade, mas dizer que naquela comunidade ali tem pessoas que moram naquela comunidade, tem hábitos, tem estudos, e que as pessoas que moram naquela comunidade, tem direitos como qualquer cidadão”; a de Lina “ver que no morro não só tem vagabundo, que tem pessoas que sonham, que também queriam ter...”; ou mesmo Roberto, quando quer mostrar sua comunidade, valorizando o que ali é produzido.

Vimos ao longo das entrevistas um conjunto de adversidades que são vividas pelo grupo, relacionadas ao local de moradia. Ausências e/ou precariedades que incluem o problema de transporte, a falta de lazer, de cinema, de escola. A polícia (Estado) assumindo um papel de extorsão e não de proteção. Mas os obstáculos vão além dessa concretude material das ausências, das precariedades. Esses meninos e meninas encontram-se presos aos seus locais de origem, à estigmatização da qual são vítimas e que os torna marcados. Quando “descem o morro” são excluídos e enfrentam inúmeros preconceitos.

Ao tratarmos da questão da violência, vemos que, no cotidiano, costuma-se dar ênfase aos problemas vividos pela população em geral, que se coloca na posição de refém, que é obrigada a ficar trancada em condomínios e se sente vítima da população que habita a periferia, população que estaria do outro lado, no

campo da pobreza, minado de marginalidade, criminalidade etc. Mas não podemos deixar de perceber nas falas desse grupo marginal o confinamento deles, nesses espaços pobres, não se manifesta através de grades, vidros blindados etc., mas é um confinamento por barreiras muito mais sutis, pela linguagem, pela origem, pela condição econômica, pela baixa autoestima, pela falta de capital cultural e social.

As experiências nas comunidades, como vimos, são muito distintas e variam entre os membros do grupo pesquisado. As comunidades também não são todas iguais, nem o quê e como se vive nelas, mas o estigma e o preconceito dos quais essa população é vítima são uma constante.

O endereço, o espaço social fisicamente objetivado, é, sem dúvida, mais um obstáculo que se soma a inúmeros outros e que terá consequências, por exemplo, na inserção desses meninos e meninas no mundo do trabalho.

“A resposta à pergunta ‘onde você mora?’ pode ser decisiva na trajetória de vida de um jovem. A ‘discriminação por endereço’ restringe o acesso à educação, ao trabalho e ao lazer dos jovens que vivem nas favelas e comunidades caracterizada pela presença (ou ausência) do poder público” (NOVAES, 2007, p. 2).

4.4. A família

.....
 Família brasileira: dois contra o mundo.
 Mãe solteira de um promissor Vagabundo
 Luz, câmara e ação: gravando a cena vai um bastardo
 Mais um filho pardo
 sem pai
 (NEGRO DRAMA, 2002 apud ARAUJO, 2009)

Desde *Casa Grande e Senzala*, obra de Gilberto Freyre, é comum a ideia de que a família brasileira se constituiu no modelo patriarcal. Modelo que vem perdendo força tanto nos trabalhos acadêmicos quanto no senso comum, na medida em que surgem novos arranjos familiares e, dentre eles, o crescimento das famílias matrifocais, cuja chefia cabe às mulheres e o cônjuge é ausente. Ao longo da pesquisa me deparei, majoritariamente, com essa composição familiar. Nessas famílias a mãe é referência fundamental, ocupa um lugar de destaque na vida da maioria desses jovens.

Nosso recorte de análise é um grupo classificado como em situação de risco e de vulnerabilidade. Encontramos na literatura a discussão da relação entre determinados arranjos familiares, a pobreza, o risco e a vulnerabilidade. As famílias chefiadas por mulheres estão no centro dessa discussão. Segundo Sorj e Fontes (2008), no Brasil tem se consolidado um discurso que associa estrutura familiar, pobreza e vulnerabilidade das crianças e toma as famílias monoparentais femininas³⁰ como responsáveis pela transmissão intergeracional da pobreza, o que afetaria as oportunidades das crianças. Essa visão norteia algumas políticas públicas que têm esses arranjos familiares como prioritários no seu atendimento.

Segundo as autoras:

A afirmação de que as famílias monoparentais femininas oferecem condições extremamente adversas para o bom desenvolvimento das crianças disseminou-se no discurso público e, sobretudo na mídia, proliferam enunciados com forte conteúdo moralizante e estigmatizante. As famílias monoparentais femininas são vistas como “famílias desestruturadas”, que exploram o trabalho infantil, que retiram as crianças da escola e as expõem a situações de risco e de violência. Em contraste, as famílias de tipo nuclear, compostas por casal com filhos vivendo no mesmo domicílio, representariam um modelo de família saudável e capaz de transmitir às novas gerações competências e habilidades facilitadoras da inclusão social. (SORJ, 2008, p. 187)

Esse discurso, que associa as famílias monoparentais femininas a condições mais adversas para o desenvolvimento das crianças e que as coloca em maior grau de vulnerabilidade, tem sido desconstruído por diversos autores (Bila Sorj, Fontes, Adriana, Lena Lavinias etc.) através de pesquisas e estudos estatísticos.

Apesar de as famílias monoparentais femininas terem, em média, renda inferior a das famílias com o casal e chefe homem, as condições dos domicílios em que residem são superiores, o trabalho infantil é menor e apresentam melhores resultados na maioria dos indicadores educacionais.

Esses achados permitem questionar o senso comum que nos diz que as crianças das famílias pobres chefiadas por mulheres estão em uma situação de maior vulnerabilidade quando comparada à das crianças pobres pertencentes aos arranjos familiares convencionais. (SORJ, 2008, p. 200)

³⁰ Segundo as autoras famílias monoparentais femininas se referem às mulheres que residem em domicílios sem a presença do homem adulto seja em virtude de não-casamento, separação, divórcio ou viuvez.

A desigualdade social e a vulnerabilidade a que estão expostos determinados grupos sociais envolvem um conjunto de variáveis. Como podemos observar na discussão do primeiro capítulo, no Brasil não se consolidou um estado de bem-estar social, portanto, a presença de políticas públicas universais que deem suporte às famílias pobres é escassa e precária, ficando, principalmente, sob responsabilidade das famílias, através de sua renda o sustento das mesmas.

Na perspectiva de renda e da qualidade do trabalho, a situação em que se encontram essas famílias, nos confronta com questões anteriormente abordadas no que tange ao mundo do trabalho, pontos que serão mais amplamente desenvolvidos quando tratarmos da trajetória de trabalho, emprego e desemprego do grupo. A situação precária de emprego e condições de vida que encontraremos nas próprias histórias dos meninos e meninas não é novidade na vida familiar deles. No Brasil, como vimos, não se atingiu uma sociedade de pleno emprego e a nova questão social que se coloca em discussão, a precariedade, a informalidade do emprego, já está presente no percurso das famílias desses jovens. Na vida desses meninos e meninas se acopla um passado perverso (a situação dos pais) e um futuro incerto (filhos). Essa situação familiar, marcada pela pobreza e falta de apoio do Estado, influi nas possibilidades de superação por parte desses meninos e meninas. Mesmo com o processo de ampliação das possibilidades de estudo, com a democratização da escola, veremos no item dedicado a essa temática que o acesso não é um fator suficiente para a manutenção desses jovens na escola.

O modelo de trabalhador que caracterizava a sociedade industrial e que vem perdendo força nas últimas décadas, dado o grau de instabilidade que tomou conta do mundo do trabalho, não se consolidou no universo dessas famílias. O trabalhador chefe de família é inexistente, o sustento vem de um esforço de amplas jornadas de trabalho da mãe, trabalho informal, precário e mal remunerado.

Na pesquisa o que observamos foi a presença marcante de famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge. A figura masculina é precária, problemática ou inexistente, não só como cônjuge, mas, também, no papel de pai. Observamos que o único apoio que essas mulheres encontram para o sustento da casa e a criação de seus filhos está em outras figuras femininas, como tias ou avós. Em sua maioria, as mães possuem mais de um filho e muitas vezes de pais distintos. No que se refere à qualidade do emprego dessas mulheres, é de baixa qualificação e baixa remuneração, com pesadas jornadas de trabalho. Elas são, em geral, empregadas

domésticas que muitas vezes não possuem seus direitos trabalhistas assegurados e não contam com nenhum apoio do Estado.

No campo, nos deparamos com a forte presença dessa mulher na criação e na trajetória de vida de seus filhos. Se há um discurso público que associa a vulnerabilidade desses jovens a esse tipo de constituição familiar, o que vimos, não sem conflitos, é que a integridade desses meninos e meninas, seus vínculos afetivos, seus princípios éticos estão intimamente relacionados a essa mãe ou à figura feminina.

Essa família chefiada pela mulher, mãe de filhos de pais distintos, trabalhando em empregos de baixa qualificação, e que transmite aos filhos princípios éticos, tendo um claro compromisso com seus filhos, é bem representada no filme *Linha de Passe*, de Walter Moreira Salles.

Cleusa, personagem dessa mulher-mãe pobre da periferia que sustenta seus quatro filhos e encontra-se grávida do quinto, os cria sem o apoio de nenhum dos pais. Tem um emprego de baixa qualificação, é empregada doméstica, assim como a grande maioria das mães dos nossos entrevistados. É ela que assume, com a ajuda dos filhos, o sustento da casa e toma conta desses meninos dando-lhes princípios de conduta dentro da ética do trabalho e honestidade.

No nosso universo de pesquisa havia várias Cleusas. As mães são figuras determinantes nas trajetórias desse grupo. Mesmo quando as relações são marcadas pela violência, a mãe é um forte referencial, enquanto os pais estão ausentes.

Antes mesmo de começarmos as entrevistas, nos telefonemas de contato já foi possível sentir a presença dessas mães, tias e avós, protegendo as suas “crias”. Muitas vezes era preciso responder a diversas de suas perguntas para que pudéssemos ter acesso a seus filhos ao telefone, demonstrando uma preocupação com quem queria falar com ele, algumas delas manifestaram o desejo de acompanhá-los nas entrevistas.

Nas conversas com os gestores dos programas, nos foi informado que a maioria dos meninos e meninas chegava ao ProJovem levados pelas suas mães.

Nosso propósito nesta pesquisa é conhecer, através da fala desses jovens, o lugar ocupado pelas mães (tias e avós – a figura feminina) e pelos pais na vida deles, que, em geral, se opõe aos padrões instituídos como convencionais.

Tratamos, no capítulo 3, da perda da linearidade nos processos de transição para a vida adulta como um processo que atinge a juventude atual. Podemos perceber que as rupturas nos eventos e etapas marcam essa passagem já estão presentes na vida das famílias desses jovens. Na maioria das vezes eles são oriundos de famílias chefiadas por mulheres; o casamento não foi uma etapa necessariamente vivida por essas mulheres; os filhos, quase sempre, são de pais diferentes; viveram a maternidade cedo e ingressaram no mercado de trabalho precocemente. Estas são situações que se reproduzem nas trajetórias de seus filhos.

4.4.1. Os pais

Edson teve uma infância violenta. O pai, que faleceu quando ele tinha 11 anos, batia nos filhos e na mãe.

Edson: Eu não brincava muito [na infância], porque eu quando novo, a gente tinha uma vida meio violenta. A gente apanhou bastante. Todo mundo apanhava bastante. Quando o meu pai faleceu foi “a liberdade” para todos nós. Todo mundo apanhava todo dia. Você não podia fazer muita coisa. Ele era meio ditador, não é? Mas sem saber que era ditador. Depois de muito tempo que fui descobrir: “ah, meu pai era tipo ditador”. Só as regras dele valiam só as palavras valiam. E você [os filhos] não valia de nada, apenas pra complementar o sustento [da casa].

O pai de Edson trabalhava em um jornal. Após sua morte, a mãe recebeu pensão por alguns anos, mas como era para os filhos, uma vez que eles não eram casados, a pensão terminou com a maioridade dos filhos. O sustento da família, composta de quatro filhos, passou a ser a renda da mãe, com a do trabalho dos filhos.

A mãe de Edson é doméstica, mas atualmente está sem trabalhar por problemas de saúde. Edson sempre contribui para o sustento da casa.

Edson: Aí eu colocava o dinheiro lá, tal. Mas eu era muito, assim, observador. A minha mãe chegava junto, eu chegava junto também e não falava nada.

Edson sempre ajudou no sustento da casa. Observamos em sua fala, que enquanto vivia com o pai havia nele um sentimento de exploração em relação ao trabalho: “e você não valia de nada, apenas pra complementar o sustento”. Já com a ajuda para a mãe, ele utiliza a expressão “chegar junto”. Isto demonstra a sensação

do menino em relação ao trabalho que realizava enquanto o pai estava vivo: sentia-se explorado. Já quando a situação muda e precisa ajudar a mãe, tem uma perspectiva de companheirismo.

A trajetória de Edson nos aponta para a ideia de que, independente do arranjo familiar, a presença do trabalho infantil é uma realidade nas famílias pobres, portanto, não corroborando o discurso público disseminado de que nas famílias monoparentais femininas, encontraríamos maior possibilidade da exploração do trabalho infantil.

A mãe foi uma forte referência quando o tema em nossa conversa foi o tráfico de drogas. É ela que tem medo do envolvimento do filho e que manifesta essa preocupação, e é também quem o educa para um caminho diferente que não o ingresso no tráfico. Paradoxalmente, um dos atrativos financeiros que o tráfico possibilita está em permitir aos filhos dar uma melhor condição de vida às mães, e esse é um desejo manifestado por quase todos.

Iracema mora com a avó desde pequena, a relação com os pais é complicada, brigam muito.

E porque você foi morar com a sua avó?

Iracema: Porque o meu pai, na época, era muito violento e minha mãe escolheu ficar com ele. Aí foi correu um processo, tudo mais, juiz. Aí minha irmã mais velha quis, porque somos três, ficar com a minha avó. Até hoje a gente mora com a minha avó.

O pai de Fabíola morreu quando ela tinha 3 anos; foi criada pela mãe, que é empregada doméstica.

Durante a entrevista, várias vezes, o tema da mãe e da relação entre as duas esteve presente. Selecionei alguns trechos que apontam o compromisso da mãe com o sustento e o bem-estar das filhas, a importância e a presença da mãe na vida de Fabíola.

Fabíola: Minha mãe sempre correu atrás sozinha. E sempre pagou escola. Sempre estudei em colégio particular. Eu tinha obrigação de passar de ano. Obrigação pela minha mãe. Minha mãe ralava a beça. Minha mãe sempre foi muito rígida com estudo. Apesar de muita coisa ela nem saber, ela “Não, mas vocês têm obrigação de saber”.

Fabíola: Muitas vezes a minha mãe não tinha o dinheiro da passagem, mas o colégio tava lá em dia.

Fabíola: Eu escutava muito desaforo. Ela falava muita besteira pra mim.. [a mãe]..... Porque não era possível, uma mãe se matar de trabalhar pra dar aquilo ali a um filho e o filho não dar a mínima. E ela ficava brava comigo porque eu só queria farra mesmo, sair, noitada. Chegava em casa alcoolizada. Com meus 17, 18 anos.

Conversamos sobre envolvimento com o tráfico e houve referência à mãe.

Fabíola: Não [entrei para o tráfico]. Porque eu nunca precisei. Porque eu tinha uma “mãezona” em casa. Independente de eu ser louca ou não, minha mãe sempre foi uma “mãezona”.

Eliane mora com a mãe e dois irmãos; a mãe era quem sustentava os filhos, primeiro cozinhando em casa e fornecendo marmitta e depois como empregada doméstica. Quanto ao pai:

Eliane: Meu pai saiu de casa tem seis anos.

Mas você nunca mais o encontrou?

Eliane: Não. Nem faço questão não, sabe? Aquela coisa que foi, foi.

Ela mudou de assunto e não retomamos mais esse tema

Durante a entrevista, a mãe de Eliane chegou e falou um pouco da filha e da relação entre elas.

Marly: Ela saiu um pouco das amigas dela que não valiam nada, sabe? Colocavam-na sempre pro outro lado. Chegar de madrugada dentro de casa, você entendeu? Só encontrava gente que não deve, no meio da rua. Graças a Deus ela tomou juízo. Nunca é tarde, não é? Ela viu agora, com vinte e dois anos, que namoradinho e amiguinha *num* presta, não valem nada. Que a mãe da gente é que é nossa amiga.

Quanto aos filhos:

Marly: Eu queria mais pra eles, muito mais.

Eliane: Toda mãe queria dar muito mais, não é? Sempre.

Fabíola e Eliane viveram um momento na adolescência em que ficavam na farra, e as referências feitas por Fabíola ao sentimento de sua mãe diante disso, ou na fala da própria mãe de Eliane, nos mostram a preocupação dessas mulheres com o rumo da vida de suas filhas.

Leandro é filho único e perdeu os pais cedo. O pai faleceu quando ele tinha 12 anos e perdeu a mãe aos 18 anos. Sempre morou com a mãe. Após a morte dela, foi morar com uma tia.

Leandro: Morava com a minha mãe. Minha mãe era doméstica. Ela trabalhava e depois de certo tempo, ela pegou uma doença chamada câncer. E veio a dificuldade

de ela sair, e eu parei de estudar durante certo tempo, eu tinha que trabalhar e cuidar dela, porque ela não podia se esforçar muito. Eu tinha 13 anos quando ela começou a...[doença].

A doença da mãe começou logo depois da morte do pai. Eles já eram separados desde que Leandro tinha 6 anos. Via pouco o pai; algumas vezes ele mandava dinheiro, mas era muito raro.

Leandro: A gente [ele e o pai] era meio afastado. Porque ele estava morando no Rio e bebia muito.

Seu pai morreu de quê?

Leandro: Morreu de bebida.

Com a perda da mãe, Leandro passa a contar com sua tia: “Quando a minha mãe faleceu foi ela [a tia] quem cuidou de mim, ficou comigo, me ajudou.

Leandro: Minha mãe também era muito guerreira [assim como a tia].

Leandro também falou do momento em que teve que abandonar a escola e trabalhar para ajudar em casa.

Leandro: Pra minha mãe foi difícil, porque ela sempre quis que eu continuasse estudando. Porque a minha mãe sempre se dedicou bastante aos estudos, e não teve uma oportunidade, por isso que ela foi trabalhar como doméstica. Mas ela sempre falava “Leo você tem que estudar, porque se você não estudar hoje, amanhã você não é ninguém. Então você tem que batalhar e tal”. E eu sempre fiquei naquela de batalhar mesmo, estudar e correr atrás.

Ainda na conversa com Leandro, quando o tema foi envolvimento dos jovens com o tráfico, ele mencionou um dos motivos principais que levam os jovens a se envolverem com o tráfico é a falta de oportunidade e que a família também é importante no aconselhamento dos filhos.

Clayton foi o único dos entrevistados que mora com os pais, em uma *família nuclear* (pai, mãe e filhos). A mãe não trabalha, ele também nunca precisou ajudar em casa; o pai é o provedor. Clayton tem uma situação de vida privilegiada em relação aos demais, pela condição financeira de seus pais que são pequenos proprietários.

Roberto também foi criado pela mãe. Em vários momentos da entrevista fez referência a ela.

Roberto: A gente é criado conforme nossa mãe ensinou pra gente, não é?

E o que a sua mãe ensinou pra você?

Roberto: Minha mãe me ensinou, sempre, a não mexer em nada de ninguém, entendeu? Sempre ser um garoto educado, sempre sorridente. Minha mãe é uma moça muito sorridente. Vamos dizer assim, uma garota, não é? Eu sou igual a ela. Eu sou o que minha mãe é, entendeu? Eu tentei seguir o que minha mãe me ensinou. Eu acho que eu estou conseguindo. Minha mãe até hoje não teve dor de cabeça comigo. Nunca parei em delegacia, minha ficha é super limpa, graças a Deus.

Em relação ao pai, manifestou carinho, mas sempre contou mesmo foi com as figuras femininas: sua mãe, sua irmã mais velha, sua avó. O pai não participou da sua criação. Enquanto elas estavam presentes em sua vida seu pai estava “na gandaia”, atitude que ele não quer reproduzir com seus filhos. Disse que vai procurar sempre estar ao lado deles – no momento da entrevista Roberto estava aguardando o nascimento de seu primeiro filho.

Roberto: Meu pai, ele... Eu acho, eu não procuro muito saber, porque ele não procurou muito saber de mim. Ele procurou saber de mim mais ou menos quando eu tinha uns 8 meses assim, um ano, ele começou a sair, entendeu? Se afastar. De lá pra cá só deu mamãe. É. Só deu mamãe.

Roberto me falou da falta que sentia do pai em alguns momentos de sua infância, principalmente quando ele frequentava uma escolinha de futebol. Alguns de seus amigos tinham o pai a seu lado e ele não. Sua mãe também não podia estar presente nesses momentos, assim como não pôde estar quando carregou a tocha do Pan. A mãe sempre estava trabalhando:

Roberto: Minha mãe já não tinha tempo, tinha que trabalhar. Minha mãe sempre teve que trabalhar, dar o maior duro. E hoje em dia não tem muita coisa também. Eu tenho o maior sonho de ajudar a minha mãe.

Inúmeras vezes enfatizou a preocupação com sua mãe e o seu sonho de dar conforto a ela, ajudá-la a conquistar a casa própria e uma situação melhor de trabalho.

Roberto: Minha mãe está já..... [está] cansada de batalhar pela gente. Vinte e quatro anos de trem. Só o que eu queria era um trabalhinho de carteira dela assinada. Meu sonho é conseguir a aposentadoria da minha avó e a casinha já estava bom já. Só, mais nada. Minha mãe é show de bola.

Ao falarmos sobre a questão do tráfico de drogas, me disse que nunca se envolveu. Já foi assediado algumas vezes, mas: “Primeiramente eu sempre penso

em Deus e depois penso em quê? Na minha mãe. Minha mãe nunca, nunca, nunca, nunca quis que eu mexesse com isso”.

Roberto tem uma identificação muito grande com a mãe e um profundo compromisso com ela. Outras mulheres também são importantes na sua criação, sua avó, a irmã mais velha. A mãe de Roberto, assim como a maioria das outras que encontramos, vive uma vida de muito trabalho para sustentar sozinha a família. Isto leva a que esteja ausente em muitos momentos importantes da vida dos filhos.

O pai de Edileusa foi assassinado quando ela era muito pequena. Segundo ela, o assassinato teria sido cometido por engano. Ela não se lembra muito dele; deixou um bom dinheiro com que sua mãe comprou uma casa na Paraíba e possibilitou o sustento dela e das irmãs. Sua mãe nunca trabalhou fora, cuidava das filhas, Edileusa e mais cinco irmãs. A relação com a mãe era conflituosa e violenta.

E ela [a mãe] trabalhava?

Edileusa: Não tinha condição de trabalhar, porque ninguém ficava com os filhos.

Hoje a mãe de Edileusa vive de pensão ou aposentadoria, não soube precisar.

E ela vive de que hoje, a sua mãe?

Edileusa: Da pensão. Nunca trabalhou. Essa aposentadoria de 500 e alguma coisa. Eu acho que é essa a aposentadoria dela. Ela nunca trabalhou e, pela idade que está, nunca vai trabalhar. Acho que ela não nasceu pra trabalhar não.

Na fala de Edileusa podemos notar que o trabalho é entendido no sentido dado pelo capitalismo industrial, uma atividade remunerada, com competências definidas etc. As tarefas domésticas não são vistas como trabalho. Essa noção por parte do grupo apareceu várias vezes ao longo da pesquisa e a retomaremos mais adiante.

A escola não foi presente na vida de Edileusa. Ela só passou a se interessar em estudar quando veio morar em Niterói. Segundo ela, sua mãe não dava nenhum valor ao estudo; começou a estudar tarde, entre 9 e 10 anos, mas sua mãe a tirava da escola.

A relação de Edileusa com a mãe era conflituosa e violenta. As crianças faziam os serviços de casa: lavavam, passavam e os mais velhos tomavam conta dos menores.

Edileusa: Como ela me batia muito, me espancava muito, disse que pra eu sair do poder dela seria só arrumando um macho. Não pensei duas vezes. Arrumei e fui, já que ele era bonzinho pra mim.

A partir dos 13 anos foi morar com o namorado, depois ficou grávida e a sogra assumiu o papel de mãe: “Ela [a sogra] sempre foi uma mãe pra mim”.

Na fala da mãe de Edileusa em que para a filha deixar sua casa “só arrumando uma macho”, encontramos um *ethos* masculino, situação com a qual nos deparamos em vários momentos, ao longo da pesquisa; seja na “obrigação” dos meninos de contribuírem no sustento da casa, o que não é cobrado das meninas, seja do próprio homem sustentar sua família, mesmo nas famílias em que a provedora é a mulher. O papel da mulher mãe/dona de casa estaria em contradição com a realidade da mãe provedora e pai ausente.

Lina é mais uma das entrevistadas que foi criada pela mãe, filha de pais separados. Não perdeu o contato com o pai que se separou de sua mãe quando ela tinha meses. Ele sempre bebeu muito e nunca ajudou no sustento, apenas algumas vezes deu um trocado.

Lina é casada e falou também da ausência do pai do marido, que era pior que o dela, e diante dessa experiência, tanto dela quanto do marido, me disse:

Lina: Porque mãe separa e continua sendo mãe, mas os homens têm essa coisa de... E meio que esquecem os filhos.

Lina falou da mãe, da avó e do avô.

Lina: Minha mãe é uma guerreira, ela é o exemplo da minha vida. Faxina? Tinha épocas que minha mãe trabalhava de segunda a segunda.

Lina: A minha avó sempre foi muito presente.

E seu avô?

Lina: O meu avô era um vagabundo, não queria trabalhar, e a minha avó veio da roça com três filhos. Minha avó deu a minha mãe pra uma tia criar. Aí, quando a minha mãe teve as três filhas, e estava sozinha e tudo mais, aí minha avó ajudou.

Washington também foi criado pela mãe e teve uma convivência conflituosa com ela e as irmãs, marcada pela violência. Seus pais são separados desde que ele tinha 3 anos, aos 11 anos procurou pelo pai e depois novamente passou anos sem vê-lo e hoje mora com ele. Tem cinco irmãos, duas irmãs por parte de mãe e três irmãos por parte de pai.

Washington: Minha infância toda foi com a minha mãe mesmo. . Minha mãe sempre criou a gente sozinha.

Qual é a importância da sua mãe na sua vida, Washington?

Washington: Tudo. Se eu estou deste tamanho aqui, a educação, a dedicação foi tudo ela.

Sua mãe trabalha em dois locais. Era empregada doméstica, durante o dia, e à noite trabalhava em um bar. Entre um emprego e outro, fazia os serviços domésticos, tendo uma jornada tripla.

Sua narrativa a respeito do resgate da relação com o pai é um pouco confusa. Esteve com ele pela primeira vez aos 11 anos e depois passou alguns anos sem vê-lo. A vida de Washington na casa da mãe estava ficando difícil e ele tinha o desejo de reencontrar o pai. Há alguns anos, ele foi procurá-lo novamente e atualmente mora com ele. Foi bem recebido e segundo ele o pai tem tentado “cobrir o que não participou na sua infância”.

Tinha medo de reencontrá-lo, porque a mãe vivia repetindo que o pai o havia deixado. Se ele fazia alguma coisa errada, dizia que ele era igualzinho ao pai. Não sabia como seria recebido. Na sua certidão de nascimento não consta o nome do pai, situação que gostaria de resolver.

Washington: No colégio era sempre a minha mãe pra assinatura, eu olhava na minha certidão e não tinha o nome do meu pai. E até hoje não tem. Agora que eu estou pressionando ele para ele ver isso...

Como foi o encontro com seu pai?

Washington: Ele falou: “É, você ainda está vivo.” Ele achou que eu tinha perecido.

Morrido?

Washington: É.

O pai dele achou que ele tinha morrido como nos contou. A morte prematura é uma realidade na vida desses meninos das periferias, principalmente na, daqueles que se envolvem com o tráfico, como pudemos constatar no capítulo 2.

Zuenir Ventura coloca em seu livro *Cidade Partida* a seguinte questão:

“Não se sabe o que impede esses rapazes, sem emprego e sem renda, de caírem no tráfico. Em matéria de juventude pobre, até a pergunta está errada. Não é ‘por que tantos jovens estão no tráfico?’, mas ‘por que tantos ainda não estão?’” (VENTURA, 1994, p. 178).

Inúmeras vezes, diante de histórias de vida tão duras, me fiz também essas perguntas. Há uma complexidade de motivos que levam os jovens a entrarem ou não no tráfico, mas dois temas foram muito presentes nas conversas sobre o envolvimento ou não com o tráfico: o medo da morte e a mãe.

Como já vimos o índice de morte de jovens é alarmante; o medo da morte prematura é uma realidade concreta para esses meninos e meninas. Eles têm clareza de que este é o destino da maioria dos que se envolvem com o tráfico, como podemos constatar em momentos da conversa com Washington.

Washington: Muitos não são vivos hoje, a maioria. E eu fiquei com medo do meu destino ser igual a esse. E eu vi que a minha mãe ficou com uma depressão forte.

O comportamento de risco é uma atitude associada à juventude, momento de novas experimentações, tendo como expectativa a ideia de que “ser jovem” é estar longe da morte (Novaes, p.5). Segundo Margulis e Urresti (apud Castro e Aquino, 2008, p.16), esse sentimento está associado ao que eles denominam de moratória vital, que estaria relacionado com a vitalidade energética do corpo do jovem e a “certeza” de que a morte obedeceria a uma linha temporal.

Esses jovens estão distantes dessa moratória vital, suas trajetórias de vida os colocam diante de situações concretas de violência que muitas vezes se iniciam na relação com os pais dentro da própria casa, como vimos, e se estendem pelo local em que vivem, cercado de histórias de mortes prematuras.

Ainda na temática do tráfico, a mãe é uma referência fundamental presente em diversas falas: Edson refere-se à educação dada pela mãe; Leandro sobre a importância do aconselhamento dos pais; Roberto pensa na mãe “Minha mãe nunca, nunca, nunca, nunca quis que eu mexesse com isso”, Fabíola diz não ter precisado entrar no tráfico porque “eu tinha uma mãezona” e Washington, que entrou, tinha muito conflito com o sentimento da mãe por ele estar envolvido. A relação foi fundamental para que ele se afastasse.

Washington: Quando eu entrei para aquilo [tráfico]. E ela não aceitava aquilo. Aí a vontade dela de beber não era mais o vício, era por causa de mim. Eu vi e muitas pessoas me falavam que minha mãe ia morrer por causa de mim, que eu não fui um bom filho. E eu me sentia ofendido com essas palavras. E, no fundo, eu via que essas pessoas queriam era o meu bem mesmo. Elas queriam ver se essas palavras iam me fazer sair, e me servir de apoio essas palavras. E me serviram muito, graças a Deus! Depois a minha mãe conversou muito comigo, chorou. E teve uma parte que

eu não aguentei. Não tem uma parte no ser humano que, por mais que ele seja duro, ele tem uma parte sensível. E eu tenho essa parte graças a Deus. E eu saí.

Durante as entrevistas fui percebendo a importância da mãe e de outras figuras femininas na vida desses meninos e meninas e a ausência tanto do cônjuge como do pai. O discurso público que associa famílias chefiadas por mulheres à pobreza e vulnerabilidade foi se esvaziando na medida em que as entrevistas feitas sintonizavam-se com a literatura que procura desconstruir essa associação.

Com apenas uma exceção, o caso de Clayton, todas as outras famílias que encontramos eram chefiadas por mulheres, apontando para uma presença maciça desse arranjo familiar matrifocal.

Como temos apontado ao longo da pesquisa, a estigmatização da qual são vítimas as famílias pobres, que moram em áreas consideradas de risco, é mais um aspecto negativo a que é exposto esse grupo e que se soma a inúmeros outros. Associar esse tipo de arranjo familiar à desestruturação apenas reforça o estigma.

No geral, o que encontramos na pesquisa não confirma esse discurso moralizante. Ficamos diante de famílias constituídas por mulheres batalhadoras, que muitas vezes têm jornadas triplas para conseguir o sustento dos filhos e o cuidado com a casa. As famílias constituem-se em grande medida de mães com filhos de pais distintos, tão bem caracterizada pela personagem Cleusa do filme *Linha de Passe*, como já vimos. Esses filhos encontram nas mães a referência principal na sua educação e conduta, a partir de valores éticos e morais, mas sem dúvida essas relações familiares não se realizam sem conflitos e algumas vezes com a presença de violência doméstica, como é o caso, por exemplo, de Washington, Edileusa e Iracema. Mas o que mais chama a atenção são expressões como: “minha mãe é uma guerreira”; “minha mãe é tudo”; “é o exemplo da minha vida” e “minha mãe é show de bola”.

Em relação aos pais (figura masculina), encontramos as questões mais problemáticas. Os cônjuges são ausentes pela morte, em geral, violenta, como o assassinato do pai de Edileusa; pela bebida referida por Leandro,³¹ ou pela separação e ausência, vistas como abandono da família. Muitas vezes, quando presentes, os pais são violentos, como constatamos na história de Edson e Iracema. Em alguns momentos a ausência da pai era tão profunda que levava a um silêncio

³¹ Embora haja casos de alcoolismo entre as mães, este não as isenta de suas funções de mãe e provedora.

na entrevista; em outros essa ausência era motivo de frustração e tristeza, como no caso de Roberto, ou necessidade de resgate desse pai por Washington.

A bebida foi um fator muito presente na vida desses pais e, também, no caso da mãe de Washington. É importante apontar esse fato, já que muito se discute sobre o tráfico e a violência em relação ao comércio e consumo de drogas ilícitas, quando o álcool é um problema fundamental de saúde e também de violência.

Essas mães sustentam seus filhos com sua renda em trabalhos de baixa qualificação e remuneração. Das dez entrevistas, encontramos duas mães que não trabalhavam fora e as demais, todas eram empregadas domésticas. Nenhuma delas contava com o apoio financeiro dos pais de seus filhos; se havia alguma ajuda no sustento ou na criação dos filhos, esta vinha de outras figuras femininas, tias, avós e irmãs. Excetuando Iracema, que foi morar com a avó por conflito com os pais, e Edileusa que saiu de casa aos 13 anos, todos os outros entrevistados vivem ou viveram a maior parte de suas vidas com as mães.

Essas mães sozinhas, sem o apoio do cônjuge, do poder público, não contam com nenhum programa social de apoio. Além da ausência de equipamentos e serviços públicos que facilitassem suas vidas, são responsáveis pela educação desses meninos e meninas de forma quase heroica. Na fala de seus filhos é reconhecido esse esforço e compromisso com eles de forma clara; percebem o sacrifício dessas mães na sua criação. Muitas vezes sentem a falta daquela que é obrigada a exercer o papel de pai e mãe. A ausência do pai acaba acarretando também a ausência da mãe, que vive uma dura jornada fora de casa. Os desejos de realização futura desses meninos e meninas em geral envolvem a possibilidade de darem melhores condições de vida a essas mães.

Em sua tese *Nas Quebradas da Voz: o lugar e a mãe na crônica poética do rap*, Maria do Socorro Brito Araujo aborda a importância do lugar ocupado pela mãe na organização familiar de favelas e periferias das grandes cidades brasileiras. A visão dessa importância da mãe, através das letras de rap, é uma manifestação próprios filhos, de uma voz que fala de dentro da periferia em oposição a discursos produzidos sobre a periferia.

Esse lugar da mãe, que encontramos na fala desses meninos e meninas, na entrevista está em sintonia com a voz do rap.

Segundo a autora, se não fossem essas mães os filhos não teriam nem sobrevivido; são mães cujos esforços heroicos permitiram a sobrevivência de seus filhos.

As funções maternas se complexificam nesse universo da favela; ganham uma dimensão problemática com o acúmulo de tarefas que levam as mães a jornadas de trabalho intermináveis para manterem seus lares. Encontramos essa situação na maioria das famílias de nossos entrevistados.

Ainda segundo Araujo há múltiplos significados para a palavra mãe, mas compromisso talvez seja a que mais se aproxima. “Rap é compromisso.” “O rap é uma mãe”. “Se pudermos imaginar a palavra que mais se aproxima do significado da palavra mãe, ‘compromisso’ seria uma forte candidata” (ARAUJO, p. 109).

Lavinás & Nicoll (2006) constata em suas pesquisas, tanto a sobrecarga a que são submetidas as mulheres como o compromisso delas com a esfera familiar:

Constata-se, assim, que as mulheres mudaram, e também as famílias, mas o que parece não ter mudado é o compromisso e a responsabilidade que têm as mulheres para com as crianças e dependentes idosos – ou seja, para com a esfera familiar – qualquer que seja o tipo de família em que se encontrem inseridas. A sobrecarga é evidente, pois assumem sozinhas grande parte dos ônus, se pessoas de referência, ou comprometem as chances de crescimento profissional, se cônjuges. (LAVINAS & NICOLL, 2006, p. 82/83)

A maioria das meninas que fazem parte do grupo de alunos do ProJovem são mães muito jovens em situação bastante semelhante à que vimos em relação a sua família de origem, na maior parte, mães que criam seus filhos sozinhas, sem a ajuda do pai da criança. O apoio que recebem é das próprias mães que passam então a representar esse papel de avó-mãe, como vimos na trajetória desses meninos e meninas.

Portanto, esse arranjo familiar tende a se reproduzir, reforçando esse lugar que ocupa a mãe, manifestado através do desejo dessas meninas de serem mães. A maternidade é vista como uma função importante na esfera social. Veremos adiante a relação entre essa maternidade precoce e a trajetória escolar desses jovens.

4. 5. Escola e ProJovem

O que se propõe neste item é compreender melhor a trajetória escolar desses meninos e meninas, suas idas e vindas, os motivos que os levam a esse movimento, a saída da escola e seus retornos, tentativas muitas vezes frustradas de reingresso na escola e quais são as dificuldades enfrentadas nesses processos.

Num segundo momento, como conheceram o programa (ProJovem), o que mais lhes chamou a atenção, a diferença entre o ProJovem e a escola. Qual a importância do ProJovem na trajetória deles, como foi esse encontro e, por fim, discorrer sobre a importância do estudo e sua continuidade.

Questões sobre a educação no Brasil, a qualidade da escola brasileira, o índice de evasão são temas amplamente discutidos por especialistas na área de educação; não é nossa intenção abordá-los neste espaço.

Como debatemos no capítulo 3, os processos clássicos de transição para a vida adulta, com seus marcos tradicionais, traçam uma perspectiva linear que se define de forma geral pela frequência ao espaço escolar, conclusão dos estudos, primeiro emprego, saída da casa dos pais, casamento e chegada do primeiro filho. Esse percurso tem perdido nas últimas décadas sua nitidez devido a situações como a necessidade de qualificação permanente, o avanço tecnológico, as transformações no mundo do trabalho, o que ocasiona um prolongamento da juventude com o adiamento da entrada desses jovens no mundo adulto.

Vimos também que esses processos de transição são vividos de forma distinta por juventudes em condições desiguais. Segundo Madeira (2006), nos países desenvolvidos o prolongamento da juventude se caracteriza pelo avanço na formação educacional, adiamento do casamento e do primeiro filho, propiciando aos jovens uma ampliação de um período de experiências e novas possibilidades, construindo melhores alicerces para uma atuação futura. Essas condições só são vividas por países que democratizaram o acesso ao ensino médio.

No Brasil encontramos, principalmente, no conjunto da população de que estamos tratando, um movimento contrário, isto é, vários dos marcos de transição são vividos de forma precoce. No que se refere à questão da maternidade, o Brasil, no período de 1980 a 2000, esteve contra a corrente do que vinha ocorrendo nos demais países emergentes, ou seja, entre nós houve uma antecipação da idade em que as mulheres têm o primeiro filho (Madeira, 2006).

O grupo, muito mais do que ter a oportunidade de vivenciar o prolongamento da juventude, a possibilidade da moratória juvenil, passou por processos que anteciparam a entrada na vida adulta, como o trabalho, a maternidade e o casamento precoces. Estes fatos contribuem muitas vezes para a dificuldade de uma vida escolar, mas não podemos afirmar que esses fatores são os únicos e principais responsáveis pelo abandono da escola.

Observamos que situações que marcam a entrada precoce no mundo adulto, como a maternidade ou o trabalho, ocorrem, muitas vezes, posteriormente ao abandono da escola. O desinteresse, a repetência e referências imprecisas e confusamente definidas como bagunça são, também, motivos alegados desse afastamento.

Foi-nos possível compreender melhor as questões que desmotivam o jovem em relação à escola, quando ao falarem de suas experiências no ProJovem teceram comparações entre escola regular e programa. Como este tem um caráter experimental, conforme consta dos documentos que o definem, e enfatizado pela professora Regina Novaes,³² em entrevista, procuramos explorar essa diferença na percepção desses jovens. O ProJovem se constituiu em busca de atender a necessidades específicas desse segmento – jovens em situação de risco, fora da escola e do emprego – e está em constante revisão, aberto para os ajustes necessários, ocorridos, por exemplo, com a mudança da faixa etária dos participantes, que inicialmente era de 18 a 24 anos, e que foi ampliada para 29 anos, na medida em que se percebeu que limitá-lo a 24 anos deixava de fora grande parte dos potenciais participantes. Nesse sentido, o programa reconhece que há atualmente um prolongamento do tempo da juventude.

Não podemos lançar mão de grandes teorias explicativas que possam dar conta do abandono da escola. Os motivos são variados, complexos e estão relacionados às suas vidas pessoais e às dificuldades que os jovens encontram para sobreviver. Além da própria relação com a escola – descaso, desinteresse, alto índice de repetência – sem que haja motivos concretos aparentes.

³² Secretaria Nacional da Juventude em 2005 e uma das formuladoras do programa.

4.5.1. A trajetória escolar

Entre 13 e 15 anos, a relação de Edson com a escola tornou-se complicada. A repetência somada à necessidade de trabalhar acabou levando-o a afastar-se da escola, quando cursava a quinta série.

A entrevista com Edson foi a primeira e eu me encontrava ansiosa e focada em saber quais os motivos que o levaram a abandonar a escola. Fiz a pergunta direta logo no início da conversa, vivenciando o seguinte diálogo:

Você abandonou a escola? Uma das condições para entrar no ProJovem é você ter concluído até a quarta série e estar fora da escola.

Edson: Tipo, não abandonei a escola. Aí o meu pai morreu, eu tinha 11 anos. Eu estava cursando a quinta série na época. É. Aí eu tive que. [assumir a responsabilidade da casa]. Não parei com 11 anos não, eu continuei ainda estudando. Aí você diz: Ah, você abandonou o colégio? Não abandonou, teve um desvio numa necessidade.

Continuou tentando estudar, mas já não conseguia; tinha muita dificuldade em se concentrar, acompanhar as aulas. Repetiu a quinta série duas vezes, depois retornou para a quarta e foi expulso; ainda tentou se manter na escola, mas a necessidade de trabalhar, a vida difícil, o descompasso entre sua “mente” e o espaço escolar o impossibilitaram. Foi um dos entrevistados que ressaltaram a questão da bagunça na escola, ficava divertindo as pessoas “zoando”.

Washington começou a trabalhar na feira com 9 anos e nesse período estudava, mas não gostava muito da escola, achava chato. Até os 12 anos estudou num CIEP na Penha, local onde morava. Concluiu a quarta série e foi continuar em outra escola; foi então que aumentou a dificuldade em relação aos estudos.

Washington: Aí eu terminei a escola e tive que fazer o ginásio em outro colégio. E dali já foi outro tipo de relacionamento. E o interesse de estudar já não foi o mesmo, porque lá a escola era muito rigorosa. Fiz duas vezes a quinta. Aí eu passei no outro ano, fiz treze e passei pra sexta dali. Aí eu tive que parar. Parei de estudar, repeti o ano, aí parei o ginásio.

A violência no local onde morava o levou a morar com o padrinho em Campo Grande. Disse ter retornado para a escola, mas não explicitou esse retorno. Depois voltou para a casa da mãe e a aí parou mesmo de estudar.

Leandro deixou os estudos quando tinha de 13 para 14 anos, na sétima série. Criado pela mãe, empregada doméstica. Nesta época ela ficou doente, teve câncer. Ele precisou, então, cuidar dela e trabalhar para ajudar em casa. Leandro retornou à escola, através do ProJovem.

Leandro: Estudei no Leopoldo Froes. E lá não deu pra eu terminar os estudos por causa do trabalho.

Eliane estudou regularmente até a sétima série, quando então mudou de colégio, saindo de um pequeno próximo a sua casa e indo para colégios maiores, mais distantes de sua comunidade. Neste novo espaço, cita a bagunça com as amigas. A prática de matar muita aula a teria levado a parar de estudar, ficando parada dois anos; depois retornou para o ensino noturno e cursou a oitava série sem completá-la, parando novamente. Ingressou no ProJovem e conseguiu concluí-lo.

Lina deixou os estudos aos 16 anos, na quinta série, porque engravidou e ficou com vergonha de frequentar a escola; depois de casada e de ter tido o filho ainda procurou voltar a estudar à noite, mas as tentativas de retorno à escola esbarraram na questão de não ter com quem deixar o filho. Retornou aos estudos através do ProJovem.

A inexistência de creches nessas comunidades contribui para essa situação. Muitas alunas do ProJovem foram mães cedo, e observamos ao longo da pesquisa que não ter com quem deixar os filhos é citado como um dos motivos que dificultaram a permanência na escola. Como veremos, a bolsa de cem reais do ProJovem tornou-se, um rendimento utilizado para tentar sanar essa questão, pagando uma pessoa para cuidar das crianças.

Roberto começou a trabalhar aos 12 anos, fazendo bicos, mas continuou frequentando a escola. Segundo ele, gostava do colégio, mas aos 16 anos, na quinta série, teve que deixar os estudos porque precisou trabalhar de forma mais efetiva para ajudar em casa.

Somada à questão da necessidade de trabalhar de Roberto, a violência entre facções também foi um motivo que contribuiu para o seu afastamento do espaço escolar, como vimos na parte dedicada à origem. Retomou os estudos através do ProJovem.

Edileusa começou a trabalhar cedo e também foi mãe muito jovem, mas tudo aconteceu depois de já ter deixado a escola; estudou muito pouco durante sua

infância e início da adolescência, pois a mãe não tinha o menor interesse em mandar os filhos para a escola.

Edileusa: Acho que porque o material escolar era caro, o uniforme de lá era pago. Nem é como hoje, naquela época pagava. Ela não quis colocar nenhum dos filhos no colégio, porque ela tinha medo da gente ir e voltar sozinhos. Eu acho que ela não queria aquela responsabilidade de levar e buscar filho. Porque esse pessoal do Nordeste não é muito chegado a isso não. Tanto é que minha mãe não sabe ler, meu pai sabia. Mas nenhuma das minhas tias sabe.

Quando veio morar em Niterói fez algumas tentativas de voltar ao estudo, mas esbarrou na dificuldade de conciliá-lo com o trabalho, retomando-o de forma mais efetiva através do ProJovem.

Edileusa foi a única migrante do grupo, egressa do meio rural; sua infância não se deu no espaço urbano. A ida à escola não era algo “naturalizado” em seu núcleo familiar, como podemos perceber nos demais. Mesmo com trajetórias irregulares, o ingresso no sistema escolar no meio urbano parece-me ser um consenso que o leva a acontecer como algo previsto e realizável. O problema está na continuidade do processo escolar e não em seu ingresso, reforçando a questão da democratização do acesso ao ensino e a crença de que este é o caminho para uma possível mobilidade ascendente.

É quando ela chega no meio urbano que a escola passa a ser um valor. Essa visão retrospectiva faz críticas ao “pessoal do nordeste” em relação ao estudo. Nesse processo internaliza discriminações a seu grupo de origem, mas ao mesmo tempo mantém um estranhamento para com a juventude urbana integrante do ProJovem, como vimos no item anterior. Sua impressão do grupo é definida como “gente esquisita”.

Clayton estudou até os 12 anos, até a terceira série numa escola próxima ao local em que morava. Não apontou nenhum motivo concreto que contribuísse para o afastamento da escola. Segundo ele, apenas não gostava, achava desinteressante

Permaneceu cerca de 5 anos sem estudar retomando os estudos em torno dos 16 anos, através do supletivo, e cursou até a quinta série. Migrou do supletivo direto para o ProJovem, aos 19 anos. Tanto o supletivo como o ProJovem o atraíram pela possibilidade de conclusão mais rápida dos estudos.

No momento em que os entrevistados narram a retomada da escola, percebe-se uma consciência, principalmente dos que alegam ter deixado a escola por

desinteresse, de que houve uma perda de tempo e da importância dos estudos para uma melhor inserção no mercado de trabalho. Este sentimento contribuiu de alguma forma para o retorno à escola e para a opção por programas que de alguma forma compensem o tempo perdido, com estudos compactos, como é o caso do supletivo e mesmo do ProJovem.

Assim como Lina, o motivo que levou Iracema a deixar a escola foi a gravidez, quando estava na quinta série, mas ficou afastada apenas por um ano, retornando em seguida para a sexta série. Enquanto frequentava a escola, conheceu o ProJovem através de uma palestra e optou por trancar a matrícula no colégio e ingressar no programa. Clayton também estava estudando quando conheceu o ProJovem e decidiu transferir-se para ele, em busca de uma conclusão mais rápida. Esta migração vai contra uma das regras do programa, que prioriza jovens que estejam fora da escola. Contudo, em um universo de 10 jovens encontramos dois casos como este. Em entrevista com a profa. Regina Novaes, esta considerou a flexibilidade como uma possibilidade de opção para os jovens pobres, argumentando sobre o direito de escolha desses jovens. Por outro lado, Madeira (2006) chama a atenção para o fato de que a existência de programas alternativos, pode comprometer a melhoria do sistema escolar, principalmente, no que se refere à disputa de pelas escassas verbas alocadas para a educação.

Fabíola, dentre os entrevistados, foi a única que estudou em colégio particular. Segundo ela sua mãe sempre se esforçou muito para dar a suas filhas a possibilidade de um estudo de melhor qualidade, e teve acesso a programas de descontos. Estudou até a sétima série.

Fabíola conta a sua vivência na escola particular como um período de muita pressão para atender às expectativas da mãe e recompensar o esforço que ela fazia para manter a filha na escola. Sentia-se obrigada a passar de ano. Enquanto frequentou essa escola foi uma boa aluna "Eu era a CDF da sala".

Fabíola: Então, eu nunca fui reprovada. Seis anos eu fui estudando e sem ser reprovada. Sempre aquela pressão toda. Então, eu não ia pra escola pra brincar. Enquanto todo mundo estava brincando, eu tava com um livro na mão, eu tava escrevendo alguma coisa. Ali eu tive um bom alicerce pra vida. Não continuei, mas tive. Eu tive oportunidade.

Fabíola vivenciou preconceitos no colégio que contribuíram para que o deixasse. Não era tranquilo ser uma pessoa de origem humilde frequentando uma

escola particular, vítima de preconceito, como vimos no item origem. Acabou indo para a escola pública. Essa mudança significava não ter a pressão da mãe quanto ao dispêndio tão sacrificante e estar num ambiente em que as pessoas falavam a sua linguagem, moravam no seu bairro, enfim, partilhavam uma identidade comum. O sentimento de Fabíola em relação à escola particular se traduz em sua frase: “O cheiro do colégio particular já me incomoda”.

Ao ingressar na escola pública, se sentiu à vontade, e compara a escola particular com a pública: enquanto a particular era rígida, não podia matar aula, na escola pública pôde ficar mais solta. Começou a matar aula, tinha mais liberdade, não tinha compromisso com o estudo e podia fazer bagunça. Como se no espaço público tudo fosse permitido, não houvesse regras a ser seguidas, nem compromissos a ser assumidos e cumpridos.

Fabíola: Ah, esse grupo aqui não gosta daquele grupo ali e pronto. Esse grupo aqui é o grupo da escola. Ninguém mexe. E esse aqui já é o grupo dos otários, não sei o quê. Mas os otários eram os espertos, estavam estudando, trabalhando pra aquilo. E eu tava querendo mais era organizar a galera e vamos sentar lá do lado de fora da escola e vamos ficar olhando o pessoal estudar.

A fala de Fabíola nos mostra a relação que estabeleceu com o estudo; associa o grupo que estuda a otários, mas numa visão retrospectiva percebe a inversão dessa ideia. Reforça, assim, a questão já levantada de que no momento em que retomam os estudos, estes jovens reconhecem sua importância e prejuízo que tiveram por conta de trajetórias irregulares.

O fato de Fabíola ter estudado numa escola particular lhe deu uma boa base de aprendizagem. Quando entrou na escola pública, sentiu que ia tirar de letra, pois a matéria que havia dado na quarta série na escola particular estava sendo dada na sexta e na sétima séries.

Durante 10 anos ficou sem estudar, fez algumas tentativas de retorno, mas, sem conseguir concluir nada, ficava entre idas e vindas. Nesse período teve dois filhos e trabalhou em alguns locais, mas não foi nem a maternidade nem o trabalho que a afastaram da escola. Retomou os estudos através do ProJovem.

Ao tornar conhecida a trajetória escolar dos nossos entrevistados, que é marcada pela irregularidade, ficamos diante de uma variedade de situações vividas a partir das experiências de cada um, tanto no ambiente familiar, como no ambiente escolar. Não é possível explicar esse movimento a partir de uma teoria comum que

abarque todas as especificidades que encontramos. Os motivos que levam cada um deles a vivenciar essas irregularidades são singulares; muitas vezes podem estar relacionados ao mundo do trabalho ou à maternidade, e outras não.

A geração dos nossos entrevistados nasceu na década de 1980 e todos tiveram acesso à escola, mesmo Edileusa, que quase não estudou na infância. Não foi por falta de escola ou dificuldade de locomoção e sim pelo desinteresse de sua família. Portanto, a universalização da escola é uma realidade para o grupo; o problema não está no acesso e sim na permanência e continuidade dos estudos.

Muito se tem discutido a relação entre escolaridade, qualificação, trabalho e emprego. Diz-se hoje que a escolaridade não seria mais uma garantia para o ingresso no mercado de trabalho. Percebemos que mesmo num grupo que muitas vezes deixou a escola precocemente sem motivos concretos aparentes, a crença nessa relação ainda é bastante presente, portanto me parece que essas idas e vindas da escola não podem ser atribuídas a essa questão.

Observamos o reconhecimento da importância do estudo e da qualificação como condição para uma melhor inserção no mercado de trabalho. Ao retomarem os estudos manifestam o sentimento de frustração de terem abandonado a escola, a sensação de tempo perdido e a necessidade de recuperação desse tempo de forma mais breve possível, como no caso dos que migram de uma escola para o programa.

Deparamo-nos com um conjunto de motivos que norteiam esses caminhos irregulares, dependendo da história de vida e da experiência de cada um. A necessidade de trabalhar e ajudar em casa é um dos motivos. Podemos notar que este é um fator associado, pelo menos no nosso universo de pesquisa, a uma questão de gênero. Só os meninos apontaram o trabalho e a necessidade de contribuir financeiramente em casa como uma das razões que os levaram a deixar a escola. Isto reforça a ideia de que nesta sociedade valores “machistas” permanecem muito presentes, mesmo quando descolados da experiência vivida por essas famílias. Nelas o homem é ausente, a mãe é a provedora, mas a lógica do mundo ditada por regras masculinas permanece.

Entre os nossos entrevistados, a maioria dos meninos apontou o trabalho como um dos motivos para deixarem a escola, mas associado a ele estavam situações familiares específicas. A perda do pai reforça a necessidade de Edson de contribuir em casa, a doença da mãe complica a vida de Leandro, a mudança da avó

para outra comunidade contribui para que Roberto ajude mais em casa. Junto ao trabalho aparecem outros motivos que reforçam essa saída da escola: o desinteresse, a repetência, a mudança de escola, e ainda a violência, como no caso de Roberto, com brigas entre facções distintas, e a mudança no local de moradia de Washington pelo avanço do tráfico.

Essas situações com que nos deparamos no percurso desses jovens estão em sintonia com a análise de Spósito (2008) dos dados da pesquisa Perfil da Juventude no Brasil,³³ no que tange às relações dos jovens com a escola e o trabalho:

Não se pode configurar nem uma adesão linear a escola ou um abandono ou exclusão total de aspirações de escolaridade no âmbito das orientações dos jovens que trabalham. Assim para jovens brasileiros, escola e trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil. Por essas razões a experimentação e a reversibilidade de escolhas aparecem como fatores importantes para compreender as relações dos jovens tanto com a escola como com o mundo do trabalho, situando-as na dimensão do tempo como uma construção social e cultural em que se articulam demandas do presente e projetos para o futuro. (SPÓSITO, 2008, p. 106)

A autora também considera as diferenças entre os sexos nas relações entre escola e trabalho; as meninas estão menos envolvidas com o mundo do trabalho que os meninos, mas essa inatividade não significa que sejam apenas estudantes; elas podem estar envolvidas com o trabalho doméstico (Spósito, 2008). Embora tenhamos encontrado exemplos em que as jovens estavam envolvidas em cuidados com os filhos, irmãos menores e a própria casa, outras estavam ociosas vivendo o que Abad denominou de *“el tiempo de estar ‘marcando cavaleira’.*”

A maternidade precoce é uma realidade na vida dessas jovens. Das cinco meninas entrevistadas, quatro são mães. Em alguns casos, a gravidez foi apontada como o principal motivo de saída da escola, em outros quando engravidaram já não frequentavam mais a escola. A presença de filhos também dificulta o retorno, por não terem com que deixar as crianças.

Segundo Heilborn e Cabral (2006), o debate público em torno da gravidez precoce associa esta à pobreza, à violência urbana e também à questão de sua “ilegitimidade”, pois se dá na maioria das vezes fora da união, transformando a

³³ Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2003.

questão em um problema social e passando “a ser vista como um acontecimento que perturba o desenvolvimento ideal do jovem nessa etapa da vida” (p. 228).

Ainda, segundo as autoras, na literatura sobre o tema: “Alega-se também que a reprodução interrompe o processo de escolarização do jovem, contribuindo para diminuir suas chances futuras em adquirir melhores postos de trabalho” (p. 233).

Mas em pesquisa realizada com jovens pobres, que na adolescência foram pais vão chegar à seguinte questão:

[...] a ocorrência do episódio reprodutivo não representou uma mudança marcante em termos de percurso escolar para a maioria dos entrevistados, tendo em vista que a saída da escola já havia ocorrido, dando lugar a busca pela inserção no mercado de trabalho. (HEILBORN e CABRAL, 2006, p. 239)

Encontramos uma situação semelhante no nosso grupo,³⁴ das quatro meninas que foram mãe na adolescência, duas delas, Iracema e Lina, relacionaram a maternidade com o afastamento da escola. Iracema retornou logo em seguida; já Lina deixou a escola por vergonha de estar de “barriga”, só retornando muito tempo depois, através do ProJovem. A situação da maternidade das duas também é distinta. Iracema mora com os avós e o pai de seu filho é ausente. Lina casou e tem uma casa para cuidar, o que dificulta o retorno à escola. Ela falou da dificuldade de ter com quem deixar os filhos.

As outras duas meninas que também foram mães adolescentes, Edileusa e Fabíola, já se encontravam fora da escola no momento em que ficaram grávidas.

Outros motivos alegados para a interrupção da trajetória escolar e que muitas vezes se conjugam com os anteriores são: o desinteresse, a bagunça, a repetência, a falta de prazer, a violência, a mudança de escola e moradia.

O quadro escolar que gera essas situações de falta de comprometimento, de bagunça, tensões que se estabelecem na sala de aula e no ambiente escolar, levando muitas vezes à violência, é bem representado em filmes como *Entre os muros da escola*, que retrata uma escola no subúrbio de Paris. No documentário *Pro dia nascer feliz*, diversas situações escolares no Brasil são focalizadas, mostrando as dificuldades, as tensões que se estabelecem entre professores e alunos, entre grupos de alunos, em escolas públicas urbanas.

³⁴ Cabe ressaltar que abordamos o tema principalmente com as meninas (mães).

Ao tratar do universo das escolas e colégios, a análise de Bourdieu, apesar de estar centrada na realidade francesa, pode nos auxiliar na compreensão desse universo escolar que se apresentou a partir das falas de nossos entrevistados. Segundo o autor, em geral percebemos nesse universo os extremos; de um lado, escolas precárias e de outro, colégios selecionados. Portanto, o mal-estar nas escolas também se apresenta de forma diversificada e o que ocorre nas grandes escolas não é o mesmo das periferias.

Na fala de Fabíola podemos perceber essa consciência de escolas pertencentes a universos diferentes, o que acarreta formações distintas:

Fabíola: Por exemplo, o cara que estuda em um colégio, sei lá, “melhorzinho”, digamos assim. Ele termina o segundo grau e já estão encaminhando ele pra alguma coisa.... Ele tem uma base. Agora, uma pessoa num colégio público, qual é a base que ela tem? Ela termina o segundo grau e aí? Vai tentar uma faculdade pública? Vai entrar como? Se ela não tem mesma qualificação que um cara que faz, sei lá, “num” colégio particular e vai tentar uma prova. Você pode ir a qualquer colégio público, o cara é alfabetizado. Mas vai pegar o caderno dele, pra ler o que ele está escrevendo. Nem ele entende, muitas vezes. Ele não tem uma boa escrita. E ele vai crescer daquela forma. Vai chegar numa oitava série com a mesma escrita. Você acha que alguma outra professora de quinta série vai pegar na mão dele pra ensinar o que ele não aprendeu na aula? Não vai. E isso aí você vê em todos os colégios. Mas num colégio particular a professora é paga pra aquele aluno ter uma boa escrita. Então, vai fazer aquilo ali da melhor forma possível.

Mas no colégio público a professora também é paga.

Fabíola: É paga. Mas, muitas vezes, trabalha em três colégios pra poder tirar o dela do mês. Uma professora daquela ali vai chegar à sala de aula e vai falar: “Ô, isso aí tá no quadro. Copia aí.”

Mais uma vez Fabíola expressa sua noção de público e privado, marcada de crenças que circulam no senso comum de que o espaço público não tem valor, não tem qualidade, de que não há um comprometimento docente e o espaço privado é o terreno da ordem, porque é pago. Independente do espaço ser público ou privado, a realidade docente é de uma desvalorização da carreira, o que obriga o professor a ter vários empregos e pouco tempo para se envolver com a escola, além da sala de aula. É nesse sentido que na visão dos entrevistados o ProJovem avança,

transformando a relação professor/aluno e a possibilidade de interagir no espaço escolar.

O processo de “democratização” do ensino, no qual se buscou dar acesso a todas as camadas sociais e em que nossos entrevistados se encontram, não basta para garantir uma formação e o sucesso escolar.

Ainda segundo Bourdieu, uma lógica da responsabilidade coletiva torna-se o discurso em relação aos problemas da escola em substituição à culpabilização da vítima (aluno). Entram em cena fatores sociais mal definidos, como a falta de recursos e os professores cada vez mais responsabilizados.

Sobre a relação que se estabelece com a escola diz o autor:

Acabou o tempo das pastas de couro, dos uniformes austeros, do respeito aos professores – todos os sinais externos da adesão que os filhos das famílias populares sentiam em relação a instituição escolar, e que hoje se transformou numa relação mais distante: a resignação sem ilusão, mascarada em indiferença pertinente, é evidente na pobreza exibida no equipamento escolar, a tira elástica para segurar os cadernos, as canetas descartáveis que substituem a pena e a caneta-tinteiro, nos sinais de provocação em relação ao professor, como o walkman levado até a classe, ou as roupas, cada vez mais folgadas, com mensagens estampadas, com o nome de grupos de rock, que querem lembrar dentro da própria Escola, que a vida verdadeira está fora dali. (BOURDIEU, 2003, p 485)

A deteriorização da qualidade de vida no meio urbano, nas últimas décadas, colocando em cena questões de violência, desemprego, marginalidade e outros componentes da vida contemporânea, atingiu, também, o espaço escolar. Este conjunto complexo de questões, somado à própria história de vida dos jovens, os leva a terem uma trajetória escolar irregular e de fracasso. O ProJovem tenta se inserir nessa lacuna.

4.5.2. O ProJovem

O ProJovem é amplo em seus objetivos que abarcam a qualificação, a conclusão do ensino fundamental e se enquadra como um programa de transferência de renda, pois oferta uma bolsa de 100 reais, além de enfatizar a questão da cidadania. Nosso propósito nessa pesquisa nunca esteve centrado em uma análise do ProJovem, como atua, sua eficácia, se atende aos objetivos propostos etc. A intenção inicial era entender como o programa atuou e sua

importância na vida de nossos entrevistados a partir do tripé que ele se propõe: estudo; cidadania; qualificação profissional.

Para alguns a busca pelo programa teve sua ênfase na conclusão dos estudos; para outros a qualificação era o fundamental e, para a ampla maioria a bolsa era um atrativo muito importante e determinante no ingresso. Mas, ao longo das entrevistas outras questões foram se delineando. A ênfase dada pela maioria do grupo aos aspectos positivos do programa não estava apenas na bolsa, num certificado de conclusão ou na qualificação, algumas vezes vividos de forma falha, com programações que não se cumpriam, ou com a sensação de terem concluído o curso sem se considerarem qualificados. Questões como a relação professor/aluno, autoestima, amplitude cultural, e novas maneiras de comportamento mais adequadas, tanto no espaço escolar quanto num possível ingresso no mundo do trabalho surgiram com força nas entrevistas.

Excetuando Iracema e Clayton, que migraram de uma escola direto para o programa e apontaram como motivo para essa transferência a possibilidade de conclusão mais rápida dos estudos, somado ao atrativo da qualificação e da bolsa, todos os outros se encontravam fora da escola há alguns anos e tinham dificuldade de retorno. O sentimento que manifestaram em suas falas era de que, ao conhecerem o ProJovem perceberam que estavam diante de uma nova oportunidade de conclusão dos estudos e teriam acesso a algum tipo de qualificação, o que lhes permitiria vislumbrar uma melhor possibilidade de trabalho. Principalmente, teriam uma ajuda de 100 reais. O ProJovem era a perspectiva de um caminho, “uma luz no fim do túnel”, uma oportunidade na vida desses meninos e meninas.

Lina: Epa! Chegou a minha oportunidade de aprender alguma coisa pra ingressar no mercado de trabalho

Para Edson, o ProJovem era a oportunidade de concluir o ensino fundamental e ingressar no médio, o que lhe possibilitaria avançar na qualificação na sua área de trabalho (sonorização), que exigia o ensino médio.

Para Leandro, o que mais lhe chamou a atenção no programa foi a qualificação profissional.

Em todas as entrevistas, houve um momento em que disseram ter sido a bolsa um atrativo fundamental para ingresso no programa.

Roberto: É. A senhora escutou minha história aqui e deu pra perceber que eu vim na intenção da bolsa. Vou lá, vou ver se ganha mesmo esse negócio dos 100 reais.

Eliane: A primeira vista foi a bolsa. Não vou enganar que foi a bolsa primeiro. Cem reais por mês só pra eu ir lá estudar? Vou lá mãe. Vou. *Só pra estudar? Fazer nada. Ficar sentada olhando professor.* Explicação. Aquilo ali. Estudando no ProJovem eu vou ganhar cem reais por mês pra não fazer nada. E fui. Terminei. Foi uma coisa muito rápida. (grifo nosso).

Na fala de Eliane podemos perceber a importância da bolsa, como também sua visão do estudo e da escola. Um dos aspectos positivos do programa é a mudança de relação do grupo com os professores e a escola; um novo ambiente se apresenta. Essa percepção ocorre mesmo entre os alunos que apresentavam um perfil mais desinteressado e que teceram críticas ao ensino do programa e à possibilidade de qualificação oferecida. Não resta dúvida de que o ambiente oferecido pelo ProJovem é um diferencial positivo do programa. Os alunos se sentem identificados, respeitados e acolhidos pelos diversos profissionais envolvidos.

Nossos jovens, pela faixa etária, estavam excluídos de outros programas governamentais. O ProJovem era a possibilidade de um primeiro acesso a um projeto do governo. Ao descreverem o processo de ingresso, percebemos uma ansiedade para serem chamados; o próprio sistema de seleção contribuía para esse sentimento, uma vez que se dava através de sorteio, que tem uma conotação de premiação. Havia certa descrença de que seriam sorteados e de que receberiam uma bolsa de 100 reais. Manifestaram surpresa ao serem chamados.

Roberto conheceu o ProJovem, através de um anúncio na televisão. Não deu muita importância, pois já havia tentado entrar em outro projeto “jovens pela paz” e não teve sucesso. Quando viu o anúncio, falou: “Ah, mais um projeto”. “Mais um projeto que eu não vou conseguir entrar.”

Edileusa conheceu o ProJovem pela televisão, resolveu se inscrever, mas duvidava de que fosse ser chamada.

Porque você achava que eles não iam te chamar?

Edileusa: Porque eu jamais ganhei alguma coisa, nada mesmo. Minha base sempre foi suada, sofrida, corrida.

Edileusa fez sua inscrição: “Aí eu perguntei quando seria chamada, “É só aguardar que nós vamos ligar!”– “Ah, tá. Vou aguardar.” E eu cá comigo: “Em pé,

deitada ou sentada? Quando recebeu a carta em que foi chamada: “Pulei de felicidade”.

Durante todas as conversas se falou muito dos “descaminhos” por eles vividos e pelos jovens em geral, que estariam associados à falta de oportunidades. O ProJovem surge como essa oportunidade e como algo pensado especificamente para esse grupo, como mostram as entrevistas.

Nesse sentido, recorreremos ao capítulo 3, em que damos uma visão panorâmica dos projetos governamentais que têm o jovem como público-alvo. Assinalamos que as ações destinadas a esse segmento estão relacionadas com as representações que dele se tem. Podemos perceber que o ProJovem traz uma visão mais positiva do grupo a que se destina. Sua orientação e a percepção que os próprios alunos têm do programa estão afinadas com a perspectiva de jovens como sujeitos de direito. O projeto, portanto, no contexto discutido no referido capítulo, avança numa formação mais integral do jovem, levando em conta questões de direito e cidadania. Essa visão positiva pode ser percebida em diversas falas do grupo.

Fui percebendo que o que mais repercutia nas falas eram as relações que se estabeleceram entre professores e alunos, o reconhecimento por parte do programa do perfil do grupo e do respeito a eles.

É a partir da percepção desse novo ambiente, dessa nova relação professor/aluno que eles conseguiram superar as dificuldades de retorno à escola e tecer comparações entre o programa e a escola regular. Optamos, portanto em trazer esse enfoque para tratar do ProJovem.

Para Lina o retorno à escola era difícil; havia ficado muito tempo sem estudar
Lina: Foi uma dificuldade imensa pra recordar as coisas. Pra perguntar eu tinha vergonha. Por isso que o ProJovem é especial pra mim.

Edson tinha vergonha de voltar a estudar por causa da idade. “Porque fica aquela cisma, não é? De chegar lá e eu tenho 24 anos já, não é? Ficar lá na fila pra estudar, o que os outros vão pensar? Tipo um preconceito. De você não estar na escola porque você é mundano, é mau aluno. Aí eu acabava ficando meio receoso de estar lá, de voltar a estudar”.

Esse sentimento foi se dissipando, quando na fila de inscrição encontrou conhecidos e percebeu também que a maioria tinha história semelhante a dele, em relação ao estudo, e isso o deixou mais à vontade.

Segundo Washington, retornar à escola lhe causava tanta tensão que ele “mal conseguia segurar na caneta direito”.

Devido ao longo período distante da escola, todos manifestaram muito medo e vergonha de voltar a estudar. Questões como a idade, a linguagem, cometer erros de português, dificuldades de relacionamento foram apontadas como os principais motivos para as dificuldades de retorno. No ProJovem encontraram um espaço de superação desses bloqueios, enfatizando que isso se deu a partir da relação com os professores e da identidade que se estabelece com o grupo, pelas histórias comuns por eles vividas. Nesse sentido teceram comparações entre o programa e a escola regular.

Lina: O ProJovem que eu conheci era uma família. Os professores não eram aqueles que chegam na sala de aula e você tem obrigação de aprender aquilo ali. Ensinou acabou e vai embora. Não, a gente tinha liberdade de chegar e conversar. Então, os professores se tornavam amigos, entendeu? Porque agora eu não tinha mais vergonha de perguntar. Porque todas as jovens que estavam ali viveram uma situação parecida ou estavam grávidas. Agora não tinha mais motivo pra me sentir [com vergonha].

O ProJovem lhe parecia um programa feito para eles, jovens de comunidade, com baixa autoestima, que sofriam preconceitos e essas questões eram abordadas pelo programa. “É eu não sei se foram as pessoas que eles escolheram que eram especiais ou se o que eles planejaram para o ProJovem era realmente isso”.

Edson descreveu o ProJovem como um local em que as pessoas compartilhavam as suas histórias; referiu-se à ideia de um programa de autoajuda, que ele definiu como sendo uma “parada” voltada para a psicologia, em que todos sentavam em círculo, e o diálogo era incentivado. Para ele foi uma experiência bastante positiva e, assim como Lina, mostrou-se um entusiasta do programa.

Edson: Na escola, o professor ficava de costas lá, passando o dever. Só virava pra você: “Onde fica o Acre?” E lá era diferente. Todo mundo era ouvido.

Roberto também falou da forma de apresentação das pessoas no ProJovem, das histórias parecidas, reencontrou amigos, se sentiu acolhido.

Roberto: (Relatando sua experiência com professores da escola). Ô, professor, não tô entendendo isso aqui! Eles vinham cheios de ignorância. Como que você não está entendendo, meu filho? Se eu estou te ensinando assim isso aqui? Aí, quando você

não entendia uma coisa, você já sabia que ia ter isso. Aí você já não perguntava. Aí, no ProJovem... Já é diferente.

Roberto falou muito da qualidade dos professores e do interesse deles professores pelos alunos. Sentia que ninguém tinha preconceito; todos estavam, segundo ele, no mesmo barco.

Leandro: É que na escola, o professor passa a matéria no quadro e fica lá, quem copiou, copiou e quem copiou passou, apagou e vai embora. E no ProJovem não, é aquela coisa, o professor fica cobrando, ele vai sentar com você e vai ver a sua matéria, tem sempre uma tarefa que você tem que apresentar toda semana, ele vai passar pra você e você tem que apresentar toda semana, regularmente, e ele sempre está ali te cobrando.

Iracema: É. No colégio normal. Ele [o professor] não podia dar aula direto assim. As pessoas não escutavam nada. Quem ia estudar, não estudava por causa da bagunça dos outros. É. Então, lá no ProJovem já é diferente. Lá as pessoas eram diferentes, todo mundo ia.

Quanto ao retorno à escola através do ProJovem, o programa é visto como um espaço de acolhimento e de possibilidade de superação de suas dificuldades nesse retorno. A vergonha de alguns em voltar a estudar, mais velhos, é superada quando se veem num espaço onde as histórias se encontram, onde o problema de um é o problema de todos. O medo manifestado em voltar à sala de aula, seja devido à linguagem, que é mais um item de discriminação a que estão sujeitos, o medo de falar, de até segurar no lápis, é superado pelas relações que se estabelecem.

Mesmo os que fazem críticas ao programa, se aproximam dos mais entusiasmados quando o tema é a comparação entre a escola regular e o programa. Todos apontam as diferenças, principalmente centrada na postura do professor, para utilizarmos uma imagem que defina essas comparações: na escola regular o professor estaria de costas e no ProJovem, de frente para os alunos. Não podemos esquecer que essa visão positiva decorre do momento que estão vivendo. Quando cursaram a escola regular não manifestavam interesse pelo estudo. A bagunça a que se referem tem na maioria das vezes eles mesmos como protagonistas. As disputas entre grupos faziam parte do cotidiano. Apesar de um certo distanciamento e nesse retorno perceberem a importância do estudo, a dificuldade de convivência

parece ser sempre imputada ao professor, uma forma de culpabilização focada no docente.

No município de Niterói o ProJovem foi implantado nas dependências de escolas municipais, o que provocou alguns entraves, uma vez que, segundo gestores do programa, algumas diretoras foram contra o que consideravam um retorno ao espaço de “sua” escola de alunos problemáticos dos quais haviam conseguido “se livrar”. Portanto, o preconceito é recíproco. O ProJovem assim se insere entre “dois fracassos”: da escola e do aluno.

Eliane e Edileusa apontaram como melhor coisa do programa os professores. Não eram entusiasmadas com o programa, tecendo críticas. Eliane achava o ensino fraco e para Edileusa:

Edileusa: O ProJovem não é aquela expectativa toda que eles dizem. E que a sua vida vai mudar pra melhor, eles falam muito. Vocês falam muita coisa que vocês não dão, vocês dão muita expectativa que quando a gente chega lá não tem. Eu acho isso errado porque depois do ProJovem vocês vão dar certificado, e não dá, que vai dar diploma e que com o ProJovem a gente arruma até um trabalho melhor e não... A maioria das pessoas que fizeram o ProJovem e que eu encontro na rua, a maioria não estuda mais. Não recebeu certificado, não receberam nada. Eu acho que se a finalidade do ProJovem é dar oportunidade pros jovens, mas no final eles só usaram os jovens pra alguma coisa.

Observamos nas entrevistas que há opiniões contraditórias em relação ao resultado do programa, demonstrando, assim, que ele não a visão positiva do mesmo não é uma unânime.

Para cada um deles, interesses específicos os conduziram ao programa. Edson está mais interessado em terminar os estudos, Iracema e Clayton, que não estavam afastados da escola quando ingressaram no programa, buscaram um processo de aceleração dos estudos. Outros tinham a bolsa como atrativo principal, diante das dificuldades financeiras do nosso grupo. A ajuda de 100 reais é sem dúvida muito bem vinda e em alguns casos é através da bolsa que as meninas podem ir à escola, pois utilizam o dinheiro para pagar alguém para ficar com os filhos, minimizando a questão do afastamento por não terem com quem deixar as crianças, como vimos ao tratar da maternidade precoce.

Clayton é o único do grupo que tem uma vida financeira mais “folgada”, o dinheiro da bolsa foi utilizado para compra de material escolar. Para Roberto, receber a bolsa no banco, ter um cartão, era um motivo de orgulho.

Roberto: É legal chegar no banco assim, senhor ou senhora olhando, e você digitar uma senha e sair um dinheiro seu. Caraca! É assim uma autoestima. É um reconhecimento, é legal.

Apesar de todos terem tido uma trajetória escolar irregular, apontam o estudo e a qualificação como fatores importantes para um bom emprego. Mesmo que muitas vezes o ingresso no programa se dê pelo viés da bolsa, a possibilidade de um futuro melhor está presente nesse retorno, assim como a crença na qualificação como uma porta para uma melhor inserção no mercado de trabalho. Quanto à continuação dos estudos, a maioria estava cursando o ensino médio no momento da entrevista, e os que não estavam, manifestaram o desejo de ingressar, mas esbarravam na necessidade de trabalhar, cuidar de filhos e incompatibilização de horários. Mas a grande novidade foi o ambiente que encontraram/criaram.

Diante de uma percepção tão clara de um novo ambiente, tão diferente da escola tradicional, manifestado por todo o grupo, entrevistamos um professor do ProJovem, que é também professor de escola pública. O professor é o mesmo, o que faz então essa diferença? Segundo ele é a proposta pedagógica do programa. Os conteúdos e assuntos são ensinados de acordo com o cotidiano deles. Há muitas atividades externas. O debate é estimulado. O professor tem uma formação continuada e, além de ensinar conteúdo, tem uma carga horária como professor orientado. É nessa função que lhes cabe estimular o aluno, criar vínculo de amizade, além de buscar uma aproximação com a família. Essa “nova” postura do professor é claramente percebida e elogiada pelo grupo.

O ProJovem se propõe a qualificar os jovens; a inserção no mercado de trabalho não é uma proposta do programa. É recomendado ao município que procure parcerias com empresas para encaminhamento dos jovens.

No próximo item, que será dedicado à trajetória ocupacional do grupo, veremos que os únicos que, ao concluírem o programa, conseguiram um emprego formal foram aqueles que o próprio programa encaminhou, como é o caso de Lina e Leandro. Os demais, que ficaram à mercê do mercado, continuam em situação de empregos precários ou desempregados em busca de trabalho. Nesse sentido me parece que o programa trabalha com a ideia de uma sociedade de pleno emprego,

na qual a escolaridade e a qualificação profissional seriam suficientes para a inserção.

Contudo a proposta do programa vai além dessa perspectiva, reforçando a representação dos jovens enquanto sujeitos de direito. Proporciona amplitude cultural e um movimento de abertura para o mundo, como também estimula uma ressocialização, possibilitando uma convivência mais harmônica.

Lina: Então o ProJovem levava a gente pra teatro, chegamos até a participar das Olimpíadas... O ProJovem começou a apresentar, assim, como se fosse uma porta trancada, e ninguém tinha a chave. E o ProJovem entregou a chave e abriu. Vocês podem entrar que vocês vão ser tratados como qualquer outra pessoa. E isso foi muito legal, porque no decorrer do ProJovem a gente via claramente a transformação, em mim e nos outros alunos.

Essa visão é compartilhada por Leandro: o ProJovem tem esse objetivo de “abrir a tua visão” ao levá-lo, por exemplo, ao teatro, a passeios. Fazer as coisas, fazer você conhecer, de ver as coisas. É como se você estivesse dando os primeiros passos de novo.

Quanto à socialização e mudanças de comportamento:

Edson: Você acaba sendo educado pra usar seu dinheiro. Não ficar na noite, por ser jovem, beber. Pegar seu dinheiro lá e “encher os cornos”, gastar com bobeira. Então, num todo, assim, o programa foi muito bem pensado.

Segundo ele, no programa aprendeu a falar mais devagar, a se comunicar melhor, a não se envolver em assuntos polêmicos no trabalho, como religião, futebol etc. Contribuiu para que deixasse de ser avoado.

Washington: Aqui no ProJovem eu aprendi a viver de outra forma.

O que é viver de outra forma?

Washington: Viver de outra forma, assim, no sentido moral mesmo, no senso. As pessoas falavam comigo e eu demorava a raciocinar. Tudo pra mim era na base da briga. Eu me alterava. E aqui eles me ensinaram a viver de outra forma, a me comportar de outra forma. Às vezes, chegava à sala meio alterado, nervoso, ela falava: Não. Washington. Não é assim não. É melhor você se acalmar. A escola é um lugar de tranquilidade.

A experiência acima relatada não está focada simplesmente na aprendizagem e na formação para o mundo do trabalho. Esse novo ambiente pode, em alguns casos, ter desencadeado um processo de pertencimento social que não se limita ao

universo do emprego que, como veremos no próximo item, continua a ser um ambiente muito hostil e excludente.

4. 6. Trabalho, emprego, desemprego e expectativas

Neste item vamos procurar reconstruir a trajetória ocupacional dos entrevistados, em que momento essa atividade se inicia na vida deles e por que motivos. A vida escolar desses meninos e meninas é marcada por interrupções, atrasos e dificuldades, algumas vezes associadas ao trabalho precoce ou doméstico. Esse percurso recortado, irregular, que encontramos no universo escolar está também presente quando o tema é o trabalho.

Procuramos estabelecer um diálogo entre as discussões teóricas sobre as transformações no mundo do trabalho, discutidas no capítulo 2, com a realidade empírica com a qual nos deparamos. O primeiro ponto abordado é a precariedade, a informalidade e a incerteza no campo do trabalho que na literatura se configura e agrava-se com a crise dos anos 1980. Vamos perceber que esta situação sempre esteve presente na vida do grupo. Em suas histórias de vida a precariedade é uma realidade, uma marca na sua formação, não é uma novidade, conjuga-se com a trajetória de seus pais e com as suas próprias.

Nas análises das transformações no processo produtivo nos deparamos, nas últimas décadas, com um agravamento da precariedade do mundo do trabalho, e a perda da força da sociedade salarial. A situação que encontramos junto ao nosso grupo nos permite perceber certa contradição, pelo menos no que tange ao anseio e à expectativa deles. No que se refere à precarização, o grupo parte dessa condição em suas vidas e acredita e vislumbra superá-la. Seus membros manifestam expectativa e esperança de ingressar no espaço do trabalho estável, formal, de conquistar direitos e proteções sociais, ter “um bom emprego”, num momento em que a crise da sociedade salarial e a perda de suas conseqüentes garantias estão na pauta. A importância e o significado do trabalho na vida do grupo não estão enfraquecidos, mantém-se de forma bem viva.

Procuraremos compreender o significado do trabalho para pensar sobre a diferença entre emprego e trabalho, entre trabalho remunerado e não remunerado, a angústia pela busca do emprego, as suas expectativas e também a questão do

desemprego que pela sua amplitude atual passou a ser objeto de análise da sociologia do trabalho (Guimarães, 2003).

4.6.1. A trajetória ocupacional do grupo

Leandro começou a trabalhar aos treze anos na barraca de um tio na praia do Leblon, para ajudar em casa, o que ocorreu devido a doença da mãe, como já mencionamos. Morando em Niterói saía por volta das sete na manhã e voltava à noite. Trabalhou nesse local em torno de 5 anos.

O trabalho do tio no quiosque não era formalizado e, portanto, Leandro não tinha assegurado nenhum direito trabalhista.

Leandro: Na orla não tinha a legalização do quiosque, agora que começou.

Leandro deixou de trabalhar com o tio, quando ingressou no ProJovem, não conseguia conciliar o estudo e o trabalho no Rio. Quando sua mãe morreu foi morar com uma tia que o ajudava. Complementava sua renda fazendo alguns bicos, principalmente em obras.

Ao concluir o ProJovem foi encaminhado pelo programa para trabalhar no restaurante do Hotel Solar do Amanhecer, como copeiro. Aí teve sua carteira assinada e seus direitos assegurados. Com a crise financeira mundial em 2008, o movimento do hotel caiu muito e ele foi demitido. Atualmente trabalha numa padaria no bairro de Itaipu, como confeitiro, e sua situação trabalhista é legalizada.

Roberto começou a trabalhar em torno de 12, 13 anos de idade, para ajudar em casa; fazia bicos na vizinhança, principalmente na casa de uma senhora.

Roberto: E depois desse trabalhinho, essa senhora se mudou. Fiquei sem ter o que fazer. Que ninguém dá crédito a uma pessoa nova no serviço, não é? Criança. Aí eu ficava lá em cima do morro lá.

Depois desse período, Roberto ficava sentado esperando as senhoras subirem o morro com a bolsa e oferecia ajuda. Em troca ganhava alguma coisa, dinheiro, biscoito. Aos 16 anos arrumou o primeiro serviço. A situação financeira de sua família estava complicada e ele teve que ajudar mais em casa. Esse serviço foi numa loja de automóveis, por um período de três meses; não teve a carteira assinada e reivindicá-la, segundo ele, levou a sua demissão.

Roberto: Chegava de manhã pra fazer o café. Aí eu cheguei pra perguntar sobre os direitos assim. Sabia que não podia mexer nisso, cara. Eles não gostam que mexam

nisso. O patrão foi no outro dia de manhã, esperou eu ir lá fazer o café, botar o pão na mesa, botar “manteiguinha”, lavar banheiro e me dispensou. Eu deduzi logo que foi isso, não é? Porque eu já estava querendo muito ver o meu direito. Até hoje, 24, nunca assinam minha carteira. E eu já trabalhei em muitas lojas, muitas lojas em muitos lugares.

Roberto depois que saiu dessa loja, foi para uma outra do mesmo ramo, ficou um ano, sem carteira assinada e foi mandado embora. Depois trabalhou com vans, soldava portões, fazia todo tipo de bicos.

Quando ingressou no ProJovem estava sem trabalho. Ao concluir começou a trabalhar num mercado e hoje está na padaria da sogra, sem carteira assinada.

Washington começou a trabalhar com 9 anos na feira, para ajudar em casa, permaneceu durante 2 anos, mas a vida de feirante era muito pesada. Passou a ser camelô, ambulante.

Washington: Parei de trabalhar por causa de uma desavença de trabalho, porque era muito pesado, às vezes não dava pra ir. Porque a remuneração era muito pouca.

Washington envolveu-se com o tráfico de drogas e trabalhou no tráfico como segurança, por uns anos. Conseguiu largar essa atividade e passou um período recolhido em casa; depois foi trabalhar na serralheria do pai de um amigo. Era também um negócio informal.

Washington: Era própria [a serralheria]. Trabalhava o pai e os três filhos. Mas um deles entrou para o tráfico, entendeu? E acabou perecendo. Como eu e esse irmão dele andávamos muito juntos, ele falou “Aí, cara, como o meu irmão faleceu, você vai ficar no lugar dele.”

Há alguns anos, veio morar com o pai em Niterói e passou a trabalhar numa pensão, como telefonista, e atualmente está em outra pensão.

Edson começou a trabalhar aos 7 anos.

Edson: Eu trabalho desde os sete. Eu fiz trabalhos domésticos [era babá de um garoto] e fazia os trabalhos chamados de bicos, na rua. Fiz capinagem, qualquer tipo de trabalho fora para poder arrumar um dinheirinho. Depois que meu pai morreu, não é? Eu fiquei assim meio com responsabilidade do lar. Aí comecei a vender as coisas que a minha mãe fazia: picolé, pirulito de chocolate, cocada, salgadinhos, essas coisas.

Edson e a família foram morar na casa de uma tia e, segundo ele, nesse período “ Aí lá a gente foi virando escravo da minha tia. Aí a gente trabalhava pra ela e ganhava só o comer e o lar.”

Quando saíram da casa da tia, passou a trabalhar com sonorização, num estúdio. Tinha em torno de 12 para 13 anos e conseguia uma renda melhor: “Com a quantidade de evento tinha um dinheiro que eu não ganhava fazendo bico, capinando quintal, limpando cisterna”.

O estúdio era informal, mas em 2003 foi legalizado. Edson não teve sua situação de trabalho regularizada, mas acredita que vai ter, é só uma questão de tempo.

No momento da entrevista, me disse ainda trabalhar com a sonorização, mas também tinha conseguido, através do ProJovem, um cargo comissionado na Prefeitura de Niterói. Estava trabalhando no teatro popular, primeiro como *office-boy*, depois como bilheteiro.

Edileusa começou a trabalhar aos 10 anos na casa de uma prima, tomando conta de um neném, mas só ganhava roupa e comida. Aos 13 anos saiu da casa da mãe e foi morar com um namorado, teve sua primeira filha e trabalhava em dois colégios, um durante o dia e outro à noite. Fazia limpeza e arrumava as carteiras.

Quando veio para Niterói foi trabalhar numa casa de família; suas filhas ficaram na Paraíba. Desde então, vem trabalhando como doméstica em diversas casas. Em alguns momentos ficou desempregada, passando por situações financeiras extremamente difíceis. Em alguns locais onde trabalhou, teve sua carteira de trabalho assinada e em outros não.

Clayton nunca trabalhou, ajudava de vez em quando o pai numa barraca de doce, que ele possui, no Morro do Céu; atualmente está fazendo curso e procurando emprego.

Eliane nunca trabalhou regularmente, tem sido sustentada pela mãe. Aos 18 anos, começou a fazer alguns bicos como manicure em casa, um trabalho informal. No ProJovem foi encaminhada para estágio no Ponto Org,³⁵ atualmente está procurando emprego e ainda trabalha em eventos no Ponto Org.

³⁵ ONG de produtos naturais.

Fabíola, começou a trabalhar, depois do nascimento da primeira filha, em um estaleiro, mas não durou muito por algumas questões que complicaram sua permanência:

Fabíola: Trabalhei no estaleiro um tempo. Não consegui me adaptar. Aí sai do estaleiro. Era um serviço muito pesado, Eu trabalhava com muito homem, e aquilo ali me incomodava. Então eu comecei a pegar pavor aquele serviço. “Não dá pra me mudar de lugar, não é?” Só por eu ter pedido isso já fui chamada aqui no escritório e eles falaram: Fabíola, você vai querer continuar lá? Eu falei: Ó, sinceramente, não dá. Mesmo eu estando precisando, não dá. Entrava, muitas vezes, à noite. Eu tinha muito medo daquele pedaço ali da Ponta da Ilha. Ai. E eu não podia pagar a passagem do 31[uma linha de ônibus] até lá dentro. Não. Desfaltar a minha passagem do mês todo. Então, tinha que andar aquele pedaço. Tava vendo a hora de alguma coisa acontecer ali e eu não ia poder falar com ninguém e não ia ter nada e nem ninguém pra me ajudar.

Depois que saiu do estaleiro trabalhou em casa de família, mas detestava. Achava que pela formação que teve, pelo sacrifício que a mãe sempre fez para ela estudar, trabalhar nessa função não era uma coisa legal: “Não é uma vergonha, mas pra minha mãe é péssimo, porque ela nunca me quis numa posição dessas”.

Atualmente continua trabalhando como faxineira, fazendo bicos, tomando conta de crianças e procurando um emprego. No ProJovem fez estágio no Ponto Org, como recepcionista, onde trabalha de vez em quando.

Iracema nunca havia trabalhado; sempre foi sustentada pela família. A experiência de trabalho começou há seis meses, entregando panfletos de um curso de informática na rua “Trabalhava na rua, assim, papelzinho”. Durante o ProJovem fez alguns estágios; um deles foi também no Ponto Org. Atualmente está desempregada e procurando emprego.

Lina teve uma primeira experiência de trabalho aos 14 anos, um estágio remunerado em uma creche. Aos 16 anos teve o primeiro filho, casou e o marido a sustentava. Até o filho fazer 4 anos Lina ficava em casa cuidando dele e fazendo os serviços domésticos; depois passou a vender Avon e lingerie. Quando o filho estava com 6 anos foi trabalhar numa “minifábrica” de salgados de fundo de quintal.

O trabalho de Lina nessa fábrica não tinha carteira assinada, era informal. Ela disse ter sido um momento importante, pois passou a sair de casa. O negócio

começou a não dar mais lucro, e foi então dispensada passando a trabalhar com confecção de bolsas, também um pequeno negócio informal.

Atualmente trabalha numa cachaçaria, como atendente. É seu primeiro emprego de carteira assinada; foi encaminhada pelo programa.

No capítulo segundo, ao enfocarmos as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, acompanhamos através da literatura o processo de “enfraquecimento” de uma sociedade dita salarial como as transformações do Estado de Bem Estar Social. Essa reestruturação econômica assume características próprias em países periféricos, e no Brasil ela se deu numa sociedade em que não se atingiu o pleno emprego. A sociedade salarial aqui “ainda” não havia se constituído de forma ampla e abrangente; não passava de uma meta a ser atingida. No momento da crise nossa realidade não era a de pleno emprego e sim a de um grande contingente de excluídos, que sempre permaneceram à parte do mundo formal do emprego. Uma pergunta que se colocou no início da pesquisa foi: em que medida essas transformações que teriam como consequência a precarização, a informalidade do trabalho, seriam uma novidade na vida do grupo ou na própria realidade?

Ao longo da pesquisa pudemos perceber que a precariedade, o emprego de baixa qualificação, a informalidade sempre fizeram parte da vida desses jovens. Nesse sentido as transformações no mundo do trabalho só tenderiam a agravar essa situação, mas, paradoxalmente, como veremos, esses jovens criam expectativas de um ingresso melhor nesse mundo e esperam conquistar um emprego formal com seus direitos garantidos. Acreditam que o caminho para se alcançar esses objetivos é através de um aumento da escolaridade e da qualificação, apesar de ter sido colocada em xeque a relação positiva entre qualificação e ocupação diante da retração e da precarização do emprego.

A importância dos direitos trabalhistas e sua relação com a cidadania é compartilhada e reforçada pelo programa. Nas aulas cujo tema era cidadania, como também nas de qualificação para o trabalho, o debate sobre a formalização do emprego era estimulado e os direitos dos trabalhadores esclarecidos, enfocando-se a importância deles. Os direitos sociais, como vimos, estão atrelados à condição de trabalhador assalariado. Ao participar da condição de assalariado é que se tem acesso a garantias e direitos, principalmente no nosso caso, em que não se consolidou um Estado de Bem Estar Social.

A expectativa e o desejo de um emprego formal, que forneça proteções sociais, é o principal objetivo apontado pela maioria dos entrevistados como meta a ser atingida, juntamente com a conquista de uma profissão. É através do “bom emprego” que acreditam ter a vida estabilizada e a possibilidade de realização de seus desejos, demonstrando a atualidade e a força da sociedade salarial. Se esta se encontra em crise, nada ainda conseguiu substituí-la.

4.6.2. Trabalho precário, informal – uma realidade

A precarização do trabalho na vida desses meninos e meninas é anterior a suas próprias trajetórias. Quando abordamos o tema família, procuramos mostrar que o percurso ocupacional dos pais, principalmente das mães, principais responsáveis pelo sustento dos filhos, é marcado por emprego de baixa qualificação. A maioria são empregadas domésticas, algumas com acesso à carteira assinada, outras não. Têm jornadas duplas, triplas, de trabalho. Somada a essa situação de difícil sobrevivência, que se apoia exclusivamente na renda, ficamos diante da falta de apoio do Estado, no que tange à saúde, creches, transporte público de qualidade, urbanização, infraestrutura etc.

Essa situação se mantém nas trajetórias dos filhos. Diante de tamanha dificuldade, eles ingressam no mundo do trabalho ainda crianças para ajudar em casa, mais especificamente os meninos. Dos nossos cinco entrevistados, quatro começaram a trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da família. Iniciam suas atividades laborais, fazendo bicos, capinando, varrendo quintal, como ambulante, ocupações que possibilitem levar algum dinheiro para casa. Leandro trabalhou com o tio numa barraca na praia; Roberto, em lojas de carro, supermercado, padaria; Washington, numa serralheria; Edson, com a sonorização. As meninas, também, quando ingressam no mundo do trabalho é de forma precária, informal.

A trajetória ocupacional do grupo se caracteriza pela irregularidade, pela mudança constante de atividades, em geral no setor de serviços. A informalidade não está só presente na situação deles enquanto trabalhadores. Ela faz parte de uma economia que se constitui com essa característica. Os pequenos negócios nos quais eles trabalham, a barraca de praia, o estúdio de sonorização, a minifabrica de chocolate, de bolsas e a serralheria são todos empreendimentos ilegais, sem formalização. A forma de se ter acesso a esses serviços, atividades e mesmo

emprego [como no caso dos que foram encaminhados pelo programa] é sempre através de uma rede de contatos que se estabelece entre familiares, amigos, vizinhos.

Na análise das transformações do processo produtivo, a literatura aponta para uma dualidade no mercado de trabalho. De um lado, trabalhadores assalariados permanentes e de outro, trabalhadores periféricos, precários, intermitentes, sem proteção social já encontramos esse quadro na sociedade brasileira, mas convivendo com a expectativa de se atingir uma sociedade de pleno emprego. Antes da crise, alcançar uma sociedade assalariada plena era meta passível de realização. A precariedade era vista como situação temporária que caracterizaria sociedades de países “subdesenvolvidos” e que seria superada com o crescimento econômico. Vimos em Machado da Silva (2003) que o conceito de informalidade surge nesse contexto de países subdesenvolvidos para dar conta dessa situação atípica, e hoje se torna regra.

Com a mudança de rumo da sociedade salarial e do processo produtivo, em que o crescimento econômico não é mais fator suficiente para criar as vagas necessárias para absorver a população trabalhadora, principalmente os jovens, essa nova realidade em que o desemprego é estrutural se soma e agrava, à situação de precariedade já encontrada em sociedades como a nossa.

Mesmo nesse contexto, podemos observar que a expectativa de inserção no mercado de trabalho permanece como meta e desejo; é o sonho de nossos entrevistados, demonstrando a importância do trabalho na vida desses meninos e meninas.

4.6.3. Trabalho e seus sentidos

No capítulo 2 tratamos dos múltiplos sentidos e dimensões do trabalho. Quando Gorz (2004) fala do fim da sociedade centrada no trabalho, refere-se ao trabalho específico da sociedade industrial, na acepção de Rifkin, isto é, remunerado, atividade com funções definidas, profissão e não no seu sentido antropológico. Cita como exemplo uma situação com a qual nos deparamos ao longo da pesquisa:

[...] o trabalho ao qual Rifkin refere-se é aquele que permite dizer que uma mulher “não tem trabalho”, embora consagre seu tempo a criar

seus filhos e que ela “tem um trabalho” quando consagra uma fração de seu tempo a criar filhos alheios numa creche ou numa escola maternal. (GORZ, 2004, p. 9-10)

A noção de trabalho de nossos entrevistados é tomada em parte dentro dessa perspectiva, mas é preciso contextualizá-la no conjunto de experiências por eles vividas. Enquanto o trabalho industrial pressupõe remuneração através de salário, proteções sociais, para nossos entrevistados, pela própria experiência, as atividades remuneradas, fator essencial para ser considerado como trabalho, não são necessariamente formais. Podem ser exercidas em troca de pouco dinheiro, roupa, comida, bicos e empregos informais, sem proteções sociais. Para eles é considerado trabalho atividades exercidas fora do espaço doméstico, na rua. Como vimos na fala de Edileusa, no item família, quando se refere à mãe que nunca trabalhou, pois tinha que ficar com os filhos, e acrescenta que a mãe “não nasceu para trabalhar”. Mas ao descrever sua própria trajetória nos diz que começou a trabalhar aos 10 anos na casa de uma prima, tomando conta de uma criança e só ganhava roupa e comida. Para ela, a mãe que ficava em casa cuidando dos filhos e da própria casa não trabalhava, mas no momento em que se sai para exercer esta mesma função na casa de outro, com algum tipo de remuneração, essa atividade se torna trabalho.

Roberto, ao narrar sua trajetória ocupacional, enfatiza a diferença entre a atividade exercida no âmbito doméstico e na “rua”:

Roberto: Em casa mesmo, eu quase não fazia as coisas. Quando eu pego pra fazer, eu faço. Cercar isso, limpar aquilo, de vez em quando. Mas eu procuro mesmo é na rua. Eu aprendi uma coisa: dinheiro está é na rua. Está na rua, não está dentro de casa. Você está em casa, você vai fazer as coisas dentro de casa, você não vai ver o recurso. Você vai ver a limpeza, vai ver tudo, mas pô, cara, está faltando alguma coisa! A diferença é que o quintal está limpo ali, o meu quintal está limpo. *Mas eu prefiro, assim, trabalho.* Eu, quando ia limpar esse quintal aí, chegava em casa e a minha comida estava servida. Minha avó: “Roberto está trabalhando!” Entendeu? Prioridade era a minha na frente. “Deixa ele comer, porque ele vai ter que voltar.

O trabalho que se exerce em casa é diferente do que se encontra na “rua”, o dinheiro vem dali; a limpeza do terreno não é o resultado do trabalho e sim a remuneração e o reconhecimento da condição de trabalhador.

Washington, ao nos relatar a atividade da mãe que, além de ser doméstica, trabalhava à noite num bar perto de casa, reforça essa percepção de trabalho como uma atividade remunerada, mesmo quando exercida num ambiente familiar:

Washington: Era um bar familiar. Mas rolava, *tudo que é pago é um trabalho*. Não é?

A noção de trabalho do grupo se aproxima do que se caracteriza como trabalho na sociedade industrial, isto é, trabalho remunerado, que se exerce fora do âmbito doméstico. É nesse tipo de atividade que eles se reconhecem como trabalhadores e esperam um reconhecimento.

Guimarães (2008), em seu artigo no qual analisa dados da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, levanta a seguinte questão: “extensa literatura tem mostrado as transformações nas dinâmicas do ambiente produtivo tendo como consequência uma ‘decrésciente importância do trabalho’” (p.150), mas os dados empíricos da pesquisa mostram que para os jovens brasileiros, o trabalho ainda está na ordem do dia.

Vimos que para autores como Gorz e Offe, a sociedade centrada no trabalho perde força com as transformações do processo produtivo. A crise desse modelo é manifestada na visão de Offe por indícios de que o trabalho remunerado formal teria perdido sua qualidade subjetiva como organizador das atividades humanas, como também da autoestima.

O que podemos constatar junto aos nossos entrevistados aproxima-se mais do resultado encontrado por Guimarães (2008) do que das discussões teóricas que apontam para o declínio da centralidade do trabalho. Ao tratarmos junto ao grupo da importância e do significado do trabalho, obtivemos respostas que demonstram a importância do trabalho, tanto no sentido objetivo quanto subjetivo.

Clayton: Porque se a gente não trabalhar, a gente não tem nada sem o trabalho. Poder sustentar. Ser independente.

Leandro: Pra te dar uma condição de vida legal, pra você não ficar dependendo dos outros. Eu quero ter um sapato legal, vou ali e vou comprar, eu quero ter uma calça legal, eu vou ali e vou comprar. Eu acho que isso é importante.

Edson: O trabalho é muito importante. Por que assim, o trabalho, além de ampliar seu conhecimento, ele te dá o seu sustento, não é? E eu acho importante. O seu

trabalho é uma obrigação. O trabalho é uma mesmice. Você tem a obrigação de fazer, você tem o contrato a cumprir, entendeu?

Edileusa: Ah, o trabalho significa tudo na vida da gente. Estabilidade, uma vida boa. É. Pra mim significa tudo. Eu não vivo sem trabalhar não. Se não for de carteira assinada, é autônomo, e se não for autônomo, é fazendo faxina, fazendo um bolo, eu me viro.

Eliane: O trabalho pode me dar dinheiro pra pagar a minha faculdade. Desejo muito fazer uma faculdade de moda. Eu quero terminar agora, fazer o pré-vestibular e passar pra faculdade. E trabalhando vai ser melhor ainda, porque só assim eu posso juntar dinheiro para pagar a minha faculdade, não é? Que hoje em dia não está tão barato assim.

Lina: Autoestima, a gente muda. Assim, eu tinha o meu próprio dinheiro, não precisava ficar pedindo. Você conhece pessoas novas, tem informações que em casa você não tem. Isso que eu falo. Que o trabalho é essencial, qualquer ser humano sem trabalho, ele fica em depressão, começa a beber.

Clayton: Ah. Muda sim [a visão das pessoas quando se está trabalhando]. As pessoas começam a comentar. “Ah, o cara trabalha!”. “É trabalhador!”.

Roberto: A gente tem contas pra pagar e não estamos mais na idade de ficar de bobeira.

Iracema: Ah... Ter a sua independência. Conseguir bastante coisa. Um futuro melhor pra mim e pro meu filho. E pra minha família, que agora é o meu filho e o meu marido.

Washington: Para mim, o trabalho é tudo. Tipo assim, o trabalho é a base do ser humano. Não pela parte do dinheiro, mas pela parte de você se ocupar de alguma coisa e gostar de fazer alguma coisa. E com relação de você liderar uma família. O trabalho é a base pra você formar uma família. Sabe como? Sem um trabalho você não pode ter um filho, sem um trabalho você não pode ter uma casa, você não pode ter nada e, basicamente, você é excluído da sua família também. Porque se você não tiver uma boa conduta dentro da sua própria casa, você é excluído, você é banido, e isso eu já pude ver. Porque acontece isso, eu já vi diversas vezes como pessoas que sofrem por não trabalhar. Dentro da minha casa mesmo eu vi isso.

Na fala dos jovens está presente a percepção da importância do trabalho, relacionada, por exemplo, à autonomia financeira, que além de possibilitar, pagar as

contas, sustentar-se, comprar bens de consumo, isto é, atender as necessidades básicas, pode trazer a independência.

Apesar de não haver consenso de qual evento marca a entrada do jovem no mundo adulto, como vimos no terceiro capítulo, Guimarães (2006) vai enfatizar que o trabalho é fundamental nesse processo, porque é através dele que se conquista a independência econômica, esteio para se alcançar outros sinais de entrada no mundo adulto como constituir família, sustentar filho. Essa percepção está presente na fala dos jovens. O grupo aponta o trabalho como o caminho pelo qual se insere no mundo adulto e lhes permite realizar sua independência, constituir família, sustentar-se etc., apesar de muitos deles terem ingressado de forma antecipada nesse universo, para ajudar no sustento da família.

O significado do trabalho não se fecha na ideia de necessidade, autonomia e independência. Tem sua importância no espaço das relações, da auto-estima, do respeito e do reconhecimento familiar e social. Essa dimensão do trabalho se delinea melhor na fala dos jovens quando o assunto tratado é a questão do desemprego.

4.6.4. Emprego, desemprego e expectativas

A trajetória do grupo é muito mais marcada por atividades que são caracterizadas como trabalho, dentro da perspectiva já descrita, do que por empregos formais e suas conseqüentes proteções sociais. O ingresso nesse mundo assalariado formal é o sonho e o desejo de todos eles, acrescido da conquista de uma profissão através de uma formação universitária.

Todos manifestam muita esperança de conseguir um “bom emprego”, apesar de terem consciência da dificuldade de alcançar tal objetivo. Há uma diferença entre emprego e trabalho no que diz respeito à possibilidade de exercer cada um deles. Em relação ao emprego reconhecem fatores “externos” que dificultam o acesso; já em relação a conseguir trabalho, a responsabilidade está mais centrada no próprio indivíduo. Na visão dos jovens basta querer trabalhar, ter disposição, que se consegue um trabalho.

A perspectiva de emprego e trabalho, como situações distintas, se confunde quando o tema é o desemprego. A visão negativa do desempregado vai estar associada à situação daquele que não trabalha e não necessariamente àquele que

não tem emprego (no sentido formal), já que alcançar emprego envolve fatores externos e o trabalho está mais centrado no esforço individual. A associação entre desempregado e vagabundo se aproxima da situação em que se encontra o não-trabalhador mais do que do desempregado (no sentido daquele fora do mundo formal).

A maioria, no momento da entrevista, estava desempregada e, a procura de emprego e falaram de sua angústia e dos motivos que percebem como complicadores para conseguirem vaga no mercado de trabalho. O aumento da escolaridade e a qualificação são apontadas como importantes ferramentas para se alcançar essa inserção.

Os principais fatores que eles identificam como obstáculos para a contratação são a exigência de experiência por parte das empresas, e que, em geral, eles não possuem, o grande número de pessoas à procura de trabalho e o reduzido número de vagas. A questão da escolaridade e da qualificação é um ponto fundamental; a maioria das vagas exige o ensino médio.

Clayton: Sem escolaridade, não tem como arranjar um bom emprego. Eu tô procurando emprego mais ou menos há um ano. Aparece, assim, entrevista. Eu vou e tal, mas não é aquele emprego fixo [noção mais próxima de trabalho]. É difícil a pessoa dar emprego pra pessoa que não tem experiência.

Leandro: É muito difícil mesmo, procurar emprego hoje. Muitas vezes já fui, bati na porta, Ô, não tem vaga! E fui à outra e não tem vaga. Mas não pode desanimar, porque se você desanimar você se entristece com aquilo, você tem que persistir naquilo ali.

Leandro: E a crise do nosso país. Infelizmente, em qualquer lugar que você vá, é crise. Só se ouve falar de crise, se você lê um jornal, é a crise. E assim muitas indústrias fecham.

Eliane: É difícil, porque eu já fiz o currículo, já devo ter uns trinta e poucos currículos espalhados por aí e não fui chamada ainda. Então está difícil, está concorrido o trabalho. Fico naquela expectativa se vai ligar, se não vai ligar, e acabam não ligando. E aí, o coração parte. Aí tem uns que ligam e eu vou, mas têm 50, 60 meninas. Aí, acabo não passando. E tem muita gente que não gosta de dar o primeiro emprego pras pessoas. “Ah, tem que ter experiência.” Experiência em quê? Se você não deixar a pessoa pegar a experiência, ela nunca vai ter experiência em nada, entendeu?

Edson: Que todo mundo pede, experiência. Aí eles falavam: experiência de seis meses no assunto. Aí a gente colocava: Se não der oportunidade, como é que a gente vai ter experiência, se é o nosso primeiro emprego? Entendeu? Aí, sempre tinha uma visão de que a pessoa tinha que te dar uma oportunidade, antes da experiência.

Lina: A grande dificuldade também é não ter experiência e também não ter o segundo grau. E isso daí também eu tenho que correr atrás.

Os outros entrevistados alegaram as mesmas situações em relação a conseguir uma vaga. Os principais fatores identificados pelo grupo comprovam o que a literatura sobre o tema tem discutido.

A questão do desemprego é um problema estrutural, que atinge principalmente o segmento juvenil, consequência de um novo processo produtivo, de um novo modelo de produção. O crescimento econômico não é mais condição suficiente para absorver o enorme contingente de jovens que chegam ao mercado de trabalho. Essa equação em que o número de jovens à procura de emprego e o número de vagas disponíveis é extremamente desfavorável é sentida pelo grupo, situação que causa angústia, medo, desânimo e abala a autoestima.

A falta de experiência é outro entrave que se soma à dificuldade de inserção dos jovens. Segundo Madeira (1998):

Outro argumento também recorrente é o de que a especificidade do emprego juvenil está na falta de experiência dos jovens, já que esta tem sido a resposta dos empregadores. Neste caso, a realidade tem mostrado que tal componente, embora verdadeiro, explica apenas parte do problema. (MADEIRA, 1998, p. 457/8)

A baixa escolaridade e a falta de qualificação aparecem na visão dos jovens como empecilhos para se conquistar um “bom emprego”. A ideia de que a educação e a qualificação são vias de acesso a melhores condições de vida é muito presente, mesmo que hoje se questione essa relação diante da retração e da precarização do emprego. A qualificação e a escolaridade não são garantias de acesso ao emprego, mas a possibilidade de conquistarem melhores empregos. Segundo eles, sem escolaridade os únicos postos de trabalho que encontram são de empregadas domésticas, faxineiras, no caso das meninas, e em obra, no caso dos meninos, trabalhos que são exercidos em geral por falta de opção. O desejo está em ocupar

postos de trabalho que exigem outras competências e que se distanciam do trabalho braçal.

No atual processo produtivo são exigidas novas competências e qualificações. Os que as possuem, mesmo não tendo nenhuma garantia de emprego, são, segundo a literatura, os que têm melhores chances no mercado de trabalho. A dificuldade de acesso ao trabalho se estende por todas as camadas sociais, mas se agrava nos grupos de menor escolaridade. Como vimos no [cap. 1](#) no estudo do desemprego e do desempregado, segundo Guimarães (2003), é necessário desvendar os grupos sociais com menores chances de inserção no mercado de trabalho para se traçarem políticas de inserção. O capital humano e a qualificação aparecem como um dado positivo na sobrevivência do trabalhador.

O grupo reconhece diversos fatores “externos” que se conjugam e dificultam o acesso a postos de trabalho. Somado a isso está também uma atitude pessoal de “correr atrás”, “não desistir”. Essa atitude pessoal é para eles determinante, quando se trata de conseguir algum trabalho, exercer uma atividade qualquer, bico etc. que lhes dê um dinheiro. Para eles, trabalho sempre tem, sempre se arruma, basta querer.

Leandro: Depende do esforço de cada um na verdade. Quem se esforça na verdade sempre alcança o que quer o objetivo, se você firmar o objetivo você consegue alcançar aquilo.

Clayton: Se correr consegue. É assim, consegue aquilo que consegue. Alguma coisa sempre aparece. Falta de ter o que fazer é que não tem. Vai arrumar um terreno e tal.

Edileusa: A maioria das vezes é porque não tem emprego. Ou quer emprego, escolhe trabalho e não tem qualificação e está querendo uma coisa que não cabe pra ele. Eu não, o que aparece. Tô ganhando o meu dinheirinho? Tô indo. Mas a maioria das pessoas escolhe trabalho. A maioria das minhas amigas não é formada, não tem diploma e não quer trabalhar.

Você acha que é difícil arrumar emprego hoje em dia?

Roberto: Emprego é difícil, mas trabalho não.

Qual é a diferença?

Roberto: A diferença é que o emprego é legalizado. Você tem carteira assinada, tem tudo bonitinho. Você tem aquele dinheiro certinho. Agora, trabalho você vai procurar... É aquilo que eu falei. Vai improvisar. Tem sempre uma senhora querendo

que bote o lixo pra fora, tem sempre alguém querendo que passe uma vassoura, tem sempre um peso pra pegar. É só procurar alguma coisa pra fazer. Como agora, chega ali, está tendo uma obra aqui do lado, chega ali e vê se tem alguma coisa pra fazer. Rapidamente eles vão botar você pra carregar um entulho. Alguma coisa você vai fazer.

Washington: É. Só fica parado quem quer, porque trabalho tem de montão. Nem que você venda bala no trem. Isso também é um trabalho. Eu também já trabalhei assim, desta forma, não por muito tempo, uma semana. Isso porque eu estava muito apertado mesmo, aí eu tive que trabalhar e vi que não era difícil, basta você querer.

Essa visão do grupo de se conseguir alguma atividade, seja ela bico, subemprego, “trampo”, está de acordo com a trajetória de vida deles. Sempre viveram nessa precarização e foram ao longo da vida se “virando” e conseguindo sobreviver. Acrescida a isso está a noção de trabalho como virtude. Essa visão está relacionada também ao estigma que se incorpora ao desempregado, fortemente associado à ideia de “vagabundo”.

Washington: Um primo meu. Ele ficou sem trabalhar dois meses. Hoje em dia ele trabalha, mas esses dois meses pra ele duraram um ano só de tormento. “Você não trabalha! Você só fica em casa! Você não estuda, não faz isso, não faz aquilo...”.

Como é estar desempregado?

Clayton: Falam “vagabundo” e tal. É. Está em casa assim...É. Sem fazer nada. Fica “vagabundando” em casa e tal. É... Porque fica assim, né? Você acha que o desempregado tem sempre uma... As pessoas acham que ele está desempregado porque ele não procura. É. Não procura, não corre atrás.

Essa estigmatização dos que não trabalham, e sua clara associação com a ideia de vagabundagem, é uma contradição com as condições atuais que se apresentam no mercado de trabalho. Mas é uma situação real vivida pelo desempregado e acaba levando-o a imputar-se cada vez mais culpa e responsabilidade pela sua inserção, principalmente no caso dos meninos, reforçando a questão de gênero na relação com o trabalho, como já havíamos apontado. As meninas não sofrem tanta pressão.

Essa culpabilidade e responsabilidade pessoal no processo de inserção é uma questão interessante. Hoje se discute na figura do “novo trabalhador” o deslocamento de condições objetivas, no que se refere à possibilidade de inserção no mercado de trabalho, para condições subjetivas, como a capacidade do sujeito

de empregar-se. Nas falas de nosso grupo, principalmente dos meninos, esse caráter subjetivo, isto é, a capacidade do indivíduo de conseguir trabalho, é um fator importante. Segundo eles, conseguir trabalho está atrelado a uma atitude pessoal “é só correr atrás”. Em relação ao emprego, a atitude pessoal também está presente como atributo necessário, mas se conjuga a fatores externos.

Nas conversas percebemos uma forte pressão, familiar e social, para que se exerça alguma atividade, e a preocupação com esse tempo livre que no caso do grupo é um tempo de exposição ao risco. Nesse sentido o fato de estar estudando minimiza essa situação, retira o indivíduo da condição de desempregado e o coloca na condição de estudante, o que de certo modo adia o problema do confronto com o desemprego.

O ProJovem se insere na vida deles não somente como uma oportunidade de minimizar questões que, como vimos, se tornam empecilhos a melhores empregos, como a escolaridade e a qualificação, mas também é o tempo de uma atividade, de ocupação do tempo livre. Contribui para o papel que se vive no chamado prolongamento da juventude. O tempo de ampliação dos estudos, da qualificação, é um tempo considerado útil, estando de alguma forma de acordo com modelos de programas dos quais tratamos no terceiro capítulo.

A Leandro o ProJovem possibilitou ter uma profissão e a experiência que o levou a arrumar um emprego: “Até antes de fazer o programa, eu só conseguia arrumar emprego na obra, ou com o meu tio. Perguntava tem experiência? Não. Só com experiência”. Em alguns casos, como nos de Leandro e Lina, o programa facilitou, através de parceria, o ingresso dos jovens no mercado formal de emprego, apesar de não ser esse um de seus objetivos.

Os outros ainda não haviam conseguido se inserir no mundo do trabalho formal. A maioria estava desempregada, enviando currículo, fazendo entrevista, enquanto não conseguiam realizar o sonho da carteira assinada. Os que podiam permanecer fazendo cursos, estágios, e os que necessitavam sustentar a família ou contribuir para o seu sustento estavam trabalhando praticamente na mesma situação de antes do programa, isto é, informalmente.

Edson: Trabalho pra gente sempre foi ali. Você fez, você recebeu. Não esperava um mês para receber. Você não tinha férias, décimo terceiro, entendeu?

Edson: Um emprego certo..... Vamos supor que você tenha um plano de saúde, carteira assinada, cesta básica...

É difícil conseguir?

Edson: É sonho. É sonho. Porque a pessoa acaba se desesperando e aceita qualquer coisa. Aceita qualquer coisa. Para de correr atrás.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução de seu livro *Conseqüências da modernidade* (1991) Anthony Giddens analisa a modernidade e o momento de transição que se situa no final do século XX, que têm recebido denominações diversas, como pós-modernidade, sociedade de informação, de consumo. Segundo o autor, nessa transição houve um deslocamento de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro mais centrado na informação. Na análise desse momento, a partir de um ponto de vista filosófico e epistemológico, com base no pensamento de Lyotard, Giddens afirma que deu-se uma mudança na ideia de fé e de progresso planejado humanamente. Ocorreu uma evaporação da chamada grande narrativa – o enredo, que encaixaria o ser humano numa certa continuidade entre um passado definitivo e um futuro previsível.

As transformações que ocorreram no processo produtivo, e, conseqüentemente, no mundo do trabalho contribuíram para essa perda do sentimento de linearidade, de um enredo previamente programado. A categoria trabalho e sua trajetória ao longo da história têm um papel fundamental, tanto no âmbito sociológico, como na vida cotidiana da grande maioria das pessoas.

Iniciamos essa pesquisa fazendo uma breve revisão bibliográfica dos diversos sentidos atribuídos ao trabalho, seu aspecto antropológico, suas manifestações dentro da fábrica, na sociedade industrial, e por fim, sua transformação a partir da revolução tecnológica e do processo produtivo.

Vimos que o trabalho assalariado, livre e protegido, que é a base da chamada sociedade salarial, no momento em que se constituiu como uma realidade mais abrangente, em que se tornou um importante suporte de identidade, sofreu uma ruptura em sua trajetória ascendente em razão das transformações ocorridas no mundo produtivo nas décadas de 1970/1980.

Nos países da “periferia”, essa realidade salarial não se consolidou, não alcançou níveis significativos. A existência de um grande contingente de excluídos da sociedade salarial era entendida como uma situação passível de ser superada. A exclusão era vista como transitória. A ideia era de um progresso permanente que, através do desenvolvimento econômico, passaria, então, a incorporar esse contingente de excluídos. Mas esse caminho deve ser repensado.

Mas, uma vez passados os 30 gloriosos, retomamos a consciência de que progresso indefinido não existe nem é futuro certo, apesar de muitos setores que insistem nas velhas crenças. A história nem sempre caminha no sentido que se espera. (PAIVA, 2010)
O futuro é risco e incerteza, luta cujo resultado raramente é o esperado. (PAIVA, 2010)

É nesse contexto de transformações cada vez mais dinâmicas, velozes e incertas que procuramos situar a nossa pesquisa. A proposta que perseguimos foi partir da análise das mudanças no mundo do trabalho tais como: a retração do emprego formal; a precariedade e a informalidade se tornando uma realidade cada vez mais presente; a perda da centralidade do trabalho assalariado, o aumento do desemprego etc. e estabelecer um diálogo com a realidade empírica de um grupo de jovens. Privilegiamos o universo dos jovens por ser consenso na literatura que esse segmento tem sido o mais atingido por essas questões.

Ao tratarmos da juventude no capítulo 3, vimos que ela não é um grupo homogêneo, não pode ser apenas definida pela faixa etária. Identificamos juventudes distintas. Optamos por conhecer a realidade de uma juventude específica, composta por jovens pobres, identificados como em situação de risco e vulnerabilidade social. Eles tornaram-se um grupo na medida em que características comuns os unificam e os fazem público-alvo de um programa de inserção, cujos objetivos principais são o aumento da escolaridade e a qualificação profissional.

Portanto, esses jovens, independentemente das trajetórias pessoais trilhadas, fazem parte de um universo de jovens pobres, que deixaram a escola precocemente, e que retomaram aos estudos através do programa e, além da conclusão do ensino fundamental, teriam acesso a uma qualificação profissional. Acreditamos que este recorte poderia ser rico nas análises que nos propusemos. O grupo não só estaria exposto às mudanças no mundo do trabalho, no qual todos os jovens se encontram, e, portanto, vivem os riscos dessa sociedade marcada pela incerteza, como é também, “vitima” de outras situações excludentes. Em tese, no momento em que ingressam em um programa desta natureza, buscam uma alternativa em suas vidas que os conduza a uma melhor escolaridade e lhes proporcione condições mais positivas de inserção no mercado de trabalho.

Ao entrar em contato com esse grupo e estabelecer longas conversas sobre diversos aspectos de suas vidas, percebemos que era necessário ampliar os temas a serem abordados. Primeiro, lançar luz sobre as designações a eles atribuídas; o que são jovens em situação de risco, a que tipo de situações eles estão expostos?

Quem são esses jovens, onde nasceram como constituem suas famílias? Por que a trajetória escolar foi interrompida? Qual a importância da qualificação? Enfim, o que viveram, como viveram e onde viveram não são questões descoladas da trajetória ocupacional, do significado que atribuem ao trabalho e de suas expectativas profissionais, ponto principal que nos propusemos a entender.

Passamos, então, a incorporar na pesquisa outros aspectos da vida desses meninos e meninas. A riqueza de experiência de vida do grupo, apesar da pouca idade, nos deixou diante de um amplo leque de questões. Optamos por privilegiar aquelas relacionadas à origem/local de moradia, família, a escola/ProJovem até chegarmos ao trabalho, deixando de lado alguns temas importantes, com os quais nos deparamos, como a violência – que de certa forma perpassa todos eles – e a forte presença da religião.

Outras opções metodológicas foram: apresentar cada um deles no início do capítulo 4, para que o leitor pudesse conhecer e familiarizar-se com o grupo, e, diante da intensidade e da força da fala dos entrevistados, e de um reconhecido encantamento com elas, utilizar diversos trechos das entrevistas. Lembrando Bourdieu, procurei dar voz “a esses homens e essas mulheres que têm tantos problemas na vida e tão poucos meios de se fazer ouvir” (2003, contracapa).

Avançando pelo quarto capítulo, o tema da origem e local de moradia ocupou um lugar de destaque, ao falar de risco³⁶ e vulnerabilidade social. O espaço em que se vive é carregado de significado. A periferia, local de moradia do grupo, é hoje um tema importante, pelas marcas que imprime a seus moradores, gerando preconceitos e estigmas que dificultam muitas vezes o acesso ao mundo do trabalho ou a permanência nele, como foi possível constatar. A periferia é, também, um local em que a produção cultural, através de diversas manifestações, como o cinema, a música, o teatro, fala por si mesma, livre de intermediários, estando na ordem do dia.

Ao abordarmos a família foi possível contextualizar a história de vida do grupo e perceber que esses jovens são oriundos, na sua grande maioria, de famílias matrifocais, de mães que sustentam seus filhos, em geral sozinhas, através exclusivamente de sua renda em trabalhos precários e com jornadas intensas.

³⁶ A noção de risco, nesse contexto, ultrapassa a questão social. As Considerações Finais desta dissertação foram redigidas após os desabamentos ocorridos em Niterói, no início de abril de 2010. A maioria dos entrevistados morava em locais que sofreram desabamentos. Portanto, o risco para estes jovens se configura como algo “concreto” – perda de moradia, de parentes e da própria vida.

Quando há apoio, este se dá, quase sempre, através da troca de favores entre mulheres da mesma família, mãe e irmãs da mãe provedora, ou por meio de relações de vizinhança, também predominantemente femininas.

Pudemos constatar que a precariedade do mundo do trabalho é uma situação presente na história pregressa de vida do grupo. A sustentação dessas famílias, ao basear-se, exclusivamente, na renda que é capaz de gerar, leva à necessidade de participação dos meninos nesse processo de geração de renda. Vimos, também, a ausência de apoio do poder público, que poderia dar maior suporte a essas famílias, através de ações e infraestrutura que contribuíssem para uma melhor condição de vida.

O modelo de família matrifocal, da qual eles são frutos, se reproduz na maternidade precoce das meninas que têm seus filhos também sem o apoio e a presença dos pais. Ou seja, o *genitor* que não assume o papel de *pater*.

A trajetória escolar do grupo, como acompanhamos, é vivida de forma irregular e diversos fatores contribuem para isso: o trabalho precoce que dificulta a conciliação com a escola; a maternidade contribuindo em alguns casos para essas idas e vindas; a violência e a própria relação com a escola, que é marcada pela repetência e pelo desinteresse.

Quanto ao ProJovem, enfatizamos que nosso objetivo nunca foi avaliar o programa e nem analisá-lo a partir de suas propostas, e sim conhecê-lo através da perspectiva do grupo. Compreender o que motivou esses jovens a ingressar no programa, e neste sentido, vimos que cada um deles apontou interesses específicos, relacionados a suas necessidades: a conclusão mais rápida dos estudos, a possibilidade de ingressar no ensino médio, o retorno à escola, qualificar-se para o ingresso no mercado do trabalho. Na grande maioria dos casos, o recebimento de uma bolsa foi o primeiro ponto que chamou a atenção para o programa, mas ao longo da experiência no ProJovem foram descobrindo outros interesses. Sem dúvida o primeiro deles foram os 100 reais.

O programa, como vimos no capítulo 3, está inserido em um contexto mais amplo de inúmeras outras ações desenvolvidas ao longo das últimas décadas, cujo alvo é a juventude. É um programa de inserção, no sentido dado por Castel, de políticas compensatórias, que definem seu público-alvo e traçam estratégias específicas para eles. Dentre os modelos analisados por Abad, a partir das propostas de políticas públicas para o jovens, o ProJovem tem entre seus objetivos

o retorno do jovem à escola a ampliação da educação com a conclusão do ensino fundamental e possibilitar a inserção laboral através de um curso de qualificação profissional.

Reiterando o que foi dito no referido capítulo, os programas são muitas vezes pautados pela perspectiva da juventude como problema social a ser combatido, através de ações de controle social do tempo livre, prevenção de violência, em uma tentativa de manutenção da paz social. Ao conhecermos o ProJovem, através do olhar do grupo, podemos perceber que ele avança no sentido de pensar o jovem de forma mais integral. A compreensão por parte do programa do perfil desses jovens, de suas histórias de vidas, suas dificuldades e o respeito a eles, é percebido e enfatizado pelo grupo.

O ambiente que se estabeleceu no espaço do ProJovem talvez seja o grande e principal diferencial. Resgatando ou introduzindo no grupo uma melhora da autoestima, assim como a crença na possibilidade de uma vida melhor, o ProJovem atua a partir de uma perspectiva de inserção no mercado de trabalho, o que vai refletir nas expectativas futuras do grupo no campo profissional.

O capítulo 4 se encerra com a trajetória ocupacional do grupo. O trabalho precoce, se mostrou um dado relevante, principalmente, na vida dos meninos. As atividades laborais, quando exercidas – já que nem todos do grupo trabalhavam ou trabalham –, foram sempre informais, sem carteira assinada e, portanto, sem as garantias dela decorrentes. Essa é a realidade por eles conhecida e que muito pouco se transformou depois da conclusão do curso. Apenas em dois casos houve ingresso parte dos alunos no mercado formal, e mesmo assim, quando encaminhados pelo programa.

O grupo tem consciência de que o acesso ao emprego – condição que nunca efetivamente fez parte da trajetória deles – principalmente o denominado “bom emprego”, é muito difícil, e às vezes visto como um sonho. Esse quadro de dificuldades não abala a expectativa de se alcançar esse *status*. A esperança e a crença de alcançá-lo é bastante grande; acham que é uma questão de tempo e esforço, apesar de reconhecerem fatores externos como complicadores.

Pudemos constatar a importância e o significado do trabalho, como necessidade, meio para conquistar a autonomia e a independência, caminho que pode levá-los à conquista de uma “vida boa”. O trabalho é também entendido como um valor, uma virtude, que se mantém extremamente vivo.

As expectativas do grupo de ingressar numa sociedade salarial é um fato real e o programa contribui para isso através de sua proposta que inclui a educação e a qualificação, entendidas como suportes necessários para uma melhor inserção laboral. Através da fala dos jovens sobre as aulas de cidadania, vimos que o tema do trabalho formal foi abordado e discutido, em sua importância, reconhecendo-se que é através dele que se tem acesso a direitos sociais.

Em entrevista com um professor, essa percepção fez eco. Segundo ele, o aluno, quando chega ao ProJovem, não tem estímulo, não tem interesse no estudo, e faz parte da proposta pedagógica e do papel do professor incentivá-lo, estimulá-lo, como também, ainda segundo ele, o programa cria expectativas que eles não tinham em relação ao trabalho.

A respeito dessas expectativas, que percebemos junto ao grupo, durante todo o percurso da pesquisa e mais intensamente nos momentos em que demonstravam um profundo entusiasmo pelo programa, (traduzido como: “luz no fim do túnel,” oportunidade de conquistar um lugar no mercado de trabalho), era impossível não ter em mente as contradições que se apresentavam.

De um lado, as discussões teóricas seguem na direção da perda da centralidade do trabalho, do desemprego estrutural, da retração do emprego assalariado, do aumento da precariedade e da informalidade, da perda de direitos trabalhistas, do fim da sociedade salarial e, ainda, do questionamento da relação positiva entre educação, qualificação e inserção no mercado.

Do outro, as expectativas expressas pelo grupo de conseguir ingressar no mercado de trabalho formal, de acreditar que, apesar das dificuldades e dos obstáculos, a persistência e o tempo os levaria a atingir essa meta. Alguns, não só desejavam esse “bom emprego”, mas iam além em seus desejos: cursar uma faculdade de medicina, direito etc, ser um profissional liberal. Outros desejavam ingressar, por exemplo, no mundo da moda ou serem funcionários públicos. Para todos eles um dado era consenso, os objetivos só se concretizariam através do avanço da escolaridade e de uma qualificação profissional.

Essas expectativas, apesar de no geral estarem pautadas por uma visão positiva, se manifestava de forma paradoxal, algumas vezes traduzidas como sonho, sinalizando uma consciência da distância em que se encontravam da situação desejada, uma vez que não se assentava na realidade em que sempre viveram e na qual ainda estavam imersos – já que se encontravam desempregados ou em

empregos precários –,mas havia na fala do grupo muita esperança em reverter esse quadro.

As trajetórias de vida do grupo, que acompanhamos ao longo da pesquisa, suas origens, o local de moradia, as estruturas familiares, a vivência escolar são muito semelhantes, mas não são homogêneas, e as condições objetivas e subjetivas vividas por cada membro do grupo reflete tanto nos motivos que os levaram a ingressar no programa, na relação deles com o estudo, como também em suas expectativas e na possibilidade de realização das mesmas.

Ao mesmo tempo que as discussões teóricas estão em uma rota contrária à inclusão no mundo do trabalho e questionam a relação do estudo com melhores condições de vida, vimos que sem competências e escolaridade os postos de trabalho serão sempre de má qualidade, e nesse sentido o programa amplia os campos de possibilidade que serão no futuro concretizados ou não.

Se a literatura caminha para a perda da centralidade do trabalho, na prática o que vimos foi sua força e atualidade. Para o grupo, é através dele e do emprego formal que é possível alcançar a independência e ter acesso a uma vida melhor. Ao longo da pesquisa não nos deparamos com nenhuma outra alternativa a essa sociedade salarial que corroborasse as discussões sobre que outras formas de interação estariam surgindo para ocupar o espaço do trabalho. Machado da Silva (2006), em uma leitura bastante peculiar, chama a atenção para o fato de que, com a expansão da criminalidade organizada, a violência deixaria de ser um “um meio de obtenção de interesses para tornar-se um princípio de interação.” Gorz, um dos arautos do fim da sociedade centrada no trabalho, acredita que caminharemos para uma nova apropriação do mesmo em seu sentido mais filosófico.

Vivemos em uma economia globalizada, cujas transformações no processo produtivo e suas consequências no campo do trabalho atingem de forma abrangente todo o planeta, mas é preciso contextualizar as economias locais no âmbito global. Enfatizamos ao longo dessa pesquisa que, em países como o Brasil, não se consolidou uma sociedade de pleno emprego e nem um Estado de Bem-Estar Social. Nossa realidade é marcada por uma profunda desigualdade social, pela miséria, pela pobreza e pela informalidade, e as crises mundiais tendem a agravar esse cenário.

Mas, apesar desse contexto, os indicadores econômicos e sociais do país mostram uma melhoria nas últimas décadas, que se traduz na diminuição da

pobreza, da desigualdade e no aumento da oferta de emprego e da formalização. Esses avanços, porém, se manifestam simultaneamente a outras situações preocupantes, entre elas o profundo atraso ainda existente na escolaridade média. (Paes de Barros em entrevista a Miriam Leitão).³⁷

Ainda segundo Barros, há políticas que estão trazendo resultados positivos: o bolsa-família explica parte da queda da extrema pobreza e da desigualdade.

Junto ao bolsa-família, o ProJovem é um programa de larga abrangência; é o segundo maior em volume de recursos. Atinge uma população para com a qual o país tem uma grande dívida social, e segundo Paes de Barros:

Há outros focos de preocupação. Um deles, talvez o mais assustador, é a falha das políticas para o grupo que está fazendo a transição para a vida adulta. É nessa faixa que há gravidez precoce, casamento precoce, alto índice de mortalidade principalmente dos meninos. Além disso, alertou o economista, os jovens estão olhando para o mercado de trabalho. Se ele não for capaz de gerar emprego para os que estão estudando, pode-se criar um ambiente que desestimule o esforço para se educar. (Paes de Barros em entrevista a Miriam Leitão)

Essa pesquisa nos leva a concluir, ainda que parcialmente, que novas formas de socialização ainda não se estabeleceram para ocupar na sociedade o lugar privilegiado da formação, do trabalho e do emprego. Continuamos vivendo numa sociedade cujos valores, tanto objetivos quanto subjetivos têm como referência a educação e o mundo do trabalho. O grupo estudado nunca teve acesso às benesses do pleno emprego e vivenciou muito mais a informalidade e a falta de garantias, mas mesmo assim mantém educação/trabalho/emprego como valor e único caminho de inclusão.

A grande perplexidade é que se tem por um lado ações de inclusão social focadas na inserção através da tríade educação/qualificação/ emprego, por outro lado, tem-se um mercado de trabalho que, mesmo estando em crescimento, no Brasil,³⁸ exige cada vez mais qualificação e não oferece um número de vagas suficiente. Como diz Paes de Barros, é necessário que este mercado caminhe para um processo inclusivo que não neutralize “o esforço para educar”.

O ProJovem, seguindo esta matriz, avança ao ampliar o processo de inclusão desses jovens. O programa, na visão dos entrevistados, ao compreender e respeitar

³⁷ Jornal *O Globo*, coluna panorama econômico em 26 de setembro de 2009.

³⁸ Aumento do número de empregos com carteira assinada.

suas trajetórias desperta o sentimento de que é possível uma reintegração social para um grupo antes marginalizado e sem perspectivas. Cabe ressaltar que isto ocorre ao mesmo tempo que a periferia vive um despertar das potencialidades de seus moradores, principalmente através de produções culturais, que podem vir a significar uma forma própria de inclusão, criando caminhos alternativos.

Com o enfraquecimento das grandes teorias que procuravam dar conta das grandes questões, perdemos a segurança num suposto futuro previsível e nos encontramos imersos no risco e na incerteza, o que abre espaço para novas tentativas sociais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. *Última Década*, Viña del Mar, CIDPA, n 16, p. 119-155, mar. 2002.

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Juventude e Contemporaneidade RBPE*, no 5/6, p. 25-36, ANPED, 1997.

ABREU, A. R. P. Especialização flexível, qualificação e composição da força de trabalho: a contribuição da perspectiva de gênero para o debate. *São Paulo em perspectiva*, n 38, 1994.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

APPAY, B. Précarisation sociale ET restructurations productives. *Précarisation sociale, travail et santé*. Paris, 1997.

ARAÚJO, M. S. B. *Nas Quebradas da Voz: o lugar e a mãe na crônica poética do rap*. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura) – UFRJ, 2009.

ARIAS, A. R. Avaliando a Situação Ocupacional e dos Rendimentos do Trabalho dos Jovens Entre 15 e 24 Anos de Idade na Presente Década. In: *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: CNPD, v.2.p. 519-544, 1998

BILL, MV; ATHAYDE, C. *Falcão: mulheres e o tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2007.

BRANCO, P. P. M. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 129- 148, 2008.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

_____ (Coord). *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Introdução In: *Transição para a vida adulta ou vida adulta em adulta em transição?*, Rio de Janeiro: IPEA, p. 13-28. 2006.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S.; ANDRADE, A. O processo de constituição da família entre os jovens: novos e velhos arranjos. In: *Transição para a vida adulta ou vida adulta em adulta em transição?*, Rio de Janeiro: IPEA, p. 199-224, 2006.

_____ Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? In: *Transição para a vida adulta ou vida adulta em adulta em transição?*, Rio de Janeiro, IPEA, 2006, p. 259-291

CAMARANO, A. A. (org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.* Petrópolis:Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, J. A. ; AQUINO, L. *Juventude e políticas sociais no Brasil*, texto para discussão n 1335, IPEA, 2008. URL: <http://www.ipea.gov.br>

CORIAT, B. *Pensar pelo avesso. O modelo japonês de trabalho e organização.* Rio de Janeiro: UFRJ/ Revan, 1994.

DADOORIAN, D. *Pronta para voar: um novo olhar sobre a gravidez na adolescência.* Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DUBAR, C. La construction sociale de l'insercion professionnelle em France. In: ROULLEAU-BERGER, L; GAUTHIER, M (Eds.). *Les Jeunes et L' Emploi dans la Villes de l'Europe et de l' Amerique du Nord.* Paris: editions de l'Aube,. p. 111-123, 2001.

DUMONT, L. *O individualismo – uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.* Rio de Janeiro. Rocco, 1985.

ESPING-ANDERSEN, G., As Três Economias Políticas do Welfare State, In: *Revista Lua Nova*, nº 24, setembro, 1991.

FIORI, J. L. *Estado do bem-estar social: padrões e crises.* Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.iea.usp.br/br/artigos>.

FREIRE-MEDEIROS, B. *A construção da favela carioca como destino turístico.* Rio de Janeiro:CPDOC, 2006.

FREIRE, J. C. Perspectivas da Juventude na Sociedade de Mercado. In: *Juventude e Sociedade*, Novaes, R e Vannuchi, P, ED. Fundação Perseu Abramo, 2004..

FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Orgs). *Políticas públicas – juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 180-216, 2004.

GIDDENS, A. *Conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GORZ, A. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *Metamorfoses do trabalho – crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume., 2007.

GUIMARÃES, N. A. Por uma sociologia do desemprego: contextos sociais, construções normativas. In *Além da Fábrica*. São Paulo: Boitempo, p 179-212. 2003

_____. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais, in: *Transição para a vida adulta ou vida adulta em adulta em transição?* Rio de Janeiro, IPEA, p. 171-197, 2006

_____. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?. In: *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 149-174, 2008.

HEILBORN, M. L. ; CABRAL, C. S. Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: *Transição para a vida adulta ou vida adulta em adulta em transição?* Rio de Janeiro, IPEA, p. 225-257, 2006.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*. Ano 4, No 7, SP, Alast, 1998.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e Vulnerabilidade: Quais os arranjos familiares em risco?. *Revista Dados*, Rio de Janeiro: IUPERJ; v. 49, p. 67-97, 2006.

La MENDOLA, S. O sentido do risco. *Tempo soc.*, Nov 2005, vol.17, no.2, p.59-91.

LEITÃO, M. O salto social. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2009, panorama econômico, caderno de economia, p. 28.

LUKACS, G. Los fundamentos ontológicos del pensamiento y la acción humanos e Ontologia del ser social: el trabajo. In INFRANCA, A. e VEDDA, M (org) *Ontologia del ser social – El trabajo*. Textos inéditos em castellano – Gyorgy Lukács. Bueno

MACHADO DA SILVA, L. A. "Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento". In: *Além da Fábrica*. São Paulo, Boitempo. 2003. p 140-178.

MADEIRA, F. R. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: *Transição para a vida adulta ou vida adulta em adulta em transição?*, Rio de Janeiro, IPEA, 2006, p. 139-169.

_____. Recado dos Jovens: Mais Qualificação. In: *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: CNPD, 1998. v.2.p. 427-443.

MARX, K. *O Capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MESÁRIOS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

NOVAES, R. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida*. São Paulo, outubro de 2007.

OFFE, C. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. RJ, Tempo Brasileiro, Vol. I e II, 1989.

PAIVA, V; SENTO-SÉ, J. (orgs) *Juventude em conflito com a lei*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PAIVA, V.; MATA, V. L. C. (2001). Nova Era Capitalista e percursos identitários alternativos. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, nr. 9, 1º semestre.

PAIVA, V. *O mundo em mudança. Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, ano VI, nº 6, 2º semestre. 1999.

_____. *Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional*. TD 214. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ.

_____. Sobre o conceito de "capital humano". *Caderno de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 113, 2001.

_____. *Vulgarização da pesquisa*, no prelo, 2010

Pochmann, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 217-241.

Polanyi, Karl. *A Grande Transformação – As origens da nossa época*. – 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ProJovem - <http://www.ProJovem.gov.br/2008/>

RUA, M. G.. As políticas públicas e Juventude dos anos 90. In: *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: CNPD,1998. v.2.p. 731-752

SILVA, J S.. *Por que uns e não outros – Caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

SOARES, L.T. *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina*, Tese de Doutorado, Instituto de Economia da UNICAMP. 1995

SORJ, B.; FONTES, A. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bemestar das crianças: comparações regionais. In: COSTA, Albertina O.;SORJ, Bila, BRUSCHINI, C; HIRATA, Helena (orgs) *Mercado de trabalho e gênero.Comparações internacionais*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008. p.187-206

SPOSITO, M. P.;CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas .públicas no Brasil. *Rev. Bras. Educ.*, Dez 2003, no.24, p.16-39. ISSN 1413-2478

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C.A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo soc.*, Nov 2005, vol.17, no.2, p.141-172. ISSN 0103-2070.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: *Retratos da juventude brasileira:análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 87-128.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 33-51.

VENTURA, Z. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WHYTE, W. F. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Filmes:

CANTET, Laurent . *Entre os muros da escola*. [filme – DVD]. França: Imovision, 2007. 128 min.

JARDIM, João. *Pro dia nascer feliz*. [filme – DVD]. Brasil: Copacabana Filmes e Globo Filmes, 2007. 88. min

THOMAS, Daniela, & SALLES, Walter,. *Linha de passe*. [filme – DVD]. Brasil, Universal Pictures do Brasil., 2009. 108 min

ZIMBALIST, J. *Favela Rising*. [filme – DVD]. EUA, Paris filme Sony, 2008. 82 min.

Matérias publicadas em jornais:

O risco da explosão dos gastos públicos. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 12 de julho de 2009, primeiro caderno, p. 3.

O blábláblá das empresas. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 26 de julho de 2009, caderno boa chance.

Retratos do Brasil. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 22 de julho de 2009, primeiro caderno, p. 10.

IPEA: desemprego triplicou entre os jovens. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2010, primeiro caderno, p. 12.

Desemprego e morte, lado a lado. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2009, caderno de economia, p. 25.

Novos sentidos do trabalho. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 6 de junho de 2009, caderno prosa e verso, p. 1/2.